



sabesp

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE



2014

Conselho de Administração

Alberto Goldman
Alexander Bialer *(até abril de 2014)*
Benedito Pinto Ferreira Braga Junior *(desde janeiro de 2015)*
Claudia Polto da Cunha
Dilma Pena *(até janeiro de 2015)*
Edson de Oliveira Giriboni *(até março de 2014)*
Francisco Vidal Luna
Jerônimo Antunes
Jerson Kelman *(desde janeiro de 2015)*
Luis Eduardo Assis *(desde maio de 2014)*
Mauro Guilherme Jardim Arce *(até fevereiro de 2015)*
Reinaldo Guerreiro
Sidnei Franco da Rocha *(desde outubro de 2014)*
Walter Tesch

Diretoria

Jerson Kelman *(desde janeiro de 2015)*
Diretor-Presidente

Dilma Pena *(até janeiro de 2015)*
Diretora-Presidente

Edson José Pinzan *(desde agosto de 2014)*
Diretoria de Tecnologia,
Empreendimentos e Meio Ambiente

João Paulo Tavares Papa *(até março de 2014)*
Diretoria de Tecnologia,
Empreendimentos e Meio Ambiente

Luiz Paulo de Almeida Neto
Diretor de Sistemas Regionais

Manuelito Pereira Magalhães Junior
Diretor de Gestão Corporativa

Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico Financeiro e
de Relações com Investidores

Expediente

Coordenação Aloisio Hildebrand, João Paulo Nocetti Tonello e Priscila Costa da Silva

Redação / Edição Aloisio Hildebrand e Priscila Costa da Silva

Relatores Alessandra Mortada Castro, Ana Lúcia Fonseca Rodrigues Szabjubok, João Paulo Nocetti Tonello, Paula Márcia Sapia Furukawa, Priscila Costa da Silva, Ricardo Camellini de Castro, Roseli Chistoni, Silvana Almeida Nogueira, Valéria D'Amico, Wady Roberto Bon

Grupo de trabalho Alessandra Mortada Castro, Aloisio Hildebrand, Ana Lúcia Fonseca, Rodrigues Szabjubok, Angela Beatriz Airoidi, Cristina Gonçalves Tabosa Alves, Edison Airoidi, Eliana Kazue Kitahara, Elizabeth Ayres Gdikian, Guaraci Loureiro Sarzedas, Ivan de Assis, João Paulo Nocetti Tonello, Marcelo Miyagui, Marcel Sanches, Marcio de Freitas Junior, Maria da Conceição Gouveia, Maria Regina F. Campos, Marilza Soares, Paula Márcia Sapia Furukawa, Paulo Ronaldo Barreto, Priscila Costa da Silva, Ricardo Camellini de Castro, Rodolfo Lopes Protti, Roseli Chistoni, Silvana Almeida Nogueira, Valéria D'Amico, Wady Roberto Bon e Wagner S. Pinheiro

Consultoria Jurídica Elizabeth Melek Tavares, Tales José B. Bronzato

Consultoria Externa MZ Group

Auditoria das Demonstrações Financeiras Deloitte Touche Tohmatsu

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	05
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	08
ENTRE AS MAIORES DO MUNDO EM POPULAÇÃO ATENDIDA.....	11
PAINEL DE INDICADORES	15
DESAFIOS PARA O ABASTECIMENTO EM UM AMBIENTE DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS....	18
IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE HÍDRICA.....	21
ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO	24
ENFRENTANDO A CRISE HÍDRICA	30
ESGOTAMENTO SANITÁRIO A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO.....	48
GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	54
SANEAMENTO AMBIENTAL NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE.....	67
VALORIZANDO A EDUCAÇÃO NO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	76
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2014.....	106
PRÊMIOS RECEBIDOS EM 2014.....	107
<i>Sobre o relatório /Matriz de materialidade.....</i>	<i>108</i>
<i>Localização dos indicadores GRI.....</i>	<i>111</i>
<i>Localização dos princípios do Pacto Global.....</i>	<i>115</i>
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2014.....	116

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MUDANÇA DE PARADIGMA

E SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO

G4-1 A região Sudeste enfrenta sua pior crise hídrica da história. Os baixíssimos índices de pluviometria e vazão afluente nos mananciais da região metropolitana de São Paulo (RMSP) ao longo de 2014 e início de 2015 trouxeram novos parâmetros de avaliação de riscos hidrológicos, antes baseados nos níveis do biênio 1953/1954, os mais críticos registrados até então.

O momento é grave e o enfrentamento da crise passa por um conjunto de ações para reduzir o risco hidrológico. Neste sentido, estamos realizando investimentos adicionais em obras com resultados de curto e médio prazos, para melhorar a reservação dos mananciais, ampliar as vazões transferidas entre sistemas e a capacidade de produção de água tratada.

Ações previstas no Plano Macrometrópole Paulista (área que inclui as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, além dos aglomerados urbanos de Jundiaí e Piracicaba) foram antecipadas, a exemplo do uso do braço do rio Grande na represa Billings, que já provê água para o ABC Paulista desde a década de 50 e passará a contribuir com a represa Taiaçupeba, no Alto Tietê.

Outro exemplo está na interligação das represas do Jaguari-Atibainha da Bacia do rio Paraíba do Sul que será conectada o sistema Cantareira (Bacia do PCJ) ampliando a segurança hídrica nas duas bacias. Além dessas ações, neste relatório é possível encontrar uma série de intervenções em execução, implantação ou fase de estudo que, previstas para serem entregues até o final da década, devem garantir uma maior tranquilidade ao sistema de abastecimento público da RMSP.

Obviamente, tal resultado depende também da continuidade das ações e programas executados há anos pela Sabesp, que continuarão a ser perseguidos diuturnamente. Dentre outras iniciativas, estão o combate às fraudes e perdas nas tubulações, do ajuste afinado da pressão nas redes, da ampliação de reservatórios setoriais, despoluição de rios e proteção de mananciais.

Imposto pela situação vivida, o ajuste de rotas e prioridades centradas na expansão da infraestrutura hídrica tem, certamente, impacto financeiros em outras importantes ações

anteriormente assumidas, sobretudo aquelas direcionadas ao saneamento. Essa situação, contudo, não exclui de nosso horizonte a meta da universalização do atendimento em nossa área de atuação, que vem registrando avanços relevantes. Neste ponto, é mandatório frisar que a completa despoluição depende ainda da participação consciente do poder público e sociedade ao destinar corretamente os lixos urbanos, promover a limpeza das cidades e a conexão correta do esgoto à rede de coletora.

Voltando à água, neste mesmo sentido da maior participação social, um outro caminho estratégico e fundamental para o enfrentamento da crise tem foco na gestão eficiente da demanda. O comprometimento de 80% da população, incentivada pela oferta do bônus na conta, preocupada com a taxa de contingência e/ou consciente da gravidade da situação vivenciada, tem sido fundamental para a manutenção de patamar de consumo cerca de 30% inferior ao que era no início da estiagem.

Já bem-sucedida, esta mobilização deve ser fortalecida com a contribuição de mais cidadãos, comunidades, formadores de opinião, imprensa e sociedade organizada. Precisamos nos unir cada vez mais para o convencimento e compreensão dos que ainda não absorveram a criticidade do momento vivido, a começar da parcela da população de cerca de 20% dos moradores da grande São Paulo, que ao longo de 2014 insistiu em consumir além do necessário. Esta tem que ser a tônica de uma missão que é de toda a sociedade. A colaboração de toda a população economizando água ao máximo é essencial para que, em conjunto com as ações da Sabesp, possamos atravessar 2015 sem a necessidade de medidas mais drásticas.

Sem atropelar preceitos fundamentais da preservação ambiental, a compreensão sobre o momento emergencial deve alcançar órgãos da administração pública e poderes constituídos. Isso significa maior rapidez e objetividade na concessão de autorizações e licenciamentos, com resultado prático operacional positivo na maior rapidez de execução das obras, impedindo prolongadas paralisações.

A mudança de modelos deve ser estendida a novos códigos de obras e exigências para as novas edificações difundindo e implementando medidas com a finalidade de reduzir o consumo nas áreas urbanas. Também devem ser considerados a reciclagem e o reúso para fins potáveis e não potáveis, equipamentos economizadores de água nos domicílios, na indústria e na agricultura.

Este é, afinal, o momento de construirmos uma relação mais consciente com o consumo e gestão da água. Trata-se de aprender com a sabedoria chinesa que nos ensina que toda crise representa uma oportunidade para inovar, mudar paradigmas e, principalmente,

para implementar soluções sustentáveis de longo prazo. É o que a Sabesp e o governo do Estado de São Paulo estão fazendo: sem perder de vista o passado, é para frente que se anda.

BENEDITO BRAGA
Presidente do Conselho de Administração

ESFORÇOS CONCENTRADOS

NO COMBATE À ESCASSEZ HÍDRICA

G4-1 Nesses 41 anos de trajetória da Sabesp, o ano de 2014 foi certamente um dos mais desafiadores. Foram doze meses de muito empenho para enfrentar a mais grave seca que se tem notícia na região sudeste do país em mais de oito décadas, evento cuja probabilidade de ocorrência foi de 0,6%.

As ações estratégicas empreendidas nas operações conjugadas à excelente resposta da população às campanhas de conscientização e estímulo financeiro pelo uso racional da água foram determinantes para que se evitasse o comprometimento do sistema público de abastecimento. A rápida reação implementada em municípios do interior e, sobretudo, na região metropolitana de São Paulo, área mais gravemente atingida, demonstrou a robustez da infraestrutura instalada e a elevada capacidade técnica de nossos profissionais.

Somente uma Companhia com esses atributos é capaz de substituir a fonte de abastecimento de regiões imensas e densamente habitadas por outros sistemas produtores de água, tal como realizado na Grande São Paulo em socorro ao sistema Cantareira, o mais afetado pela seca. Apenas uma empresa deste porte consegue executar obras como a realizada para a captação da reserva técnica do Cantareira. Entregue em curto espaço de tempo, tornou-se um caso de estudo pela engenhosidade e perícia aplicada na captação de águas abaixo do nível das comportas de transporte por gravidade.

Igualmente eficiente foi o fortalecimento de práticas contra as perdas de água a exemplo das intensas varreduras, mais rapidez nos consertos e troca de tubulações e ramais, além da intensificação da gestão das pressões nas redes de distribuição. As intensas campanhas de mídia, mobilização dos colaboradores, adoção do bônus e, mais recentemente, da tarifa de contingência completam o rol de ações que trouxeram resultados muito positivos.

Pela primeira vez desde que entrou em operação, o sistema Cantareira deixou de ser o maior contribuinte da grande metrópole. Sua produção média de 14,03 m³/s em fevereiro de 2015 - 56% a menos que a média de 33 m³/s anterior à crise, foi inferior ao produzido pelo sistema Guarapiranga, que ocupou o posto de maior produtor de água. Nossos mananciais produzem hoje 70% do que produziam em condições normais, até o final de 2013.

Esse ritmo de redução de 30% tem que ser mantido ao longo de 2015. Portanto, estamos trabalhando em obras de aumento de segurança hídrica e de capacidade de produção e integração entre os sistemas produtores da região metropolitana, principalmente a interligação da Billings com o Sistema Alto Tietê, o reforço da Billings com o Guarapiranga e a ampliação da ETA ABV. É também essencial que a população não esmoreça e continue economizando água. Com esse conjunto de ações, ainda que a pluviometria nos seja desfavorável, será possível afastar a necessidade de se adotar medidas mais drásticas e aflitivas à população como o rodízio.

Os esforços concentrados no combate à escassez hídrica demandaram a reprogramação de investimentos e o contingenciamento orçamentário para garantir a execução do programa de bonificação e as obras planejadas. Ainda assim, em 2014, a Companhia investiu R\$3,2 bilhões e planeja investir mais de R\$13,5 bilhões até 2019. Tais fatores também não impediram que a Sabesp desse continuidade aos avanços dentro da política de universalização da coleta e tratamento de esgotos na área operada.

Estabelecida em conjunto com o governo do Estado e municípios operados, essa diretriz apresentou números positivos na execução da terceira etapa do projeto Tietê, na RMSP e do programa Onda Limpa na Baixada santista.

Em 2014, foram entregues 20 estações de tratamento de esgoto (ETEs) e executamos 244,3 mil novas ligações – o que totaliza 22,4 milhões de pessoas atendidas. Em relação ao abastecimento de água, embora universalizado, foi um serviço que demandou intenso trabalho em acompanhamento ao crescimento demográfico e do negócio. Para isso, foram realizadas 231,5 mil novas ligações. Hoje são 25,3 milhões de pessoas atendidas diretamente, número superior ao contingente populacional de muitos países.

Superlativos também são os esforços pelo ganho de eficiência na gestão e na melhoria da qualidade da prestação de serviços dos municípios operados. Fazem parte dessas iniciativas a política de valorização e capacitação dos nossos colaboradores, o desenvolvimento de lideranças, e a modernização e aprimoramento tecnológico dos processos internos. Por sua vez, a postura transparente e ética dos negócios é reforçada por um programa de compliance estruturado em práticas referenciadas nas principais exigências mundiais, a exemplo da *Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)*, e em antecipação à Lei Anticorrupção 12.846/2013, em vigor desde janeiro de 2014. Além disso, ao longo do ano realizamos um amplo diagnóstico dos mecanismos antifraude, tendo em vista o aprimoramento dos 93 processos existentes e a implantação de outras 77 iniciativas de proteção corporativa.

O planejamento estratégico de longo prazo, a capacidade operacional da Companhia e a dedicação dos nossos profissionais foram fundamentais para que, em 2014, a população fosse poupada dos sofrimentos causados por um eventual desabastecimento generalizado. Os esforços devem seguir nesta mesma intensidade em 2015 e nos próximos anos, deixando legados importantes para o enfrentamento de futuras adversidades. Tanto no aspecto estrutural, ainda mais robusto e seguro, quanto na relação mais consciente que nós cidadãos teremos em relação à água.

JERSON KELMAN

Diretor-Presidente da Sabesp

ENTRE AS MAIORES DO MUNDO EM POPULAÇÃO ATENDIDA

G4-3/4/5/6/7/8/9 Fundada em 1973 a partir da fusão de várias empresas de saneamento e sob as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) tem como visão a universalização dos serviços de saneamento em sua área de atuação. Além disso, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e alinhada às políticas ambientais e socioeconômicas do Governo do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, tem como missão “Prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.”

Sociedade anônima de capital aberto e economia mista, com sede no município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, no Brasil, a Companhia é regulada por princípios e normas de direito público e privado.

Atualmente, a Companhia está posicionada como a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em população atendida, de acordo com classificação trazida pela 14ª edição (2012-2013) do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook*. Operamos serviços de água e esgotos no Estado de São Paulo, inclusive na cidade de São Paulo.

Em 2014, geramos uma receita líquida de aproximadamente R\$11,2 bilhões e um lucro líquido de R\$903,0 milhões. Nossos ativos totalizam R\$30,4 bilhões e nosso valor de mercado era de R\$11,6 bilhões em 31 de dezembro de 2014. Fornecemos água para 28,4 milhões de pessoas (25,3 milhões diretamente e 3,1 milhões atendidas no atacado) e coletamos o esgoto gerado por 22,4 milhões de pessoas. Atendemos aproximadamente 67% da população urbana do Estado de São Paulo.

Nossa estrutura é composta por cinco diretorias, além da presidência, sendo duas delas de atuação operacional e que se dividem em 17 unidades de negócio distribuídas pelo Estado. Operamos 235 estações de tratamento de água e 524 estações de tratamento de esgotos, incluindo 9 emissários submarinos. Nossa rede de distribuição de água alcança 70,8 mil quilômetros e a de esgotos, 48,0 mil quilômetros. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 14.753 empregados, cuja produtividade foi de 1.008 ligações por empregado.

A Companhia está presente em 364 municípios paulistas, além de atender parcialmente o município de Mogi das Cruzes. Entre 1º de janeiro de 2007, quando da publicação do novo Marco Regulatório (Lei 11.445/07) e 31 de dezembro de 2014, celebramos

contratos para prestar serviços por mais 30 anos com 274 municípios (inclusive com a cidade de São Paulo), sendo que 8 desses contratos foram assinados em 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, esses 274 municípios respondiam por aproximadamente 73,4% da receita total da Companhia e por 65,7% dos ativos intangíveis. Atualmente, continuamos operando nos 54 municípios em que os contratos expiraram e estamos negociando a renovação.

Até 2030, outros 38 contratos vencerão. Juntos, eles representam 8,7% da receita total da Companhia, e cerca de 8,0% dos ativos intangíveis. Nestes casos, a Sabesp também empreenderá os esforços necessários para formalizar novos contratos por mais 30 anos. Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2014 fornecemos água no atacado para outros cinco municípios localizados na região metropolitana de São Paulo (RMSP), dos quais quatro também utilizavam serviços de tratamento de esgotos.

Em outros três municípios do Estado de São Paulo, a Sabesp é sócia nas empresas Águas de Castilho S.A., Águas de Andradina S.A. e Saneaqua Mairinque S.A. que prestam serviços de água e esgotos e, no município de Mogi Mirim (SP), também como sócia, na empresa SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A., para modernização, implementação e gestão do sistema de tratamento de esgotos. Cabe destacar que não houve aportes nas coligadas em 2014.

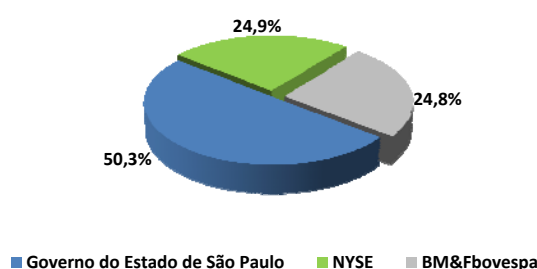
No segmento de água de reuso, a Sabesp atua como sócia da Odebrecht Ambiental na Aquapolo Ambiental, para produzir, fornecer e comercializar o produto para o Polo Petroquímico de Capuava e no segmento de esgotos não domésticos criou, junto com a Estre Ambiental, a Attend Ambiental, que começou a operar no segundo semestre de 2014 uma estação de pré-tratamento de esgotos não domésticos e condicionamento de lodo na Região Metropolitana de São Paulo, entre outras atividades.

Oferecemos também serviços de consultoria sobre uso racional da água, planejamento e gestão comercial, financeira e operacional. Atualmente, atuamos no Panamá, Honduras e Nicarágua, sendo nos dois primeiros países, em parceria com a *Latin Consult*.

Estamos habilitados a operar serviços de drenagem e limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, comercializar energia e executar outros serviços, fornecer produtos e auferir benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorram dos seus ativos, operações e atividades, no Brasil e no exterior.

As atribuições de controle, fiscalização e regulação, inclusive tarifária, de nossas operações em sua maioria são exercidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp.

Nossas ações – todas ordinárias com direito a voto – são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), na forma de *American Depositary Receipts* (ADR Nível III), sob o código SBS. Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos 5.010 acionistas registrados na BM&FBovespa e nosso capital social estava composto na seguinte proporção:



A Companhia segue integrando os principais índices da BM&FBovespa, entre eles o Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Governança Corporativa

A instância máxima de decisão na Companhia é a Assembleia Geral de Acionistas. Compete a ela, entre outros assuntos, eleger ou destituir os conselheiros de administração e fiscal, fixar a remuneração dos administradores e aprovar dividendos.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por dez membros com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição, sendo quatro deles independentes, de acordo com as regras do Novo Mercado da BM&FBovespa. Dentre eles, um foi eleito pelos acionistas minoritários. Exceto o diretor-presidente, nenhum outro diretor compõe o Conselho de Administração, cabendo destacar que não é permitido ao diretor-presidente ocupar a posição de presidente do Conselho de Administração.

O ano de 2014 e os primeiros meses de 2015 foram marcados por grandes mudanças em nossa Administração. Na Diretoria, em março de 2014, registramos a renúncia de João Paulo Tavares Papa, Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, que

posteriormente (em agosto), foi substituído por Edson José Pinzan. Em janeiro de 2015, Jerson Kelman assumiu a Presidência da Companhia, em substituição a Dilma Seli Pena.

No Conselho de Administração, também em março de 2014 recebemos o pedido de renúncia de Edson de Oliveira Giriboni, presidente do Conselho de Administração.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2014, o acionista controlador renovou parte do Conselho Fiscal da Companhia, elegendo Rui Brasil Assis para membro efetivo e, Enio Marrano Lopes e Márcio Rea como membros suplentes. Na mesma data, Joaldir Reynaldo Machado deixou o Conselho Fiscal.

Na mesma ocasião, os acionistas minoritários promoveram mudanças no Conselho de Administração, elegendo Luís Eduardo Assis em substituição a Alexander Bialer e, no Conselho Fiscal, com a eleição de Alexandre Luis Oliveira de Toledo e Antonio Claudio Zeituni para membros efetivo e suplente, respectivamente, em substituição a Massao Fábio Oya e Jorge Michel Lepeltier.

Em janeiro de 2015, Benedito Pinto Ferreira Braga Junior, novo Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos foi eleito como presidente do Conselho de Administração. Na sequência, em fevereiro de 2015, o conselheiro Mauro Guilherme Jardim Arce renunciou e Jerson Kelman, passou a integrar o Conselho.

G4-34 Outras informações sobre nossa estrutura de governança corporativa e seu funcionamento estão disponíveis na seção “Governança Corporativa”, da área de Relações com Investidores do site da Companhia: www.sabesp.com.br/investidores.

Em 2014, a remuneração dos conselheiros de administração e diretores, incluindo benefícios, foi de aproximadamente R\$ 3,4 milhões. A esse montante, somam-se cerca de R\$ 504 mil referente à remuneração variável dos diretores, cabendo lembrar que a remuneração variável não é permitida aos conselheiros de administração e conselheiros fiscais, conforme previsto no Decreto Estadual 58.265/12 e, ratificado pela Assembleia de Acionistas de abril de 2013.

De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela Assembleia de Acionistas. Na Sabesp, a política de remuneração dos conselheiros e diretores é estabelecida de acordo com as diretrizes do governo de São Paulo, baseada principalmente no desempenho, sempre sujeita à aprovação em Assembleia de Acionistas.

PAINEL DE INDICADORES

Indicadores	Unidade	2014	2013	2012	2011	2010
Atendimento						
Índice de atendimento em água		Tende à universalização ⁽¹⁾				
Índice de atendimento em coleta de esgoto	%	85	84	83	82	81
Índice de tratamento dos esgotos coletados ⁽²⁾	%	77	78	77	76	75
População residente atendida com abastecimento de água	mil habitantes	25.264	24.560	24.249	23.911	23.625
População residente atendida com coleta de esgoto	mil habitantes	22.353	21.483	20.992	20.498	20.024
Percepção positiva de satisfação do cliente ⁽³⁾	%	80	89	89	92	89
Operacionais						
Ligações de água	milhares	8.210	7.888	7.679	7.481	7.295
Ligações de esgoto	milhares	6.660	6.340	6.128	5.921	5.718
Extensão de rede de água ⁽⁴⁾	km	70.800	69.619	67.647	66.389	65.379
Extensão de rede de esgoto ⁽⁴⁾	km	47.992	47.103	45.778	45.073	44.279
ETA - Estações de tratamento de água	un	235	232	214	212	213
Poços	un	1.055	1.083	1.079	1.102	1.093
ETE - Estações de tratamento de esgoto	un	524	509	502	490	490
Perdas de água - faturamento ⁽⁵⁾	%	21,3	24,4	25,7	25,6	26,0
Perdas de água – relativas à micromedição ⁽⁶⁾	%	29,8	31,2	32,1	32,0	32,3
Perdas de água por ligação ⁽⁷⁾	litros por ligação por dia	319	372	392	395	403
Índice de hidrometração ⁽⁸⁾	%	99,97	99,97	99,97	99,97	99,97
Volume produzido de água	milhões de m ³	2.840	3.053	3.059	2.992	2.952
Volume micromedido de água no varejo	milhões de m ³	1.573	1.624	1.601	1.557	1.514
Volume faturado de água no atacado	milhões de m ³	247	299	298	297	293
Volume faturado de água no varejo	milhões de m ³	1812	1.835	1.796	1.747	1.699
Volume faturado de esgoto	milhões de m ³	1.562	1.579	1.535	1.486	1.434
Número de empregados ⁽⁹⁾	un	14.753	15.015	15.019	14.896	15.330
Produtividade operacional	ligações/ empregado	1.008	948	919	900	849
Financeiros						
Receita bruta	R\$ milhões	11.823,4	11.984,8	11.391,2	10.529,7	9.785,9
Receita líquida	R\$ milhões	11.213,2	11.315,6	10.737,6	9.927,4	9.230,4
EBITDA Ajustado ⁽¹⁰⁾	R\$ milhões	2.918,7	4.006,6	3.605,0	3.371,0	3.222,5
Margem do EBITDA Ajustada	% da receita líquida	26,0	35,4	33,6	34,0	34,9
Margem do EBITDA Ajustada sem receita e custo de construção	% da receita líquida	34,4	44,6	43,0	43,2	44,7
Resultado operacional ⁽¹¹⁾	R\$ milhões	1.910,7	3.138,8	2.843,3	2.512,0	2.672,1
Margem operacional ⁽¹¹⁾	% da receita líquida	17,0	27,7	26,5	25,3	28,9
Resultado (lucro/prejuízo líquido)	R\$ milhões	903,0	1.923,6	1.911,9	1.380,9	1.630,4
Margem líquida	% da receita líquida	8,1	17,0	17,8	13,9	17,7
Dívida líquida por EBITDA Ajustado	múltiplo	3,1	1,9	1,9	1,9	1,9
Dívida líquida sobre patrimônio líquido ⁽¹²⁾	%	68,1	59,3	61,8	59,6	64,3
Investimento ⁽¹³⁾	R\$ milhões	3.210,6	2.716,0	2.535,6	2.440,2	2.194,4

Ambientais						
G4-EN1 – Produtos químicos usados no tratamento de água e esgotos	t	273.417,9	268.959,8	232.386,1	206.376,6	203.291,8
G4-EN2 - Percentual de produtos químicos utilizados no tratamento de água e esgotos provenientes de reciclagem	%	3,56	3,97	4,54	5,18	5,14
G4-EN3 ⁽¹⁴⁾ - Consumo total de eletricidade	Terajoules (TJ)	8.613	8.309	8.552	8.196	7.773
G4-EN5 - Consumo de eletricidade/m³ produto água	kWh/m³	0,71	0,63	0,65	0,64	0,61
G4-EN5 - Consumo de eletricidade/m³ produto esgoto	kWh/m³	0,43	0,42	0,42	0,43	0,41
G4-EN6 – Redução do Consumo de Energia para produto água – J	%	-3,2%	-	-	-	-
G4-EN6 – Redução do Consumo de Energia produto esgoto – J	%	-2,4%	-	-	-	-
G4-EN7 - Reduções nos requisitos de energia/m³ produto água - kWh/m³	%	-12,4	-	-	-	-
G4-EN7 - Reduções nos requisitos de energia/m³ produto esgoto - kWh/m³	%	-4,2	-	-	-	-
G4-EN8 - Total de retirada da água - Superficial	Milhões m3	2.674	-	-	-	-
G4-EN8 - Total de retirada da água - Subterrânea	Milhões m3	166	-	-	-	-
G4-EN10 - Percentual de consumo de água no tratamento em ETAs	%	0,8	0,5	2,3	2,00	1,70
G4-EN10 - Percentual de recuperação de água de lavagem de filtros e decantadores em ETAs	%	87,4	95,5	96,8	91,4	91,9
Emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa ⁽¹⁶⁾	t CO ₂ e	-	2.154.407	2.141.111	1.987.645	1.873.729
G4-EN15 ⁽¹⁵⁾ - Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	t CO ₂ e	-	1.912.750	-	-	-
G4-EN16 ⁽¹⁵⁾ - Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	t CO ₂ e	-	221.212	-	-	-
G4-EN17 ⁽¹⁵⁾ - Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	t CO ₂ e	-	20.445	-	-	-
G4-EN22 ⁽¹⁶⁾ - Volume de água de reuso fornecida	mil m³	1.214,9	1.679,70	1.645,79	1.572,20	1.636,80
G4-EN22 ⁽¹⁶⁾ - Percentual de água de reuso vendida sobre esgoto tratado em ETEs com reuso	%	0,27%	0,35	0,35	0,35	0,35
G4-EN22 ⁽¹⁶⁾ - Percentual de água de reuso fornecida sobre capacidade instalada	%	28,50	35,42	34,74	34,74	36,17
G4-EN31 ⁽¹⁷⁾ - Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	R\$ milhões	29,8	32,5	27,7	30,4	-
Nº de ETEs e ETAs com Sistema de Gestão Ambiental (SGA) ⁽¹⁸⁾	Unidades	95	95	65	65	65
Nº de ETEs e ETAs certificadas ISO 14001 ⁽¹⁸⁾	Unidades	51	50	50	50	50
Nº de pessoas em visitas monitoradas de educação sanitária e ambiental nas unidades operacionais	Pessoas	58.018	64.000	56.456	72.671	-
Mudas plantadas voluntariamente	Unidades	20.702	19.081	30.034	126.633	726.255
Quantidade de recicláveis coletada no Sabesp 3Rs	t	310	381	372	286	101
Consumo médio de álcool combustível	litros/ veículo	2861	2.747	2.532	2.529	2.232
Consumo de álcool sobre combustível total ⁽¹⁹⁾	%	53	54	50	32	48
Percepção pública positiva da responsabilidade ambiental da Sabesp ⁽³⁾	%	63	69	65	78	81
Sociais						
Taxa de frequência de acidentes com afastamento ⁽²⁰⁾	acidentes por milhão de horas trabalhadas	6,4	6,6	5,5	7,2	6,2
Valor investido em programas sociais internos ⁽²¹⁾	R\$ milhões	617	594	522	501	382
Valor investido em programas sociais internos ⁽²¹⁾	% da receita líquida	5,5	5,3	4,9	5	4,1
Valor investido em programas sociais e ambientais externos	R\$ milhões	47	63	58	57	54
Valor investido em programas sociais e ambientais externos	% da receita líquida	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6
Percepção pública positiva da responsabilidade social da Sabesp ⁽³⁾	%	66	70	64	80	83
Reclamações ranqueadas no Procon	unidade	78	61	93	91	49
Posição no ranking do Procon ⁽²²⁾	posição	-	-	-	-	-

- (1) 99% ou mais.
- (2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais
- (3) Pesquisa realizada em 2014 pela VR Consultoria Ltda. (5.850 entrevistas em toda a base operada com 1,3% de margem de erro e intervalo de confiança de 95%).
- (4) Inclui adutoras, coletores-tronco, interceptores e emissários.
- (5) Inclui perdas físicas e não físicas. O percentual de perda de água representa o quociente resultante da (i) a diferença entre (a) o volume total de água produzido, (b) o volume total de água faturado aos consumidores e (c) volume total de água produzido (após exclusão de certas perdas não físicas de água especificadas na sequência) dividido pelo volume total de água produzido. Excluímos do nosso cálculo de perdas de água o seguinte: (i) água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água; (ii) água fornecida para uso dos municípios, como por exemplo, para combate a incêndios; (iii) água consumida por nossas unidades; e (iv) perdas de água estimadas associadas à água que fornecemos a favelas.
- (6) Inclui perdas físicas e não físicas. O percentual de perda de água representa o quociente resultante da (i) a diferença entre (a) o volume total de água produzido, (b) o volume total de água micromedido e (c) volume total de água produzido (após exclusão de certas perdas não físicas de água especificadas na sequência) dividido pelo volume total de água produzido. Excluímos do nosso cálculo de perdas de água o seguinte: (i) água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água; (ii) água fornecida para uso dos municípios, como por exemplo, para combate a incêndios; (iii) água consumida por nossas unidades; e (iv) perdas de água estimadas associadas à água que fornecemos a favelas.

- (7) Calculada pela divisão (i) da média anual de perdas de água pela (ii) quantidade média de ligações de água ativas multiplicada pelo número de dias do ano.
- (8) Ligações com hidrômetro / Ligações Totais
- (9) Número de empregados próprios. Não inclui os cedidos a outros órgãos.
- (10) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.
- (11) Não inclui receitas e despesas financeiras.
- (12) Dívida líquida compreende a dedução de caixa e equivalentes de caixa e juros e encargos de empréstimos e financiamentos internos e externos.
- (13) Não inclui compromissos financeiros assumidos nos contratos de programa (R\$63 milhões, R\$139 milhões, R\$155 milhões, R\$65 milhões e R\$116, em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, respectivamente).
- (14) Do consumo total de energia 7.194 TJ refere-se a água produzida, 1.314 TJ ao esgoto tratado e 105 TJ em áreas administrativas.
- (15) O inventário anual de GEE referente a 2014 está sendo elaborado no ano de 2015. Adotados novos indicadores a partir de 2015.
- (16) Referem-se às ETEs ABC, Barueri, Jesus Netto, Parque Novo Mundo e São Miguel, que têm instalações para reuso. Água fornecida corresponde à vendida e à consumida internamente nas ETEs (por exemplo, em selagem de bombas). A capacidade é a nominal das instalações. Os valores de 2014 não consideram o volume de efluentes fornecidos ao Aquapolo Ambiental que é de cerca 10,8 milhões de metros cúbicos no ano.
- (17) Foram considerados os investimentos e gastos com proteção ambiental, associados diretamente ao desenvolvimento e implementação de programas corporativos de gestão ambiental, bem como ao Programa de Uso Racional da Água – Pura. Outros investimentos e gastos associados à proteção ambiental, estão contemplados no valor total de despesas operacionais e investimentos informados no presente relatório.
- (18) Realizado em 2014 realinhamento estratégico do programa de implantação do SGA e certificações, visando acelerar a implantação do SGA em todas estações até 2024. Diante desse novo cenário, em 2015 passaremos de 51 para 35 estações certificadas. Além das 95 estações com SGA implantado, temos outras 34 Estações em fase de implantação, totalizando 129 estações.
- (19) Considerados veículos leves da frota própria e locada, movidos a álcool e gasolina.
- (20) Exclui acidentes de trajeto e doenças ocupacionais
- (21) Inclui participação no lucro.
- (22) Quando não informado, significa que a Sabesp não esteve entre as 50 mais reclamadas no Procon, que compõem o ranking.

DESAFIOS PARA O ABASTECIMENTO EM UM AMBIENTE DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS

A Sabesp é responsável pelo abastecimento de 364 municípios que totalizam 25,3 milhões de paulistas e atende cinco municípios no atacado, com população de 3,1 milhões de habitantes. Mais que operar em todas as regiões do vasto Estado de São Paulo – com território maior que a soma das extensões de Portugal e Inglaterra – a Companhia atua em uma área de disponibilidade hídrica por habitante extremamente crítica, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Com 22 milhões de habitantes – metade da população paulista e uma das maiores aglomerações urbanas do mundo – a RMSP está localizada na nascente da bacia do Alto Tietê, combinação que faz com tenha uma oferta per capita de água comparável a regiões semiáridas. Enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) diz que o mínimo ideal para se ter conforto no abastecimento é de 1,5 milhão de litros, a oferta na RMSP é até dez vezes menor, com média anual de aproximadamente 150 mil litros de água por habitante.

Entre o final de 2013 e o início de 2014, este cenário já historicamente desafiador para o abastecimento ganhou proporções dramáticas com a instalação de zonas de alta pressão atmosférica na região, impedindo precipitações e a recomposição dos reservatórios. Foi quando se registrou a mais grave seca de uma série histórica de 84 anos, desde que foram iniciadas as medições das vazões de água que entram nos principais mananciais, em 1930.

Importantes institutos meteorológicos brasileiros como o CPTEC/Inpe e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) não conseguiram que seus radares detectassem com antecedência a gravidade da situação, que afetou também regiões do interior paulista e estados próximos como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Denominado “Diagnóstico da Estação Chuvosa 2013-2014 na Região Sudeste do Brasil com ênfase no Sistema Cantareira”, um estudo elaborado em conjunto pelos dois institutos federais revela que “a comunidade científica não identificou com meses de antecedência nenhum indício da possibilidade de uma redução acentuada das chuvas durante a estação chuvosa 2013-2014 sobre a Região Sudeste”.

Na análise, os institutos apontam o clima principal fator da crise registrada. “[Foi um] intenso, persistente e anômalo sistema de pressão atmosférica que, através da inibição das correntes ascendentes de ar, prejudicou a ocorrência das típicas pancadas de chuva, assim

como a passagem/desenvolvimento de sistemas de escala maior normalmente responsáveis pelos maiores acumulados de chuva ao longo da estação chuvosa.”

Acompanhada de picos recordes de temperatura, a estiagem impactou diretamente na queda acentuada dos estoques de água dos mananciais que compõem o Sistema Metropolitano de Água da RMSP.

O sistema Cantareira, localizado ao norte da RMSP, foi o primeiro a acusar os efeitos da seca, no início de 2014. Principal fonte de abastecimento da Grande São Paulo, este sistema é composto por seis represas interligadas por um complexo sistema de túneis e canais, localizados ao longo dos municípios de São Paulo, Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracaia, Vargem e Joanópolis, estes dois últimos na divisa com Minas Gerais, a aproximadamente 100 quilômetros da Capital.

As águas passam de uma represa a outra por gravidade até uma estação elevatória que bombeia para a estação de tratamento. O sistema como um todo armazena aproximadamente 1,5 trilhão de litros de água, sendo 982 bilhões de litros acima do nível das comportas de transporte por gravidade (também conhecido como volume útil) e o restante abaixo das comportas, volume denominado “reserva técnica”.

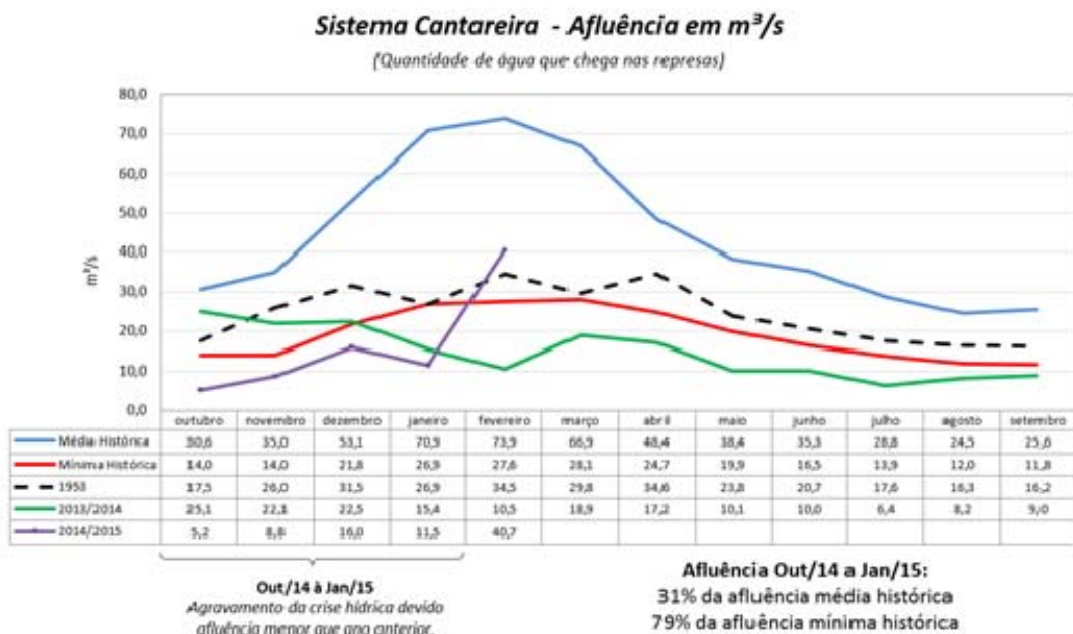
Em condições normais ele é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 9 milhões de habitantes e captação média de até 33 m³/s (31 m³/s da Bacia do PCJ, onde o Sistema Cantareira está localizado e 2 m³/s da Bacia do Alto Tietê) para atender a RMSP. Outros 5 m³/s podem ser liberados para rios que abastecem a região Metropolitana de Campinas e Jundiaí. As condições de retirada de água são definidas pela ANA (Agência Nacional das Águas) e DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), atendendo ao definido pela outorga de exploração do sistema datada de 2004.

No decorrer do mesmo ano, sua vazão afluyente atingiu níveis médios quase 50% inferiores aos mínimos registrados nos anos de 1953-1954, biênio com os índices mais críticos até então.

Segundo o Instituto Agrônomo de Campinas, foi o janeiro mais seco em 125 anos de monitoramento na área do Cantareira. Esta situação combinada com a retirada de água para abastecer a população e o calor acima da média, observado nos meses de verão, levou à contínua queda do nível das represas que compõem o sistema. Em outubro de 2014, ao invés da chegada das chuvas, a situação começou a se agravar. Entre outubro de 2014 e janeiro de 2015, a vazão afluyente atingiu apenas 31% da média histórica e 79% da mínima (gráfico). No

mês de janeiro de 2015, a vazão média afluente ao sistema Cantareira foi 40% menor que janeiro de 2014 e somente 13% da vazão média para o mês.

Diante deste cenário, a ANA e o DAEE impuseram, ao longo de todo o ano de 2014, contínuas reduções da vazão de água retirada do Sistema Cantareira por nós, com o objetivo de garantir que a água reservada não se esgotasse em um curto espaço de tempo. Assim, para manter a continuidade do abastecimento de água para população da RMSP e para diminuir a produção de água do Cantareira, visando garantir a sobrevivência ao manancial até o retorno das chuvas à normalidade, foi tomada uma série de ações que estão detalhadas no capítulo Enfrentando a crise hídrica, página 30.



IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE HÍDRICA

G4-EC2 As medidas tomadas para mitigar a seca resultaram na redução significativa do volume faturado de água e da receita de serviços prestados, o que produziu um efeito adverso relevante sobre a Companhia e poderá se agravar no futuro caso a seca se acentue.

De tempos em tempos a Sabesp enfrenta uma redução da água disponível nos mananciais devido às secas. O sudeste do Brasil, particularmente, a região sul do Estado de Minas Gerais, a Bacia do rio Piracicaba (do qual extraímos a água usada no Sistema Cantareira) e a zona norte da RMSP têm experimentado níveis de chuva abaixo da média desde 2012, tendo havido um agravamento da estiagem a partir do final de 2013 até setembro de 2014.

Durante a estação chuvosa, iniciada em outubro de 2014, o nível de chuva na região esteve significativamente abaixo da média entre os meses de outubro/14 a janeiro/15, retornando a níveis satisfatórios em fevereiro de 2015, quando ficou acima da média para o mês.

O resultado foi um impacto negativo no armazenamento de água dos reservatórios, já reduzidos, devido à forte seca no verão de 2013 e 2014. A restrição hídrica é maior no Sistema Cantareira, o maior sistema da RMSP. Como resultado da seca e do baixo volume nesse Sistema desde março de 2014, o DAEE e a ANA reduziram gradativamente o volume de água que a Sabesp pode captar. Em fevereiro de 2015, a Sabesp recebeu autorização para extrair 13,5 m³/s.

Em março de 2014, a Companhia tinha permissão para captar e 33 m³/s, dos quais 31 m³/s da Bacia do PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), onde o Sistema Cantareira está localizado, e 2 m³/s da Bacia do Alto Tietê. Com o objetivo de manter o abastecimento ininterrupto continuar a atender a demanda dos consumidores, mesmo com uma menor disponibilidade de água, a Companhia vem adotando uma série de medidas (pag. X)

Em 2014, o volume faturado de água caiu 3,1% e a receita operacional líquida decresceu 0,9%, comparada a 2013.

Se a estiagem continuar e os níveis dos reservatórios permanecerem reduzidos, a Sabesp não poderá assegurar que o programa de bônus e outras medidas tomadas em 2014 e início de 2015 serão interrompidas, nem se terá condições de atender toda a população de sua área de atuação. Cabe lembrar que com o aumento da conscientização dos usuários sobre a necessidade de economizar água e a implantação do programa de bônus o volume de água *per capita* consumido diminuiu. A Sabesp não pode garantir que ao final do programa de bônus, o

referido consumo retornará aos níveis anteriores à atual crise de água. Um menor consumo *per capita* pode afetar negativamente nossos negócios e resultado das operações no futuro.

Além disso, a Companhia foi obrigada a realizar uma série de investimentos para continuar fornecendo água à população, o que resultou em aumento de custos e revisão do plano de investimentos. Caso a seca persista, a Companhia poderá ser obrigada a tomar medidas mais drásticas, incluindo a implantação do rodízio de água.

Outorga do Sistema Cantareira

A captação de água do Sistema Cantareira é outorgada à Sabesp pela ANA e pelo DAEE, tendo sido renovada em 2004 por dez anos, expirando em agosto de 2014. No entanto, em função da severa escassez hídrica observada no Sistema Cantareira, a outorga foi prorrogada até o final de outubro de 2015.

A Companhia buscará renovar junto à ANA e ao DAEE a outorga na mesma base que vigorou de 2004 até 2014, a qual permitia retirada de 31 m³/s da bacia do PCJ. No entanto, a forte estiagem de 2014, o ano mais seco em 84 anos de registro, trouxe um novo patamar mínimo de chuvas e aflúncias, o que poderá tornar a discussão ainda mais complexa. Não é possível garantir a renovação da outorga na mesma base, principalmente, porque não se sabe como estas novas mínimas e o consequente esvaziamento do manancial serão considerados na negociação.

Os parâmetros técnicos desses registros históricos, que eram utilizados para analisar as retiradas de água dos reservatórios, e consequentemente a outorga, poderão ser discutidos a partir dessa nova realidade e, por outro lado, não há como prever se a crise se manterá, se aprofundará ou será superada no futuro imediato.

Gestão de Riscos

As atividades de gestão de riscos na Sabesp obedecem a padrões internacionais e norma técnica brasileira, especificamente o COSO 2013 - *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ABN NBR ISO 31.000 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes. Todos os trabalhos também estão alinhados ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, ao planejamento estratégico da Companhia, seus processos e à cultura organizacional. Além do risco associado à crise hídrica, estamos sujeitos a outros descritos no item 4.1 do nosso

Formulário de Referência¹, sendo que as ações mitigatórias são estabelecidas por planos de ação, com monitoramento contínuo.

Processos Judiciais

No curso regular das suas atividades, a Sabesp é parte em alguns processos judiciais, envolvendo questões de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal, entre outros. Vários litígios individuais somados respondem por uma parte significativa do valor total de processos judiciais. Em nossas demonstrações financeiras constam de processos classificados como de perda possível e provável, sendo provisionado somente os de perda provável. Os processos relevantes estão descritos na Nota Explicativa 19 das nossas demonstrações financeiras incluídas neste relatório anual.

Gestão tecnológica: SIIS

A empresa está empenhada no aprimoramento da eficiência dos processos internos com a implantação do SIIS (Sistema Integrado de Informações Sabesp). O sistema é viabilizado a partir da tecnologia ERP - Enterprise Resource Planning (sistema integrado de informações empresariais), composto pelo software da SAP e por um software comercial e de relacionamento com os clientes, da empresa Engineering.

A previsão inicial era que SIIS estaria em operação em meados de 2014 com a implantação dos módulos do SAP. Entretanto durante os testes ficou claro que algumas funcionalidades fundamentais deveriam ser refeitas e exaustivamente testadas antes de serem implantadas. Por isso as atividades foram replanejadas, considerando, inclusive, a quantidade de profissionais alocados ao projeto. A equipe com aproximadamente 150 profissionais da Sabesp e outros 150 profissionais do Consórcio contratado continua trabalhando para que seja possível implantar os módulos do SAP ainda em 2015, e o novo sistema comercial em meados de 2016. A tecnologia oferece maior confiabilidade e assertividade para a tomada de decisões, tanto nas áreas financeiras e comerciais quanto no âmbito da governança corporativa. Isso será possível a partir da disponibilização de informações integradas, consolidadas e em tempo real. Outra vantagem competitiva está na mudança da cultura organizacional, a ser incorporada pelo conjunto de colaboradores, devido à necessidade de mudança nos atuais processos, para adotar as melhores práticas de mercado.

¹ O Formulário de Referência pode ser acessado no www.sabesp.com.br/investidores, seção Informações Financeiras e Operacionais – Formulário de Referência e IAN

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

A universalização dos serviços na área operada permanece como horizonte a ser perseguido, alavancada pela execução de programas estruturantes e um grande volume de investimentos². Saúde financeira, eficiência operacional, valorização da força de trabalho são alguns dos pilares que suportam nossa estratégia.

O planejamento resultante desta estratégia foi concebido para a continuidade do serviço de abastecimento das regiões atendidas pela Companhia.

Entre 1995 e 2014 a Sabesp investiu R\$ 10,9 bilhões na RMSP com o propósito de aumentar a disponibilidade dos mananciais, a capacidade de produção e de transporte da água tratada, a integração entre os sistemas produtores e a rede de distribuição. Nesse período, a produção aumentou de 57 m³/s para mais de 73 m³/s.

O planejamento e implantação dos nossos sistemas produtores da Região Metropolitana de São Paulo foram concebidos considerando as disponibilidades hídricas referenciadas às vazões médias das séries históricas dos últimos 84 anos, sendo que o biênio 1953/1954 era apontado, até então, como o período mais crítico registrado na Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, a situação vivenciada entre o final de 2013 e início de 2015 colocou praticamente todos os mananciais da RMSP em declínio significativo de suas disponibilidades hídricas, muito abaixo do patamar mínimo estabelecido em suas concepções.

Para enfrentar esta situação, a Sabesp adotou uma série de medidas que permitiram a redução da dependência do Sistema Cantareira (maior sistema da RMSP e principal manancial afetado pela crise) e o consequente melhor aproveitamento da reserva disponível nos mananciais dos demais sistemas produtores de água da RMSP. Tais medidas permitiram reduzir à metade a vazão média retirada do Cantareira, conforme detalhamento no capítulo Enfrentando a Crise Hídrica, página 30.

Com o objetivo de garantir uma oferta contínua dos serviços, a Companhia implantará ações de médio e curto prazo para aumentar a disponibilidade hídrica em 30% até o final da década. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a instalação de novas unidades por meio da locação de ativos são modalidades de parcerias já adotadas e podem ser ampliadas com o objetivo de reduzir o tempo na execução das obras, fortalecer nossa capacidade de investimentos, propiciar agilidade de resposta na implantação de infraestrutura,

² Segundo dados do SNIS (Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento) divulgados em 2013 pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades a Sabesp é responsável por cerca de 30% dos investimentos realizados em saneamento no Brasil.

especialmente frente à crise, e proporcionar a troca de tecnologia e conhecimento entre os envolvidos.

Balanço de Metas

O ano de 2014 apresentou desafios importantes para a Companhia. Ainda assim, mantivemos a trajetória de ampliação dos serviços realizando 231,5 mil novas ligações de água e 244,3 mil novas ligações de esgoto.

Ao final de 2014 o Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados foi 77%, mesmo patamar de 2012, e leve recuo em relação ao alcançado em 2013. Este desempenho, aquém do esperado, é decorrência da escassez hídrica, que levou a um menor consumo de água e consequentemente menor geração de volumes de esgoto coletado e tratado, especialmente em áreas atendidas com tratamento de esgoto.

O índice de perdas de faturamento de água apresentou queda e encerrou o ano em 21,3%, resultado que reflete os esforços do Programa Corporativo de Redução de Perdas, que contempla ações voltadas para manutenção de rede (reparos de vazamentos em redes, inspeção de ligações irregulares e inativas), a renovação de ativos (substituição de redes, ramais e hidrômetros), além da gestão de pressões na rede intensificada para diminuir os efeitos da crise hídrica.

Metas realizadas 2014 / Metas 2014-2020

	Realizado	Metas					
	2014	2014	2015	2016	2017	2018	2020
Abastecimento de Água⁽¹⁾	Tende à Universalização						
Coleta de Esgoto (%)	85	85	86	88	89	90	95
Tratamento de Esgoto Coletados (%)	77	78	81	86	88	90	95
Novas Ligações de Água (mil)	231,5	180	177	172	164	164	316 ⁽²⁾
Novas Ligações de Esgoto⁽³⁾ (mil)	244,3	235	242	242	242	237	474 ⁽²⁾
Perdas de Faturamento de Água (%)	21,3	24,0	23,4	22,2	21,2	20,1	18,1

(1) 99% ou mais

(2) Meta acumulada 2019/2020

(3) Ligações totais de esgoto, incluem as realizadas no escopo do programa Se Liga na Rede

Nos mesmos moldes do ano anterior, o Programa de Participação nos Resultados da Companhia utilizou alguns indicadores de metas juntamente com indicadores econômico-financeiro e de satisfação do cliente. O programa segue as orientações do Decreto 59.598, de 16/10/2013, e regula a concessão de bônus salariais vinculados ao desempenho em relação às metas estabelecidas. A Companhia atingiu plenamente três das sete metas, conforme tabela a seguir:

Programa de Participação nos Resultados 2014

Indicadores	Unidade	Meta	Realizado
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	%	34,0	26,0
Índice de satisfação do cliente	%	85	80
Número de novas ligações de água	mil un	180,0	231,5
Número de novas ligações de esgoto (convencionais)	mil un	215,4	238,1
Número de novas ligações de esgoto (Se Liga na Rede)	mil un	19,6	6,2
Índice de perdas de faturamento de água	%	24,0	21,3
Índice de tratamento dos esgotos coletados	%	78	77

(1) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.

A grave estiagem que tem atingido nossa região de operação desde final de 2013 nos levou a estimular nossos clientes a reduzir o consumo de água, o que resultou em queda de receitas e, conseqüentemente, na queda do EBITDA.

Sobre a satisfação do cliente, embora a meta não tenha sido atingida, consideramos o resultado positivo, pois demonstra que em meio à crise hídrica que afeta todo o sudeste brasileiro, o nosso cliente reconhece a dedicação e o empenho do corpo técnico da Sabesp no atendimento as suas demandas.

A meta de novas ligações de esgoto no âmbito do programa Se Liga na Rede não foi alcançada. A priorização dos esforços da Companhia na administração da crise hídrica aliada às dificuldades inerentes ao programa, que depende da adesão do cliente e de adaptações hidráulicas dentro das residências, não permitiram o desempenho desejado.

Ética e transparência

Os valores éticos que orientam a atuação da Sabesp no relacionamento com seus públicos estão explícitos em seu Código de Ética e Conduta. Seu cumprimento é acompanhado pelo Comitê de Ética e Conduta, que conta com ferramentas como o Canal de Denúncias,

preparado para acatar também denúncias anônimas, o Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Consumidor.

A Ouvidoria da Sabesp é um canal qualificado de relacionamento que possui duas frentes de atuação:

- Última instância de defesa dos clientes da empresa, atendendo em segunda instância àqueles que, por algum motivo, não ficaram satisfeitos ou não foram atendidos no prazo estabelecido, em seu contato inicial com a Sabesp.

- Última instância de defesa da imagem da empresa, atuando junto aos órgãos de defesa do consumidor, organizações não governamentais de defesa do consumidor, além de atender demandas de cliente encaminhadas por outros entes públicos, tais como secretarias de governo e outras ouvidorias.

G4-SO5/HR3 Em 2014 foram 178.783 manifestações entre informações prestadas, denúncias, elogios, críticas, sugestões e reclamações. Em relação especificamente às denúncias, foram registradas 108 ocorrências das quais 79% foram apuradas e 21% estão sob averiguação. Do total, 8% são relacionadas a comportamento inapropriado, como assédio, discriminação, perseguição e tratamento injusto. Para o total de denúncias consideradas procedentes, foram aplicadas penalidade a 43 empregados próprios ou terceirizados (8 advertências, 2 suspensões e 33 demissões).

A análise de todas essas modalidades de informações permite à Ouvidoria municiar a Alta Administração, por meio de relatórios, permitindo ações imediatas frente à demandas emergentes ou a implantação de melhorias nos processos e prestação de serviços.

O acompanhamento atento dos analistas da Ouvidoria junto ao Procon colaborou com o esforço da empresa em reduzir sistematicamente o número de reclamações. O resultado mais visível deste trabalho foi a não inclusão da empresa, nos últimos cinco anos, no ranking de reclamações. resultado que demonstra nosso trabalho cotidiano de atenção ao cliente.

Além disso, aderente ao princípio da transparência em seus negócios e em atendimento à Lei Federal nº. 12.527/2011 e ao Decreto Estadual nº 58.052/2012, a Sabesp disponibiliza o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que consiste em um canal de atendimento por meio do qual o cidadão pode ter acesso às informações de órgãos públicos.

As informações mínimas sobre a Companhia, exigidas pela referida legislação, estão disponíveis no www.sabesp.com.br, no link SIC, localizado no menu superior, assim como o canal para abertura de solicitações de outras informações pelo cidadãos. Além do contato via

internet, a Sabesp também coloca à disposição do cidadão o atendimento presencial na Rua Costa Carvalho, 300.

Ao longo do ano de 2014, foram atendidas 533 solicitações de informações, todas registradas por telefone e internet. Nesse mesmo período ocorreram 37 interposições de recurso de 1ª instância e 19 de 2ª instância, geradas pelos cidadãos, buscando informações complementares.

Combate à corrupção

Em 29 de janeiro de 2014 entrou em vigor no Brasil a Lei nº. 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, que introduziu o conceito da responsabilidade objetiva para a pessoa jurídica de direito privado no país, responsabilizando as empresas envolvidas em atos de corrupção na esfera administrativa e civil. Além atender a Lei Anticorrupção brasileira, por ter ações listados na Bolsa de Valores de Nova York, a Sabesp também está sujeita às previsões da FCPA – *Foreign Corrupt Practices Act*, lei semelhante que vigora no território norte-americano desde 1977. Segundo esta lei, as empresas podem ser responsabilizadas, ainda que os atos de corrupção sejam praticados por agentes comerciais, representantes ou por outrem que atuem em seu nome, tanto nos Estados Unidos como fora daquele país.

A Sabesp está comprometida a conduzir seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, estendida aos seus colaboradores e aos terceiros, que a representam, a obrigação de assimilar, aceitar e executar estas diretrizes.

Nosso programa de compliance observa as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e do Banco Mundial. Por sermos uma Companhia de economia mista, nosso programa abrange dois cenários distintos, corrupção ativa e corrupção passiva, e está estruturado com base no Comprometimento da Alta Administração, Estruturação Funcional, Valores e Conduta e Canal de Denúncia, Relação com Terceiros, Governança e Controles Internos, Gestão de Riscos, Treinamento e Comunicação.

G4-56/G4-SO3/SO4 Em 2014, fortalecemos nosso programa de compliance por meio do diagnóstico e do mapeamento de nossas práticas de compliance atuais e, definimos planos de ação para 23 processos considerados materiais com base na análise de riscos de corrupção e fraude corporativas realizadas em 2013. Nesse trabalho foram envolvidos diretamente auditores, gerentes e gestores da empresa. Além disso, disseminamos a cerca de 1.520

empregados que exercem função de liderança a conduta ética que esperamos de nossos colaboradores e parceiros, por meio de palestras e treinamentos presenciais e virtuais.

ENFRENTANDO A CRISE HÍDRICA

Aos primeiros sinais da estiagem, no início de 2014, a Sabesp colocou em prática ações emergenciais para que fosse mantida a regularidade no abastecimento na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e várias regiões atingidas em todo o Estado. No interior, municípios que viviam situação de maior gravidade foram socorridos com o remanejamento dos pontos de captação, novas adutoras e o aumento da capacidade de produção de água. Na RMSP, área mais afetada, a capacidade de integração infraestrutural entre os sistemas produtores e as ações contingenciais empreendidas evitaram a adoção de medidas mais drásticas à população, como o rodízio³.

Os esforços estratégicos resultaram na queda de 30% da retirada de água dos mananciais da Grande São Paulo – de 71 m³/s em janeiro de 2014 para 50 m³/s em fevereiro de 2015. O Cantareira, sistema mais gravemente impactado, foi o que recebeu maior atenção, sendo que sua contribuição para o abastecimento da metrópole apresentou queda de 56% na produção de água. Tais números foram alcançados com as seguintes iniciativas:

Transferência entre sistemas

Na RMSP, a Sabesp conta com oito sistemas produtores de água – Cantareira, Alto Cotia, Baixo Cotia, Guarapiranga, Rio Grande, Rio Claro, Alto Tietê e Ribeirão da Estiva. Juntos, em situação de normalidade climática, têm a capacidade de produção de 73 m³/s de água e compõem o Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIM). São interligados por adutoras de grande porte que compõem o Sistema Adutor Metropolitano (SAM), responsável pelo transporte da água tratada até os reservatórios setoriais e, deste ponto, às cerca de 20 milhões de pessoas na Grande São Paulo.

Com a queda vertiginosa do volume armazenado do sistema Cantareira iniciada em janeiro de 2014, uma das primeiras medidas emergenciais adotadas foi a transferência de vazões de outros sistemas produtores para atender regiões que, em condições normais, seriam abastecidas somente pelo Cantareira.

Quatro sistemas tiveram as áreas de atendimento expandidas. Devido à sua proximidade, o sistema Alto Tietê foi a primeira alternativa para socorrer o Sistema Cantareira. Teve sua produção de água elevada ao máximo, 14,97 m³/s, em fevereiro de 2013 e passou a

³ Uma situação de rodízio é configurada quando são feitas alternadamente interrupções programadas do abastecimento de água de diferentes regiões (setores) de uma cidade por períodos determinados em horas ou dias.

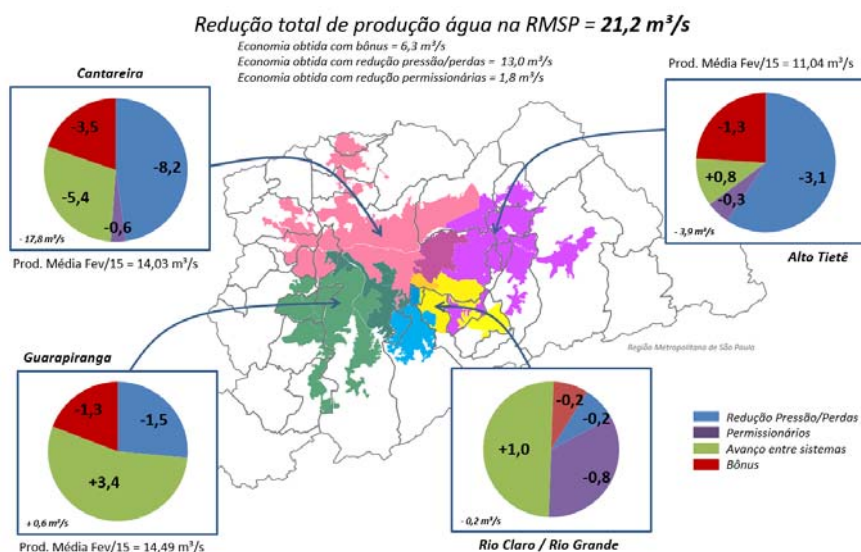
abastecer parte da região leste da metrópole, ampliando de 3,5 milhões de habitantes atendidos em fevereiro de 2014 para 4,5 milhões um ano depois. Um ano depois, com a contribuição dos demais sistemas, sua produção foi reduzida de para 11,04 m³/s. Os Sistemas Rio Grande (Billings) e Rio Claro ficaram responsáveis por fração da região sudoeste.

Pela primeira vez desde o início da sua operação, em 1973, o Cantareira, que abastecia aproximadamente 8,8 milhões de pessoas antes da crise no início de março atendia 5,6 milhões de cliente. Dessa forma, deixou de ser o maior produtor de água de São Paulo, posto que desde fevereiro de 2015 pertence ao sistema Guarapiranga, que chegou a atender 5,8 milhões de pessoas nas regiões sul e oeste da capital, ante 3,9 milhões pessoas que atendia antes da crise. Com volume útil de 171 bilhões de litros de água, esse sistema tem mantido, desde o início da estiagem, um patamar favorável de disponibilidade hídrica. Em um ano (fevereiro 2014 - fevereiro 2015) sua produção de água foi elevada de 13,77 m³/s para 14,49 m³/s, superando os 14,03 m³/s produzidos pelo Cantareira, seguidos pelo Alto Tietê, que entregou 11,04 m³/s.

Apesar da infraestrutura instalada, as manobras setoriais para substituição dos sistemas demandaram uma série readequações estruturais em sistemas hidráulicos, boosters, estações elevatórias, entre outras intervenções de urgência.

Além da maior transferência de vazões, o SIM ganhou mais capacidade de tratar e armazenar água. Em relação ao tratamento, foram mais 2 m³/s, o suficiente para o abastecimento de uma cidade com cerca de 800 mil habitantes. O Sistema Guarapiranga ganhou mais 1 m³/s – de 14 m³/s para 15 m³/s, e o Sistema Rio Grande (Billings), subiu de 5 m³/s para 5,5 m³/s. No início de fevereiro de 2015, com mais transferência de água pela adutora do rio Guaratuba (vertente marítima) para a represa Ponte Nova, do sistema Alto Tiete, foi aportando mais de 0,5 m³/s a esse sistema.

Complementarmente, foram entregues oito reservatórios metálicos setoriais de água tratada: dois no Alto da Boa Vista, um no Capão Redondo (bairro Parque Fernanda), um no Jardim Ângela, um em Itapecerica da Serra (bairro Campestre), um em Diadema (bairro Inamar), um em Franco da Rocha e um em São Bernardo do Campo. Somando uma capacidade de 83 milhões de litros, o que acrescenta aproximadamente 7% de capacidade de reservação ao SIM, essas caixas d'água setoriais são essenciais em bairros altos ou distantes das represas, pois garantem a pressão necessária nas redes para que a água chegue aos domicílios. Até abril de 2015, mais sete unidades serão instaladas. O conjunto de 15 grandes tanques ampliará em 10% o estoque de água armazenada na Grande São Paulo.



Reserva técnica

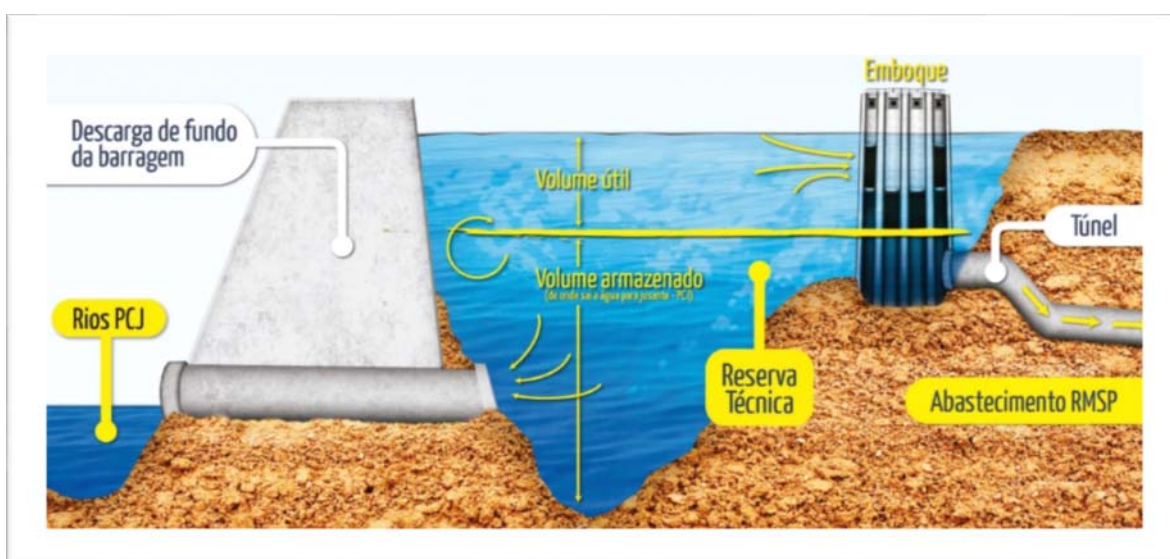
O sistema Cantareira como um todo armazena aproximadamente 1,5 trilhão de litros de água, sendo 982 bilhões de litros acima do nível das comportas de transporte por gravidade (também conhecido como volume útil) e o restante abaixo das comportas, volume denominado “reserva técnica”.

Em condições normais este sistema é responsável pelo abastecimento de 8,8 milhões de habitantes e captação média de até 33 m³/s (sendo 31 m³/s da Bacia do PCJ, onde o Sistema Cantareira está localizado e 2 m³/s da Bacia do Alto Tietê) para atender a RMSP. Outros 5 m³/s são liberados para rios que abastecem a Região Metropolitana de Campinas e Jundiaí.

A ANA (Agência Nacional de Águas) e do DAEE (Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo) são os órgãos que decidem condições de retirada de água do sistema, atendendo ao definido pela outorga de exploração do Cantareira em 2004. Como as simulações realizadas no verão de 2014 indicavam a perspectiva de esgotamento do volume útil do sistema Cantareira antes do início do período de chuvas seguinte, a Sabesp conseguiu autorização dos dois órgãos para utilizar parte da água da reserva técnica do sistema Cantareira – água que fica abaixo do nível de captação por gravidade.

Para viabilizar o uso desta reserva, a Sabesp teve que realizar a construção emergencial de barragens, canais, instalações de tubulações e conjunto de 17 bombas flutuantes. Executadas em menos de dois meses, as intervenções tiveram custo de R\$ 80 milhões e permitiram, em meados de maio de 2014, a captação da primeira cota da reserva

técnica com 182,7 bilhões de litros. A segunda cota, com 106 bilhões de litros, começou a ser captada no final de outubro de 2014. O bombeamento é feito para as represas Cachoeira e Paiva Castro, esta última na bacia do Alto Tietê, seguindo até a ETA Guaraú, na zona norte da capital. Na estação, a água recebe tratamento dentro dos padrões de qualidade seguidos pela Sabesp. A água distribuída à população respeita a portaria 2.914 do Ministério da Saúde e é analisada nos laboratórios da Sabesp, que seguem as normas NBR ISO/IEC-17025 e são certificados pelo Inmetro. A reserva técnica possui a mesma água do atual volume útil do sistema. Por meio da chamada descarga de fundo, há décadas é liberada para os rios que seguem até a região Bragantina e de Campinas para ser utilizada para abastecimento público.



Bônus e ônus

A concessão de bonificação a quem reduz o consumo da água e a tarifa de contingência que onera aqueles que desperdiçam foram medidas estratégicas estabelecidas para a contenção da demanda. O programa do bônus foi implantado em fevereiro de 2014 e se dividiu em três fases. Inicialmente beneficiava 8,8 milhões de moradores atendidos pelo Cantareira das regiões norte e centro de São Paulo, parte das zonas leste e oeste e outros dez municípios da grande São Paulo. Quem reduzisse em pelo menos 20% o consumo médio em relação à média registrada nos doze meses anteriores teria 30% de abatimento no valor total da conta. Em um segundo momento, em abril de 2014, a medida teve sua abrangência ampliada para um total de 31 municípios, cerca de 17 milhões de clientes, incluindo, além da grande São Paulo, as regiões Bragantina e de Campinas, dependentes do Cantareira. E, em novembro de 2014, passou a dar desconto de 10% na conta de quem reduzir o consumo de 10% a

15%, e 20% de desconto a quem reduzir entre 15% e 20%. Economia de 20% ou mais, permanece o desconto de 30%, modelo em vigor até o final de 2015.

Paralelamente à crescente cobertura da imprensa, ao longo de 2014, foram realizadas oito campanhas publicitárias, com mais de três mil inserções de TV e mais de 13 mil inserções de rádio, além de publicações em jornais e revistas, o que permite estimar que cada paulistano foi impactado no mínimo 40 vezes pelas mensagens de economia de água.

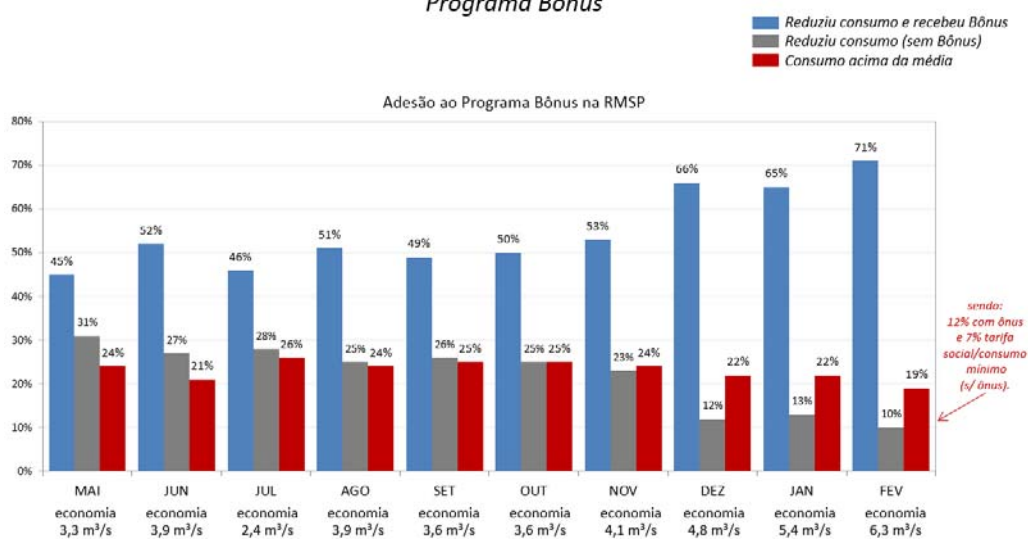
Em fevereiro de 2015 entrou no ar a campanha Cada Gota Conta, do Governo do Estado, reforçando a importância de fazer uso racional da água. Mais de 20 milhões de materiais impressos foram distribuídos pela equipe dos Guardiões das Águas. *(Detalhes na página 76)*

O impacto dessa força-tarefa pela conscientização da gravidade da crise hídrica teve resposta imediata da população. Já no segundo mês de vigência, 81% dos clientes diminuíram o consumo e 39% destes atingiram bonificação, esforço que se ampliou mês a mês chegando em fevereiro de 2015 quando 71% dos foram bonificados dos 81% que reduziram o consumo dentro do novo modelo de faixas diferenciadas de bônus. No final de 2014 o consumo per capita diário na grande São Paulo era de 126 litros ante uma média de 163 litros/habitantes/dia antes da concessão do bônus, em janeiro de 2014 – queda de 22% no consumo individual.

Aos clientes que aumentaram o consumo, em fevereiro de 2015, foi estabelecida a tarifa de contingência, após devida aprovação do órgão regulador. Também válido até dezembro de 2015, o mecanismo tarifário onera em 40% sobre o valor da tarifa para quem exceder a média do consumo de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014 em até 20% ou 100% sobre o valor da tarifa para quem exceder 20% da média.

As taxas incidem sobre todos os usuários, inclusive os que possuem contratos de demanda firme (grandes consumidores). Estão isentos clientes com consumo de água igual ou menor a 10 metros cúbicos, hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios e unidades da Fundação CASA. Na fatura de março, 12% tiveram suas contas reajustadas em função do aumento do consumo. Outros 7% com esse perfil não foram enquadrados na sobretaxa por gastarem menos de 10 m³ no mês.

Programa Bônus



Controle de perdas

G4-EN27 Apesar de ter ficado sob os holofotes ao longo de 2014 em decorrência da gravidade da crise hídrica, o controle de perdas não é uma preocupação recente. Parte importante dos esforços feitos permanentemente pela Sabesp para a gestão eficiente da água, as ações de combate às perdas existem há, no mínimo, duas décadas. E, em 2009, foi transformada em programa corporativo.

Implantado em parceria com a JICA (*Japan International Cooperation Agency*), o Programa Corporativo de Redução de Perdas se divide em duas frentes. A primeira está direcionada ao combate das chamadas tecnicamente de perdas físicas, que são causadas por vazamentos nas redes de distribuição. O combate às perdas comerciais - água que some das redes por meio dos "gatos", fraudes ou imprecisão na medição dos hidrômetros - constitui a outra frente de atuação.

Nos doze anos de atividade do programa (2009-2020) estão previstos investimentos de R\$ 5,1 bilhões por meio de investimentos próprios ou contraídos junto à JICA, Caixa Econômica Federal e BNDES. Nos últimos sete anos, de 2009 até o final de 2014, foram investidos R\$ 2,6 bilhões, dos quais R\$ 541 milhões somente em 2014, com a troca de equipamentos, tubulações, hidrômetros, além da execução de varreduras para identificação de fraudes.

Atualmente o patamar de perdas totais da Sabesp micromedido é de 29,8% (18,8% físicas e 11% comerciais), queda de 4,5% em relação a 2013, que registrou 31,2%. A média nacional de perdas totais chega a 37%, sendo que, em alguns estados, esse índice é superior a 50%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Até o final da

década, a Sabesp pretende atingir índice de 25,9% de perdas totais, o que representa 16,8% de perdas físicas, patamar semelhante ao do Reino Unido e superior a países como França e Itália, que apresentam índices entre 25% e 29%. Estas metas estão em revisão, em função da restrição orçamentária que o programa sofreu em função da atual crise hídrica.

Em relação à 2014, é importante frisar que a redução teve influência pela intensificação da gestão de pressões nas redes (detalhadas a seguir). Também foram ampliados os mutirões caça-vazamentos com o envio de equipes às ruas da RMSP para contenção de avarias e desperdícios nas tubulações. O reforço derrubou o tempo médio de conserto de 60 horas para 17 horas. Os crescentes alertas vindos da população por meio dos canais da Companhia e até mesmo pelo e-mail da presidência foram fundamentais para dar eficiência ao trabalho. Para os vazamentos subterrâneos, que são a maioria dos casos, a Sabesp dispõe de sistema de geofonamento, que está sendo aprimorado. *(Veja box nesta página).*

Implantada há mais de duas décadas nas operações caça-vazamentos da Sabesp, a tecnologia de geofonamento atua na detecção de água que escapa dos canos por meio da auscultação do solo com um pequeno sensor (geofone). Porém, a imprecisão na marcação em giz ou spray no ponto a receber reparos pode acarretar em retrabalho e tempo gasto. Por isso, a Sabesp está aprimorando esse sistema com a adaptação de um smartphone ao aparelho de geofonamento, conectando o trabalho de rua a uma central de dados. Com o auxílio de GPS, será possível acompanhar todo o trajeto do técnico na detecção e sinalização precisa do problema, o que significa mais rapidez e assertividade no conserto. Além disso, a digitalização e o armazenamento dos sinais sonoros em um banco de dados permitirão a classificação dos diferentes perfis de vazamentos, o que facilitará na escolha do método a ser utilizado no conserto. O invento, ainda em fase de pesquisa, é fruto de parceria entre o Departamento de Execução de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Sabesp e o professor Linilson Padovese (USP) e tem apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O aparelho deve estar em funcionamento nas operações em cerca de três anos.

Paralelamente às medidas em curso, em 2014, foram reforçadas ações importantes de combate às perdas, a exemplo da instalação das válvulas redutoras de pressão (VRPs).

Utilizadas pela Sabesp desde 1997 e adotadas pelos melhores sistemas mundiais como Inglaterra e Alemanha, as VRPs são acionadas para diminuir a pressão da água nos canos em

períodos de menor demanda, quando as redes estão mais pressurizadas. Possibilita, ainda, acompanhar em tempo real a quantidade de água utilizada em uma determinada região e calibrar remotamente a pressão existente na tubulação local, reduzindo a quantidade de água perdida em vazamentos. Em função da excepcional intensidade da crise hídrica, em 2014, mais 124 unidades foram implantadas, totalizando mais de 1.300 equipamentos em operação ao longo de 14 mil quilômetros de rede na RMSP.

Com as chuvas abaixo da média continuaram até janeiro de 2015, a afluência de água foi ainda menor neste período, comparativamente a 2014, fazendo com que a redução da pressão fosse intensificada. Tal medida motivou críticas de que a Sabesp não estaria cumprindo as normas impostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O fato, entretanto, é que a ABNT delimita pressão mínima de 10 metros de coluna de água (mca, unidade de medida da pressão nas redes de abastecimento), mas em situações de crise, tal qual a vivenciada, a norma permite pressões menores à mínima. Diz o texto do item 5.4.1.2 da NBR 12.218/94: “os valores da pressão estática superiores à máxima e da pressão dinâmica inferiores à mínima podem ser aceitos, desde que justificados técnica e economicamente”.

Água no atacado

Outra medida adotada para compensar a menor vazão de retirada do sistema Cantareira foi reduzir em cerca de 2 m³/s o volume de água no atacado entregue a municípios que fazem parte da área de cobertura deste mesmo sistema.

Resultados

Dos 31 m³/s que a Sabesp estava autorizada para retirar da Bacia do PCJ anteriormente a março 2014, em fevereiro de 2015 retirava apenas 10,40 m³/s. O restante é proveniente da Bacia do Alto Tietê, resultando na produção de 14,03 m³/s na Estação de Tratamento de Água Guaraú (sistema Cantareira). Comparando a produção de fevereiro de 2014 com fevereiro de 2015, foi registrada redução de 56%, o que significa uma economia de 17,74 m³/s no mês – volume suficiente para abastecer aproximadamente 7,1 milhões de pessoas durante o mês. Se forem considerados todos os sistemas que atendem a RMSP, a economia no mesmo período chegou a 21,4 m³/s, volume capaz de atender 8,6 milhões de habitantes, uma população maior que a da cidade do Rio de Janeiro⁴.

⁴ 1 m³/s é suficiente para atender aproximadamente 400 mil pessoas.

A gestão da pressão foi responsável pela parcela de 46% dessa economia, a transferência de mananciais respondeu por 30,5%, o Bônus ajudou em redução de 19,8% e a transferência de menor volume de água para municípios atendidos no atacado foi responsável pela economia de 3,4% do total. E o consumo *per capita* caiu 22% em um ano – de 163 litros/habitante/dia em janeiro de 2014 para 126 litros/habitante/dia no final de dezembro de do mesmo ano.

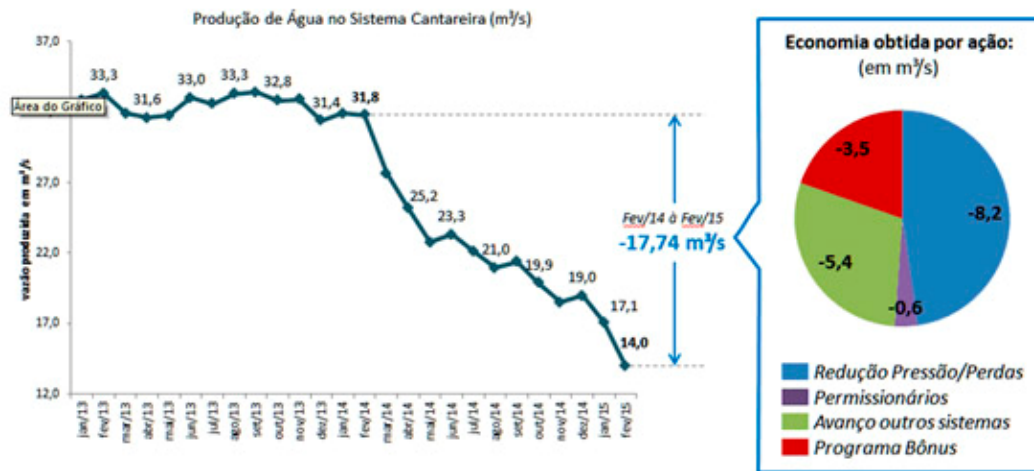
As chuvas abaixo da média continuaram até janeiro de 2015. A afluência de água foi ainda menor neste período, comparativamente a 2014, e este passou a ser considerado o pior período da série histórica. Por isso, as intervenções programadas para o ano de 2015, como observadas adiante, serão fundamentais para manutenção da regularidade do abastecimento de água a curto prazo em toda a RMSP.

Cabe destacar ainda que os novos índices de pluviometria e vazão afluente nos sistemas, antes baseados nos números do biênio 1953/1954, trouxeram novos parâmetros de avaliação de riscos hidrológicos. O novo cenário impacta diretamente na concepção de projetos e antecipação de obras já planejadas no Plano da Macrometrópole Paulista para a expansão da infraestrutura de abastecimento.

G4-EN5/EN6 Outro impacto evidenciado com a crise foi o aumento de 3,2% no consumo energético total da Companhia em relação a 2013 no produto água. Isso se explica pela intensificação da troca de vazão entre sistemas produtores da RMSP e a maior necessidade dos equipamentos para a expansão de atendimento de sistemas que passaram a fazer a cobertura de setores anteriormente abastecidos pelo Cantareira.

A tendência é que essa situação se reverta com a normalização das condições hídricas e operacionais. No caso do esgoto, o aumento no consumo energético nas atividades de esgoto ocorreu em função da expansão dos serviços, sobretudo do aumento do número de estações elevatórias que fazem o bombeamento da carga até as ETEs. *(Para mais detalhes veja Painel de Indicadores, página 16).*

Ações executadas reduziram em 56% a utilização de água do Cantareira



Ações futuras

Diante de um novo cenário que se configura, o enfrentamento da crise passa pelo reposicionamento dos investimentos e por um conjunto de ações de curto e médio prazos para aumentar a disponibilidade de água e a integração entre sistemas produtores, ampliando em 30% a oferta hídrica na RMSP até o final da década. Ele está dividido em três fases. A primeira integra medidas de curto prazo, com previsão de execução e funcionamento ao longo de 2015, tais como a transferência de 0,5 m³/s do rio Guaratuba ao Sistema Alto Tietê, em funcionamento desde fevereiro de 2015, a interligação que possibilitará a transferência de 4 m³/s da Billings para o Sistema Alto Tietê, o aumento da transferência da Billings com a doação de mais 1 m³/s ao Guarapiranga e a ampliação da ETA ABV em 1 m³/s.

Na perspectiva de médio prazo, mais fontes devem ser incorporados ao sistema integrado. O sistema Produtor São Lourenço (SPSL), cujas obras foram iniciadas em abril de 2014, é uma das fontes principais. Quando entrar em operação, no final de 2017, permitirá a transferência de mais 4,7 m³/s (com capacidade máxima de 6,2 m³/s). O montante total é estimado para este projeto é de R\$6,0 bilhões, incluindo R\$ 2,2 bilhões destinados à construção por meio de uma Parceria Público-Privada com as empresas Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez e R\$3,8 bilhões para 21 anos de operações e manutenção dos serviços da planta.

No final de janeiro de 2015, foi lançado o edital para a pré-qualificação das empresas interessadas na licitação das obras da interligação entre as represas Jaguari (bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia do Sistema Cantareira). Houve recurso junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que recebeu provimento parcial levando à republicação em 21 de

março de 2015. Trata-se de uma obra de grande porte, com vazão média prevista de 5,13 m³/se a máxima de 8,5 m³/s, que deve entrar em funcionamento no segundo semestre de 2016, reforçando o Sistema Cantareira.

Ainda no médio prazo, está em estudo a construção de duas estações de produção de água de reúso (EPARs), uma na Marginal Pinheiros (2 m³/s) e outra em Barueri (1 m³/s). Nas EPARs o esgoto coletado é tratado, até se transformar em água de reúso, com qualidade próxima à da água potável, que depois é conduzida até as represas Guarapiranga e Isolina (Sistema Alto Cotia), respectivamente, onde será tratada e transformada em potável novamente.

Para chegar a esse resultado, as duas estações de produção de água de reúso serão equipadas com reatores biológicos de membranas, que fazem ultrafiltração e têm capacidade para remover partículas sólidas com tamanho correspondente a um diâmetro mil vezes menor que um fio de cabelo. Depois das membranas, poderá ser empregado o processo de osmose e eventualmente processos oxidativos. Como última etapa, a água será submetida a um processo de desinfecção final, para eliminar patógenos, como bactérias e vírus.

Alternativamente às EPARs há estudos de novos mananciais, próximos à RMSP, com disponibilidade de água de boa qualidade. Estas opções serão comparadas às EPARs em termos de investimentos necessários e custos operacionais, optando-se pelas soluções mais custo-efetivas.

Programa Metropolitano de Água

Tais medidas, que ora contribuem no combate da maior seca da história, dão continuidade a um trabalho iniciado há mais de duas décadas com o Programa Metropolitano de Água (PMA). Implantado em meados da década de 90, o PMA veio dar regularidade no abastecimento, atender ao crescimento populacional e fazer frente a uma situação de rodízio vivenciada por seis milhões de pessoas na RMSP em razão da falta de infraestrutura.

Concluída em 2000, a primeira fase do PMA acabou com os rodízios e ampliou a capacidade de todo o sistema com maior oferta de água bruta, aumento das estruturas de reservação, renovação e ampliação da capacidade de transporte (adução) e produção de água tratada. Em 2006 foi iniciada a segunda fase do PMA. Encerrada em no final de 2014, demandou investimentos da ordem de R\$1,9 bilhão, incluindo recursos próprios e financiamentos da CEF, BNDES e aportes da parceria público-privada firmada para ampliar em 5 m³/s a capacidade de produção do sistema Alto Tietê – de 10m³/s para 15m³/s.

Somente em 2014, foram investidos R\$349 milhões no programa, registrando aumento de 173% em relação a 2013 em função da alteração de estratégia da Companhia com a antecipação de obras e ações emergenciais que estão sendo executadas para enfrentamento da crise hídrica. Com o PMA foi possível avançar a cobertura dos serviços aos consumidores de 70% para 100% e a capacidade de produção de água na RMSP foi ampliada de 57 m³/s para 73 m³/s. Ou seja, um aumento de 28% na produção frente ao crescimento de 22% da população (IBGE), disponibilizando água suficiente para 5,5 milhões de pessoas. Sozinho, seria o suficiente para abastecer as cidades de Salvador (2,9 milhões) + Fortaleza (2,6 milhões). Isso foi possível com o aumento da infraestrutura de cinco sistemas ao longo dessas duas décadas.

Na Sabesp, o abastecimento de água, embora universalizado, é um serviço que demanda permanente atuação em acompanhamento ao crescimento demográfico e regularização de novas áreas. Para isso, foram realizadas 231.511 novas ligações, superando registros anuais realizados nos últimos 15 anos. Hoje são 25,3 milhões de pessoas atendidas diretamente.

Proteção dos Mananciais

A maior necessidade da contribuição dos mananciais para o abastecimento da RMSP torna ainda mais urgentes as ações de recuperação ambiental dessas fontes, com atuação, sobretudo, do poder executivo municipal, que tem a prerrogativa de promover a regularização fundiária de regiões já ocupadas e impedir o assentamento irregular nos arredores de mananciais, áreas consideradas de preservação ambiental.

O programa **Mananciais**, implantado em 2008 em parceria com a prefeitura da Capital tem como foco a recuperação da Billings e Guarapiranga, duas das principais represas da Grande São Paulo. A maior parte dos recursos está sendo investida na criação de infraestrutura para coleta de esgoto na região. O programa engloba intervenções para melhoria, loteamentos precários e conjuntos habitacionais em áreas das sub-bacias Guarapiranga e Billings. Iniciado em 2009, deve beneficiar 58 mil famílias beneficiadas até 2015. As ações estão sendo executadas feitas com recursos da União, do Estado de São Paulo, dos municípios, da Sabesp e do Banco Mundial. Dos US\$ 100 milhões a serem investidos pela Sabesp nesse projeto, até agora foram executados aproximadamente R\$ 147,4 milhões, dos quais R\$ 30,4 milhões em 2014.

Paralelamente, a represa Billings conta ainda com o programa **Pró-Billings**, cujas obras do sistema de esgotamento sanitário atenderão à população com coletores-tronco, estações

elevatórias de esgotos, redes coletoras e ligações domiciliares, levando os esgotos para tratamento na ETE ABC, com previsão de conclusão para este programa até o final de 2018.

O **Nossa Guarapiranga** é uma terceira iniciativa dentro das ações pela recuperação dos mananciais metropolitanos. Iniciado no final de 2011, o programa conta com dez botes coletores e 11 ecobarreiras (estruturas com boias e telas metálicas submersas instaladas na desembocadura dos afluentes da represa, que fazem a retirada de lixos que chegam por esses canais). São retirados desde sofás, recipientes plásticos, televisores e carcaças de veículos até os mais variados tipos de dejetos que contaminam a água e causam transtornos às operações de captação e tratamento. Entre dezembro de 2011 e outubro de 2014 foram retirados 9.026 m³ de lixo.

Esse volume, que é enviado para aterro sanitário, corresponde à coleta mensal por 475 caminhões basculantes (média aproximada de 250 m³/mês). Além disso, desde julho de 2012, tem sido feito um serviço de diagnóstico, controle e retiradas de plantas aquáticas, as macrófitas, que obstruem a captação de água na represa, além de atrapalhar o uso do reservatório para a prática de esportes náuticos. Este serviço conta com dois barcos especialmente equipados para essa operação. Desde a implantação até o final de 2014, R\$ 15,1 milhões já foram destinados ao programa, devendo atingir R\$ 17,9 milhões até o final de 2016.

É importante destacar que a tarefa de recuperar e preservar os mananciais urbanos em uma região conturbada e com densa aglomeração populacional como a Grande São Paulo é uma missão coletiva. A participação das companhias de saneamento de todos os municípios com a expansão do sistema de coleta e tratamento de esgotos, a fiscalização contra ocupações irregulares, a varrição urbana apropriada e a conscientização dos cidadãos pelo descarte correto do lixo são medidas fundamentais para que se avance na preservação dessas importantes fontes de água em um ambiente de escassez hídrica.

Abastecimento no litoral

O abastecimento dos nove municípios da Baixada Santista é uma tarefa complexa e desafiadora. Considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a 15ª maior região metropolitana do país em número de habitantes – cerca de 1,8 milhão em 2014, sua população chega a dobrar na alta temporada. É uma época em que também são registrados altos picos de temperatura e o conseqüente aumento do consumo per capita de água, sobrecarregando o sistema de abastecimento.

A necessidade de garantir segurança hídrica à região demandou a construção de um sistema integrado de captação, tratamento e distribuição de água que, assim como ocorre na grande São Paulo, tem a função de dar flexibilidade ao abastecimento. O sistema integrado possibilita transferência de vazões de regiões com maior disponibilidade hídrica para regiões de maior demanda, compensando a limitação do volume disponível para captação de água de alguns rios provenientes da Serra do Mar.

Com a entrada em operação no final de 2013 das estações Mambu-Branco, em Itanhaém, e Jurubatuba, no Guarujá, fornecendo juntas 3,6 m³/s para a Baixada, a região conta atualmente com 15 ETAs. Após o tratamento, a água é enviada aos 50 centros de reservação com capacidade aproximada de 320 mil m³ e então distribuída estrategicamente entre as nove cidades.

Em 2014 foram executados 1,3 km de adutoras de água tratada e a reservação foi ampliada em 17,3 mil m³ com a entrega de um reservatório de 5 mil m³ em Vicente de Carvalho e outro em Bertioga com capacidade de reservação de 12,3 mil m³. Além disso, foi iniciada a execução de reservatório de 25 mil m³ em Praia Grande. Também foram entregues duas estações: ETA Itu, em São Vicente e ETA Bertioga. Juntas, as estações demandaram investimentos de R\$16,1 milhões e agregaram 380 l/s de água tratada ao litoral sul.

Todas essas ações integram o programa **Água no Litoral** que prevê R\$ 1,1 bilhão em investimentos até o termino da primeira fase do programa, em 2021, com recursos próprios e da Caixa Econômica Federal. Desse montante, já foram aportados R\$ 934 milhões, sendo R\$ 76 milhões somente em 2014, incluindo os recursos executados no litoral Norte em melhorias no sistema e na construção em andamento de estações de tratamento em Ubatuba e Caraguatatuba com capacidade de tratamento de 150 l/s cada. A segunda fase do Água no Litoral está em fase de planejamento.

Ações no interior

A Sabesp, através da Diretoria de Sistemas Regionais, opera em 310 municípios no interior do estado, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados. No entanto, a estiagem vivenciada em 2014 também afetou diversas regiões, secando rios e esvaziando reservatórios, o que demandou ações emergenciais para a manutenção da regularidade do abastecimento de 1,2 milhões de pessoas. Com a utilização de capacidade técnica e operacional própria, foram construídas 55 captações emergenciais em 26 municípios cuja situação era de maior gravidade.

A um custo de aproximadamente R\$ 21 milhões, tais ações também demandaram o assentamento de mais de 100 quilômetros de adutoras e resultaram na ampliação da capacidade de produção a partir de novos pontos de captação em mais de 1,8 m³/s. O trabalho assegurou o conforto aos cidadãos atendidos ao afastar a possibilidade de implantação de rodízio no abastecimento público nesses municípios. Segundo a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, até os meses finais de 2014, 1.117 municípios de 13 estados Brasileiros das regiões sudeste nordeste tiveram os decretos de Estado de Emergência por falta d'água reconhecidos pelo governo federal. Em São Paulo, 45 municípios decretaram rodízio. Nenhum deles é operado pela Sabesp.

No ano de 2014 foram concluídas 9 ETAs e 36 poços, disponibilizando 794 l/s a mais aos sistemas de abastecimentos de 33 cidades do Estado. Outra ação importante foi a construção de 44 reservatórios com capacidade total de 42,7 milhões de litros. Tais ações contribuíram para suprir situações de crise hídrica juntamente à demanda proveniente do crescimento populacional desses municípios, mantendo universalizado o abastecimento em todas as sedes operadas pela Sabesp. Para 2015, estão em construção oito ETAs (interior e litoral), que ampliarão a produção em 1,7 m³/s, o suficiente para o abastecimento de uma população de 680 mil pessoas.

No aspecto econômico, com as ações de urgência foi possível estancar uma queda de receita da ordem de R\$ 60 milhões que seria gerada com a interrupção do abastecimento. Além disso, a gravidade da situação fez com que profissionais da Sabesp fossem designados, a pedido do governo estadual, para prestar assistência técnica a outros municípios com companhias de menor porte e capacidade operacional restrita.

G4-EC8 Ainda no interior, a Sabesp desenvolve ações com o objetivo de levar o acesso à água e esgotamento sanitário a comunidades isoladas e de baixa-renda. Trata-se do programa Água É Vida. Criado em novembro de 2011, atua nas regiões do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira por serem áreas de grande contingente populacional no meio rural e apresentarem os piores índices de desenvolvimento humano do Estado de São Paulo. Nesta tarefa, a Sabesp é responsável pelo abastecimento de água e oferta de suporte técnico aos municípios que, a partir de financiamento estadual, são incumbidos da instalação de Unidades Sanitárias Individuais (USIs). São equipamentos com a tecnologia mais adequada a regiões que, em razão do isolamento, não apresentam condições para receber a infraestrutura tradicional de saneamento básico.

A meta inicial era atender 81 comunidades de 30 municípios, beneficiando mais de 15 mil pessoas. Em 31 de dezembro de 2014 haviam sido concluídas as obras em 11 comunidades e em outras 14 estavam em progresso. No total, foram executados 78 quilômetros de redes e dutos, além de 24 novos poços, já em funcionamento. Grande parte deste trabalho foi executada com mão de obra própria. Em relação ao suprimento de água, a Sabesp investiu R\$7,4 milhões de um total de R\$12,5 milhões previstos até 2015.

As medidas e consequências da seca que atingiu a região sudeste do Brasil durante 2014 provocaram uma contínua redução da receita da empresa, o que tornou prioritário o investimento para a ampliação da disponibilidade de água na Região Metropolitana de São Paulo. Dessa forma, o escopo e as metas do programa estão sendo revistas.

O escopo e metas deste programa estão sendo revistos, levando-se em conta as consequências da seca que atingiu a região sudeste do Brasil durante 2014 e impactaram na redução da receita da Companhia. Os investimentos tiveram que ser direcionados à ampliação da disponibilidade de água na Região Metropolitana de São Paulo e regiões de maior demanda no interior e litoral.

Uso consciente e sustentável da água

G4 EN27 Assim como o programa de redução de perdas, o desenvolvimento de ações direcionadas ao uso eficiente e responsável da água há década integram as diretrizes de gestão sustentável da Sabesp. A crise hídrica veio reforçar a importância dessas iniciativas.

Um dos exemplos de destaque é o PURA (Programa de Uso Racional da Água), que reúne campanhas educativas em prédios públicos, com orientações práticas a funcionários para a redução do consumo da água. Paralelamente, são implantadas medidas de ordem estruturais tais como a instalação de válvulas, dispositivos limitadores, temporizadores, arejadores de saída d'água, substituição de boias e sensores de volume de água, troca de tubulações e encanamentos antigos e construção de reservatórios para captação e reaproveitamento da água da chuva.

Iniciado em 1996, o programa foi implantado em 8.160 mil imóveis em todo o Estado por meio de parceria com entidades públicas, estaduais e municipais. Somente em 2014, 257 prédios da administração pública da RMSP receberam o programa. Até dezembro de 2015 será implantado em 240 escolas estaduais da Grande São Paulo, por meio de parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Além de mudanças na estrutura física para combater o desperdício, as escolas participantes que conseguirem reduzir o consumo de água em pelo menos 10% ganham desconto de 25% na conta. Até 2015, a expectativa é chegar a uma economia anual de R\$ 13,9 milhões e de, no mínimo, 216 milhões de litros de água, deixando de utilizar água suficiente para abastecer uma cidade com 36 mil habitantes.

Evolução do PURA na em edificações públicas da RMSP:

2.008	2.009	2.010	2.011	2012	2013	2014	Total
85	734	922	450	300	160	257	2.903

Adotada pelos mais avançados sistemas mundiais, a tecnologia de reúso está entre as mais eficientes iniciativas para o consumo sustentável da água. Destinada de maneira indireta ao consumo humano por meio de duplo tratamento⁵ ou customizada para fins industriais, resulta em grande economia de água bruta que deixa de ser retirada dos mananciais. Um destaque é o Aquapolo Ambiental, projeto implantado e operado desde o final de 2012 por meio de uma parceria entre a Sabesp e a Odebrecht Ambiental.

Maior empreendimento para a produção de água de reúso industrial na América do Sul e quinto maior do mundo, o Aquapolo está localizado junto à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) ABC, na divisa entre São Paulo e São Caetano do Sul, e está capacitado para tratar o efluente gerado na própria estação. São aproximadamente 900 mil m³ por mês destinados a grandes empresas do Polo Petroquímico de Capuava, na região do ABC Paulista e utilizados na lavagem de máquinas e galpões, esfriamento de caldeiras, geração de energia, dentre outros usos. Em 2014 foram iniciadas negociações com as companhias de saneamento Semasa (Santo André) e DAE (São Caetano do Sul) para fornecimento de água de reúso que abasteçam as unidades industriais instaladas nos municípios, economizando água potável para os municípios. Há ainda um estudo para atender a novas indústrias em São Bernardo do Campo com a instalação de nova adutora. A expectativa é que o Aquapolo alcance o pico de sua produção de 1 m³/s nos próximos anos.

G4-EN22 Além do Aquapolo a Sabesp faz o reúso de efluentes nas ETEs ABC, Barueri, Jesus Neto, Parque Novo Mundo e São Miguel para fornecimento para uso urbano, como na

⁵ Após tratamento na ETE, a água é enviada aos mananciais. Captada, recebe novo tratamento antes de ser distribuída aos consumidores.

lavagem de ruas, pátios, monumentos, desobstrução de redes de esgotos, galerias de águas pluviais, rega de jardins e assentamento de pó em canteiros de obra. Em 2014 foram produzidos 5 milhões de litros para esses fins.

Controle de Qualidade

O processo de purificação realizado nas 28 estações da grande São Paulo e nas outras 207 estações operadas no litoral e interior reúne as mais rígidas normas estabelecidas internacionalmente. Qualquer dúvida sobre a qualidade da água que sai das estações é dirimida com os mais de 700 mil ensaios laboratoriais realizados anualmente pelos 15 laboratórios de controle da qualidade regionais com mostras coletadas em diversos pontos – do caminho até os reservatórios, adutoras, redes de distribuição, ligações, ramais até o ponto de entrega nas moradias.

Em determinadas situações, recorre-se à sensibilidade do paladar. Única a utilizar este recurso no país, a Sabesp dispõe de técnicos degustadores que investigam a existência de substâncias que podem alterar o gosto ou odor. O resultado desses processos, divulgados mensalmente nas contas dos clientes, trazem índices de conformidade alinhados às exigências sanitárias do Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde (OMS).

Atualmente, 13 dos 15 laboratórios já possuem ensaios acreditados pelo INMETRO, totalizando 683 ensaios acreditados. O laboratório central promove o aprimoramento de todos os ensaios programa de Ensaio de Proficiência que consiste em enviar uma amostra para laboratórios internos e externos para obtenção de resultado médio, permitindo identificar eventuais fragilidades e dar mais confiabilidade aos resultados.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO

Expandir a infraestrutura de saneamento significa reduzir a mortalidade infantil, as internações por doenças de veiculação hídrica, a despoluição dos rios e mananciais, proporcionar mais empregos e valorizar os setores do turismo e imobiliário. Ou seja, saneamento é sinônimo de prosperidade, saúde, qualidade de vida e desenvolvimento.

Segundo a *World Water Development Report 2014*, pesquisa realizada pela UNESCO, estima-se que mais de 80% da água usada no mundo – e mais de 90% nos países em desenvolvimento – não é coletada e nem tratada. E mais: 36% da população mundial, cerca de 2,5 bilhões de pessoas, vivem sem saneamento adequado, o que é a provável causa da morte de mais de 1,5 milhão de crianças com menos 5 anos no mundo todos os anos.

Em São Paulo, a expansão da coleta e tratamento de esgoto nos municípios atendidos pela Sabesp atingiu em 2014 índices de 85% de coleta e 77% de tratamento do esgoto coletado. A Sabesp atende atualmente 22,3 milhões de pessoas com a coleta de esgotos.

Embora 2014 tenha sido um ano de esforços redobrados para a manutenção do abastecimento de água, as ações para expansão da coleta e tratamento de esgotos registraram resultados significativos. Ao longo do ano foram entregues novas estações de tratamento e executadas 244.280 novas conexões em todo o Estado, maior número de ligações desde 2011 – segundo maior valor nos últimos 16 anos.

Universalização no interior

Diante do agravamento da crise hídrica, desencadeada pela longa estiagem, a Sabesp, por meio da Diretoria de Sistemas Regionais, teve a necessidade de realocar recursos de forma a possibilitar a execução de obras nos sistemas de produção de água em municípios que mais sofreram com a estiagem, o que provocou atraso em algumas obras de esgoto.

Entre as principais ações realizadas em 2014 estão a entrega de 16 novas ETEs, a ampliação de uma unidade e a renovação de outras três estações. Esse conjunto de obras aumentou a capacidade de tratamento em 1,9 m³/s, beneficiando 700 mil pessoas de 16 municípios. As intervenções para a universalização do saneamento no interior demandaram investimento de R\$153,2 milhões ao longo do ano. Atualmente, a Sabesp conta com 524 estações em operação em todo o Estado. Em 2015 já estão em construção 27 novas ETEs em

25 municípios. Com isso, a vazão de tratamento será ampliada em aproximadamente 800 l/s, beneficiando diretamente mais de 300 mil pessoas.

Paralelamente à oferta de mais saúde, conforto e qualidade de vida ao cidadão atendido, a expansão da infraestrutura sanitária tem reflexos diretos no meio-ambiente, na forma de melhorias dos recursos hídricos. O resultado da expansão da infraestrutura já reflete na melhora de importantes rios, a exemplo das ETEs Pararangaba, Lavapés, Lavrinhas e Queluz que influenciaram na melhora do Paraíba do Sul e conseqüentemente da água que vai para o rio Guandú, sendo captada para o abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.

Outro exemplo está na melhora do rio Jundiaí, que durante mais de 30 anos não pôde ser utilizado para abastecimento público e agora, após conclusão, em 2013, da ETE Campo Limpo e Várzea, e a entrada em operação, em 2014, da ETE Itupeva foi reclassificado para Classe 3, enquadramento que permite o consumo humano após tratamento convencional. Agora passará a fornecer água para cerca de 250 mil pessoas dos municípios de Itupeva e Indaiatuba, municípios situados na região de menor disponibilidade hídrica do estado, apenas 104 m³ por habitante por ano. Além disso, conjuntamente com o rio Sorocaba - que foi beneficiado com as ETEs Pau D`alho em Boituva e Bairro do Porto em Capela do Alto – contribui para a redução da mancha de poluição do Tietê, o rio mais extenso do Estado.

Entretanto, faz-se necessário notar que a poluição dos corpos hídricos também se origina do processo industrial, do lixo descartado no solo que acaba carregado pelas chuvas para dentro dos rios (poluição difusa), do uso e ocupação desordenados do solo e lançamento clandestino de esgotos em água pluvial. Sendo assim, é imprescindível a participação da sociedade na conscientização pela destinação correta do lixo e conexão das residências à rede de esgoto, bem como do poder executivo local na limpeza das cidades e fiscalização de irregularidades.

Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Ocupações irregulares e desordenadas, descarga clandestina de esgotos, degradação ambiental de áreas de preservação, fiscalização deficitária do poder executivo e elevada concentração populacional fazem da RMSP uma área de alta complexidade para expansão do atendimento sanitário. O combate a esta soma negativa de fatores, visualmente representada na alta carga de poluição dos principais rios que cruzam a metrópole, está em iniciativas de grande porte, a exemplo do **Projeto Tietê**, o maior programa de saneamento ambiental do país. Implantado em 1992, o projeto reúne ações em 27 municípios da Grande São Paulo.

Atualmente está em sua terceira fase cujo objetivo é ampliar o índice de coleta de efluentes de 84% para 87% e os níveis de tratamento do esgoto coletado de 68% para 84% na RMSP. Esta etapa demanda investimentos totais da ordem de US\$2 bilhões com financiamentos contraídos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BNDES e Caixa Econômica Federal. Deste montante, R\$1.55 bilhão já foram executados, sendo R\$ 497 milhões em 2014.

Iniciada em 2010, 39% das obras programadas para esta fase já foram concluídas, 36% estão em execução e 25% em processo de licitação. Quando finalizadas, irão beneficiar mais 1,5 milhão de pessoas com coleta e 3 milhões de moradores da metrópole passarão a ter o esgoto tratado.

A etapa atual complementa as ações empreendidas na primeira e segunda fases, realizadas entre os anos de 1990 e 2010, quando a construção de grandes estações de esgoto, instalação de emissário, dutos, redes coletoras, interceptores e ligações às redes disponibilizaram a coleta a 15,8 milhões de pessoas e o tratamento da carga coletada a mais de 8,5 milhões de habitantes da RMSP.

A Sabesp está estruturando a quarta e última fase, que tem investimentos estimados em US\$2 bilhões. Contemplará obras de grande complexidade na região central da Capital paulista e a expansão de redes para áreas regularizadas mais periféricas e carentes da região metropolitana. No entanto, em função da crise hídrica e da necessidade de priorizar investimentos em água, o planejamento previsto para este projeto está em revisão.

Além de um ambiente mais saudável, as ações refletem diretamente em benefício ambiental. O maior exemplo é a redução da mancha do rio Tietê, que, já recuou 230 quilômetros em relação à 1993, quando chegava até reservatório de Barra Bonita, localizada a 530 quilômetros de sua nascente, no município de Salesópolis. Os dados estão no estudo “O Retrato da Qualidade da Água e a evolução parcial dos indicadores de impacto do Projeto Tietê”, divulgado em 2014 pela Fundação SOS Mata Atlântica.

Segundo o mesmo relatório, na RMSP, “investimentos em saneamento básico possibilitaram que 18 pontos de coleta distribuídos em córregos e pequenos rios da Capital deixassem uma condição péssima – de rios completamente mortos – e passassem para índices ruins, regulares e bons. Em toda a bacia, a ampliação da rede de coleta e do volume de esgoto tratados têm resultado na melhoria da qualidade da água”.

Esses avanços também refletem ações desenvolvidas pelo programa Córrego Limpo, implantado em 2007. Realizado em parceria com o poder executivo municipal, a Sabesp é

responsável pela identificação de descargas clandestinas, execução de benfeitorias nos sistemas de esgoto da região do córrego e a limpeza das margens. A prefeitura atua cadastrando as famílias em programas de moradia. De 2007 ao final de 2014, a Sabesp investiu R\$144 milhões no programa, resultando na descontaminação de 148 córregos. Aproximadamente 2,2 milhões de pessoas foram diretamente beneficiadas em uma área de aproximadamente 180 km².

Enquanto executadas as obras, a Sabesp promove fóruns de participação comunitária com o objetivo de conscientizar e integrar os moradores nas ações pela manutenção da limpeza das margens desses córregos. Entre as ações, a comunidade é treinada para participar das medições da qualidade da água e incentivada a combater o descarte irregular de dejetos.

Em 2014 a Sabesp destinou R\$ 14 milhões para completa descontaminação de dois grandes córregos, beneficiando 320 mil pessoas, além da manutenção dos 146 córregos já despoluídos e ações para iniciar a limpeza de outros 18 corpos d'água. Necessário ressaltar ainda que as ações do Projeto Tietê também contribuem para a queda da carga poluidora desses pequenos rios. Em 2013, com o início da quarta fase do programa, a expectativa era despoluir completa ou parcialmente mais de 20 grandes córregos até o final de 2014, com investimentos estimados em R\$100 milhões. Entretanto, em função dos efeitos e as consequências da seca que atinge a região sudeste do Brasil e a dificuldade da prefeitura para remover e realocar as famílias de baixa-renda, as metas precisaram ser revistas.

Em 2014, foi iniciada sua implantação nos municípios de Arujá e um termo de cooperação foi assinado com prefeitura de Ribeirão Pires. Além disso, a viabilidade do programa está sendo analisada pelos municípios de Bragança Paulista, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Osasco, Taboão da Serra e Barueri. Até o final da década, a meta é despoluir aproximadamente 200 córregos na RMSP, cobrindo uma área de aproximadamente 250 km².

Saneamento no litoral

O litoral paulista é outra região que está sendo beneficiada com a oferta de mais qualidade de vida, melhoria na balneabilidade de 82 praias, mais saúde e melhores condições para o desenvolvimento do turismo por meio do programa **Onda Limpa**. Maior intervenção de saneamento ambiental do litoral brasileiro, o programa avança na meta de universalização do atendimento em esgotamento sanitário dos municípios da Baixada Santista e litoral norte.

Iniciado em 2007, as obras já demandaram investimentos de R\$ 2,1 bilhões entre projetos, gerenciamento e obras de expansão de redes e ligações de esgoto, coletores -

tronco, estações elevatórias e de tratamento. Além de recursos próprios, a Sabesp tem financiamento da JICA, agência japonesa de fomento, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Somente em 2014 foram investidos R\$187 milhões no programa.

Na **Baixada Santista**, o programa se encontra em sua fase complementar, iniciada em novembro de 2013, e que acontece subsequentemente à primeira etapa. A conclusão desta primeira fase (incluindo etapa complementar), com investimentos totais estimados em R\$ 780 milhões, permitirá um salto dos atuais 70% de atendimento para 88% nos índices de atendimento em esgoto da Baixada com a execução de mais 33 mil conexões. Desde implantado, o programa já expandiu a coleta de esgoto de 53% para 70%, além do tratamento de 100% do esgoto coletado. A meta do programa é atingir índices de 95% e 100%, respectivamente.

No **litoral norte**, as obras iniciadas em 2008 serão responsáveis pelo salto do índice de coleta na região de 36% para 85% ao final de 2016, quando terão sido investidos aproximadamente R\$510 milhões na região, com recursos próprios e financiamentos com o BNDES e Caixa. Até 2014, o programa já demandou aportes de R\$157 milhões, sendo R\$12,8 milhões em 2014, para a expansão de redes de coleta, ligações linhas de recalque e estações elevatórias e a conclusão de duas ETEs em São Sebastião (Una/Engenho e Baleia/Sahy).

Se Liga na Rede

G4-EC8 Operacionalizado desde janeiro de 2012, o programa tem o objetivo de subsidiar os custos de ligações intradomiciliares de esgoto para famílias de baixa renda. Trata-se de forma de incentivar a interligação de mais pessoas à rede pública de esgoto, com consequente aumento dos volumes encaminhados para tratamento e diminuição dos dejetos jogados *in natura* nos corpos d'água. Os gastos são pagos pelo governo do Estado de São Paulo e pela Sabesp, na proporção de 80% e 20%, respectivamente. A Companhia também responde pela execução das obras, que abarcam municípios de toda sua área de atuação – na região metropolitana de São Paulo, no interior e no litoral.

Em oito anos, a meta é realizar as adequações intradomiciliares e conectar 192 mil residências de famílias com renda de até três salários mínimos, com investimento total de R\$ 349 milhões. Até dezembro de 2014, foram realizadas mais de 21 mil ligações em 110 municípios paulistas, com investimento de R\$ 67,6 milhões. Estima-se que, com as ações do Se Liga na Rede, ao final do programa 800 mil pessoas serão diretamente contempladas e cerca

de 40 milhões de paulistas serão indiretamente beneficiados com rios, córregos e mananciais mais limpos.

Destinação de Resíduos

A destinação dos resíduos sólidos provenientes dos serviços de saneamento compõe uma complexa equação, composta por variáveis legais, ambientais e operacionais. Neste aspecto, a Sabesp está comprometida na busca de inovação e alternativas tecnológicas que contribuam para minimização da carga de lodo, uso benéfico e disposição final adequada desses resíduos.

Do total de R\$23,4 milhões investidos em pesquisa nos últimos três anos (R\$ 10,7 milhões somente em 2014), parte foi destinada exclusivamente ao desenvolvimento de estudos relacionados à utilização do lodo, desde material de cobertura de aterros sanitários, passando pela compostagem e secagem via radiação solar até seu uso na construção civil. As pesquisas têm as parcerias com a Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

No início de 2014, foi protocolada documentação no Ministério da Agricultura para que seja aprovado o registro que permite a destinação de 70 toneladas diárias de lodo produzido na ETE de Lavapés, em São José dos Campos, para o uso agrícola. A expectativa é obter a autorização em 2015. Na ETE Barueri, a maior estação de tratamento de esgotos da América Latina, o planejamento está direcionado para a instalação de unidades de secagem de lodos e há estudos para o aproveitamento do biogás excedente gerado na digestão do lodo.

Em relação ao tratamento de água, foi registrada uma redução de aproximadamente 30% na geração de lodos nos oito sistemas produtores nos últimos cinco anos. Isso foi possível em função da qualidade da água bruta, otimização do processo de tratamento e aplicação de novas tecnologias e produtos. Em paralelo, nos últimos 12 anos, o uso de produtos químicos utilizados no tratamento da água na Grande São Paulo tem sido reduzido gradualmente, com efeitos benéficos sobre o meio ambiente.

GESTÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Buscar o crescimento com sustentabilidade econômico-financeira foi um objetivo especialmente desafiador em 2014. A grave seca que tem atingido nossa região de operação desde final de 2013, nos levou a tomar medidas indispensáveis para a superação das adversidades que se apresentam.

O estímulo aos clientes para reduzir o consumo de água e as demais medidas que a Companhia tomou para enfrentar a crise hídrica, resultou em queda de receitas e nos obrigou a tomar ações de redução de custos e despesas ainda mais restritivas, além da reprogramação dos nossos investimentos.

Com o objetivo de preservar o estoque de recursos hídricos, em fevereiro de 2014, a Companhia implementou um programa de incentivo à redução do consumo baseado em bônus, segundo o qual os clientes atendidos pelo Sistema Cantareira que, com base na média mensal de consumo verificado no período entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014, reduzissem o consumo mensal em 20% teriam direito a um desconto de 30% na conta de água e esgoto.

Em março, o programa foi ampliado para toda a Região Metropolitana de São Paulo e logo em seguida para a região da bacia do PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) localizados na área de influência do Sistema Cantareira. Inicialmente previsto para durar 7 meses, ele deverá continuar em vigor até dezembro de 2015.

Para não desestimular a parcela da população que vinha reduzindo o consumo, mas sem alcançar o benefício, em outubro de 2014 criamos novas faixas de bônus, que passaram a oferecer os seguintes descontos:

- 10% para quem reduzir entre 10% e 15%;
- 20% para quem reduzir entre 15% e 20%;
- 30% para quem reduzir em mais de 20%.

Em abril de 2014, após muitas discussões com participação pública desde 2011, o processo de Revisão Tarifária da Companhia foi concluído. Nesta data, fomos autorizados a aplicar reposicionamento tarifário de 5,4408%.

No entanto, para não prejudicar o estímulo oferecido pelo programa de incentivo à redução do consumo de água, por decisão da Companhia, a implementação do

reposicionamento da tarifa somente se efetivou em dezembro de 2014. De forma a compensar o período de postergação, a ARSESP, autorizou aplicar reposicionamento tarifário de 6,4952%.

Apesar dos esforços para redução da demanda de água, em janeiro de 2015 ainda observamos um aumento do consumo de alguns clientes. Assim, para reforçar o estímulo à redução do consumo, a ARSESP aprovou e implementamos a tarifa de contingência, que consiste na cobrança de tarifa adicional na parcela de água da conta dos clientes⁶ cujo consumo mensal de água exceda a média mensal de consumo verificada no período entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014, a mesma utilizada para o programa de incentivo à redução do consumo de água, nas seguintes condições:

- 40% quando o consumo exceder até 20%;
- 100% quando o consumo exceder mais de 20%.

Os efeitos das medidas adotadas sobre o volume faturado de água é apresentado no item Desempenho Econômico Financeiro deste relatório.

Em março de 2015, considerando as condições adversas impostas pela crise hídrica, a Companhia protocolou junto a ARSESP, solicitação de revisão extraordinária, conforme previsto na Nota Técnica Final RTS/01/2012 - Metodologia Detalhada para o Processo de Revisão Tarifária da SABESP – Primeiro Ciclo Tarifário.

Adicionalmente, com relação a questões regulatórias, a adaptação dos processos internos para o repasse ao cliente da taxa de regulação e supervisão de 0,5% da receita líquida de COFINS e PASEP obtida com a prestação de serviços nos municípios regulados, foi concluída em 2014, mas sua aplicação somente ocorrerá em momento oportuno.

Cabe também informar que ainda se encontra suspenso o repasse do encargo legal⁷ aos consumidores residentes no município de São Paulo, previsto na legislação municipal, no convênio de cooperação e no contrato de prestação de serviços firmados com o Município de

⁶ Os clientes com contrato de demanda firme, embora não estejam incluído no programa de bônus, estão desobrigados a cumprir o consumo contratado e estão sujeitos à cobrança de tarifa de contingência, caso aumentem o consumo. Estão isentos clientes com consumo de água igual ou menor a 10 metros cúbicos, hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios e unidades da Fundação CASA

⁷ Refere-se ao montante correspondente a 7,5% da receita obtida com a prestação de serviços na capital, líquida de COFINS, PASEP e inadimplência dos próprios do município, que a Sabesp vem transferindo ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura desde a assinatura do contrato com o Município de São Paulo, em junho de 2010,

São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, e na forma estabelecida pela Deliberação Arsesp Nº 407/13.

Ainda no contexto do combate do efeitos da crise hídrica, adotamos um contingenciamento de R\$ 1,1 bilhão no orçamento base caixa de 2014, de forma a reduzir a pressão sobre o caixa nesse período e manter a liquidez da Companhia em nível adequado.

Com relação aos investimentos, apesar de alterações nos planos iniciais e reprogramação para o enfrentamento da crise hídrica, conseguimos cumprir o plano de investimento originalmente previsto.

Em 2014, investimos R\$ 3,2 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Histórico de Investimentos

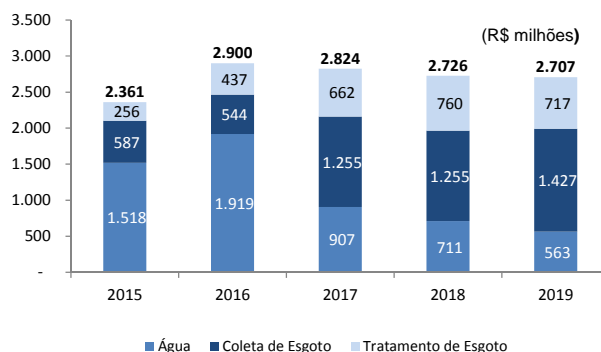
O próximo quadro detalha os investimentos realizados em 2014, segregados por segmento e região:

(R\$ milhões correntes)

	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo	833,8	1.174,2	2.008,0
Sistemas Regionais (interior e litoral)	472,9	729,7	1.202,6
Total	1.306,7	1.903,9	3.210,6

Obs.: Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 115,6 milhões)

Para o período de 2015 a 2019, o plano de investimento foi ajustado com o objetivo de aumentar os investimentos em água nos próximos anos, e com isto ampliar a disponibilidade e segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. Entre 2015-2019, prevemos investir cerca de R\$ 13,5 bilhões, conforme quadro a seguir⁸:



⁸ Para mais informações sobre nossos projetos de investimento e obras emergenciais para o enfrentamento da crise hídrica, consulte o capítulo “Enfrentando a Crise Hídrica”.

Endividamento

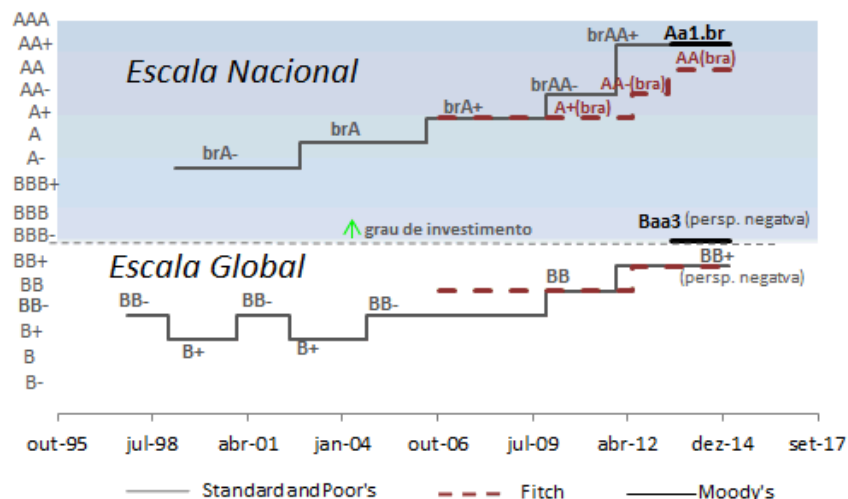
A maior parte da dívida da Companhia, cerca de 60%, esta contraída junto a agências oficiais de governos nacionais estrangeiros e organismos multilaterais, e apresentam custos baixos e prazos longos. O restante advém de captação de recursos no mercado de capitais nacional e internacional, preferencialmente para a gestão da dívida.

Ao final de 2014, o endividamento total da Companhia era de aproximadamente R\$ 10,8 bilhões, sendo que a dívida em moeda estrangeira totalizava 40,3% da dívida total. Do endividamento em moeda estrangeira, a maior parte é contraída junto a organismos de financiamento internacionais e apresenta prazos longos de vencimento, fluxo de amortização bastante diluído ao longo do tempo e baixas taxas de juros. Em 2014, amortizamos R\$ 529,5 milhões de nossa dívida.

Entre 2008 e 2013, com a aceleração dos investimentos, o indicador dívida total ajustada pelo EBITDA ajustado, manteve-se estável em cerca de 2,5 vezes, pois o endividamento total cresceu de maneira consoante com o nível de geração de caixa operacional da Companhia. No entanto, em 2014 o nível de endividamento da Companhia se elevou para 3,64 vezes, devido aos efeitos adversos da crise hídrica, especialmente sobre o EBITDA, e não em função de aumento desproporcional de dívidas. Cabe destacar que temos limites determinados em contratos de dívida, sendo que este indicador não deve ultrapassar 3,65 vezes.

A gestão que a Sabesp vem adotando ao longo dos anos tem resultado em um desempenho econômico-financeiro robusto, o que foi fundamental para absorver os efeitos da crise hídrica no ano de 2014.

Este desempenho econômico-financeiro se refletiu na elevação gradual da classificação de risco de crédito nos últimos anos. No entanto, em função dos impactos financeiros da crise hídrica, houve uma alteração da perspectiva da classificação de neutra para negativa em 2014, conforme o gráfico abaixo:



Empréstimos e Financiamentos

Em 2014, a Companhia contratou um montante correspondente a aproximadamente R\$ 382 milhões necessários aos investimentos previstos para o período de 2015-2019.

- **Caixa Econômica Federal – CAIXA**

Em junho de 2014 foram firmados contratos que totalizaram aproximadamente R\$ 320,8 milhões. Estas contratações foram objeto das seleções PAC 2012-2013 e PAC 2013-2014 efetuadas pelo Ministério das Cidades, sendo destinadas à execução de obras do Projeto Tietê, do Programa Metropolitano de Água e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Hortolândia e Itatiba. O prazo total é de até 24 anos, com carência de até 4 anos e juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano.

- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

Em junho de 2014 firmamos contrato no valor de aproximadamente R\$ 61,1 milhões, destinados a execução de obras do Programa Metropolitano de Água no município de Santana de Parnaíba. Esta contratação foi objeto da seleção PAC 2013-2014 efetuada pelo Ministério das Cidades. O prazo total é de até 108 meses, com carência de até 36 meses e encargos financeiros de TJLP + 1,76% aa.

Adicionalmente, o BNDES subscreveu e integralizou 13 debêntures das 42 previstas para a 3ª Série da 18ª Emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 35,8 milhões. O restante está previsto para ser subscrito até 2016. Mais informações sobre empréstimos e

financiamentos estão disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, disponível em www.sabesp.com.br/investidores, menu Informações Financeiras e Operacionais/Formulário de Referência e IAN.

Mercado de Capitais

Em junho de 2014, a Companhia realizou sua 19ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 500,0 milhões, em série única e com vencimento em junho de 2017, remunerada a CDI mais uma taxa de juros entre 0,80% e 1,08% ao ano. Os recursos destinaram-se ao pagamento de compromissos financeiros com vencimento em 2014 e 2015.

Mais informações sobre dívidas com o mercado de capitais estão disponíveis no Formulário de Referência da Companhia, disponível em www.sabesp.com.br/investidores, menu Informações Financeiras e Operacionais/Formulário de Referência e IAN.

Mercado de Ações

Apesar da conclusão do processo de reajuste tarifário em abril de 2014, muito aguardada pelo mercado, as ações da Sabesp ao longo do ano refletiram a imprevisibilidade dos efeitos da forte estiagem que tem atingido a área de atuação da Companhia desde o final de 2013.

Assim, as ações e os ADRs apresentaram desvalorização, de 35,7% e 44,5%, em relação a 2013, encerrando o ano em R\$ 17,01 e US\$ 6,29, respectivamente. No mesmo período o Ibovespa desvalorizou 2,9%, enquanto o Dow Jones apresentou valorização de 7,5%. Com esse desempenho, o valor de mercado da Companhia que era de R\$ 18,1 bilhões em 2013 passou a R\$ 11,6 bilhões em 2014. O valor patrimonial era de R\$ 19,46 por ação em 31 de dezembro de 2014.

As ações da Sabesp participaram de 100% dos pregões da BM&FBovespa e movimentaram um volume financeiro anual de R\$ 7,5 bilhões em 2014. No mercado americano, a Companhia fechou o ano com 169,9 milhões de ADRs em circulação. O volume financeiro anual negociado na NYSE, em 2014, manteve-se estável em relação a 2013, em US\$ 5,7 bilhões.

Em 2014, a Sabesp continuou a ser acompanhada pelas principais instituições financeiras do mercado.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

Em 2014, a Sabesp creditou dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 537,5 milhões, relativos ao ano de 2013, correspondentes a cerca de R\$ 0,78633094301 por ação ordinária e *dividend yield* de 3,0%.

Referente ao ano de 2014, o Conselho de Administração aprovou a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 252,3 milhões, correspondendo a R\$ 0,36913009306 por ação ordinária e *dividend yield* de 2,2%, a ser pago em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas de 2014.

Débito de municípios atendidos no atacado

Os municípios de Guarulhos, Mauá e Santo André recebem água no atacado da Sabesp e, no entanto, atualmente Guarulhos não paga a conta, Mauá paga em torno de 2% da conta e Santo André em torno de 15% da conta. Os valores não pagos são cobrados judicialmente e a Sabesp tem tido êxito nas ações judiciais.

Além disso, Mauá ainda deve à Sabesp os investimentos realizados pela Companhia e não indenizados por ocasião da retomada dos serviços pelo município. A Sabesp ajuizou ação, que foi julgada procedente com a condenação deste e da SAMA (Saneamento Básico do Município de Mauá) ao pagamento da dívida. A sentença transitou em julgado e a Sabesp chegou a iniciar a execução. Entretanto, o município ajuizou Ação Rescisória na tentativa de anular a decisão que era favorável à Companhia. O processo aguarda julgamento.

Com relação ao município de Diadema, que também detinha dívidas relacionadas ao não pagamento de água no atacado e de ativos retomados e não indenizados, em março de 2014 a Sabesp assumiu a prestação direta dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário como parte do acordo judicial para a solução das dívidas. Para mais informações, veja Nota Explicativa 9 das Demonstrações Financeiras.

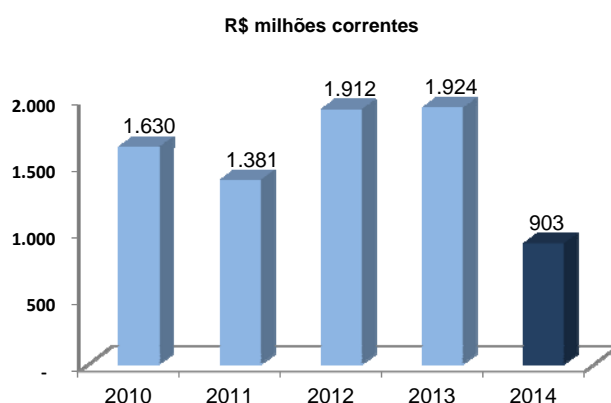
Partes Relacionadas

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo com o objetivo de equacionar o valor incontroverso de dívidas relacionadas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões de que trata a Lei do Estado de São Paulo nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, pagos pela Companhia e não reembolsados pelo Estado. O valor do atual acordo é de R\$ 1,01 bilhão sendo R\$ 696,2 milhões referentes ao valor principal e R\$ 316,0 milhões referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015. Para mais informações, veja Nota Explicativa 31c das Demonstrações Financeiras.

Desempenho Econômico-Financeiro

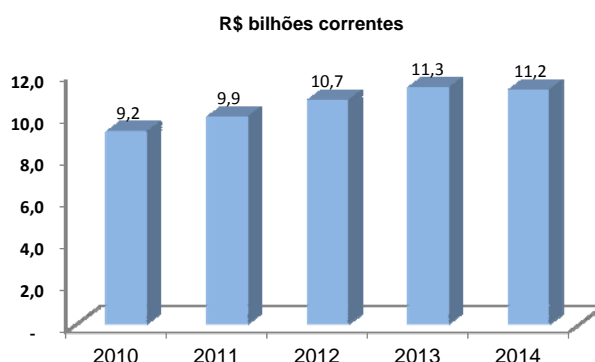
Em 2014, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 903,0 milhões.

Histórico de lucro



Em 2014, a receita operacional líquida manteve-se praticamente estável, totalizando R\$ 11,2 bilhões, com um ligeiro decréscimo de 0,9% em relação ao ano anterior.

Histórico de receita operacional líquida



A receita operacional bruta sofreu um decréscimo de R\$ 634,6 milhões ou 6,7%, quando comparado a 2013, o que é explicado principalmente pela adoção do Programa de Incentivo à Redução no Consumo de Água desde fevereiro de 2014 e pela consequente queda de 2,2% do volume faturado de água e esgoto, cujo impacto não foi compensado pelo reajuste tarifário de 3,1% aplicado desde dezembro de 2013. O índice de reposicionamento tarifário de 6,5%, aplicado em dezembro de 2014, tem impacto sobre a receita apenas a partir de janeiro de 2015.

Volume faturado de água e esgoto ⁽¹⁾ por categoria de uso - milhões de m³

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2013	2014	%	2013	2014	%	2013	2014	%
Residencial	1.565,6	1.548,6	(1,1)	1.299,1	1.292,7	(0,5)	2.864,7	2.841,3	(0,8)
Comercial	175,4	172,6	(1,6)	163,4	162,4	(0,6)	338,8	335,0	(1,1)
Industrial	39,4	38,9	(1,3)	44,4	43,0	(3,2)	83,8	81,9	(2,3)
Pública	54,6	51,7	(5,3)	42,5	39,9	(6,1)	97,1	91,6	(5,7)
Total varejo	1.835,0	1.811,8	(1,3)	1.549,4	1.538,0	(0,7)	3.384,4	3.349,8	(1,0)
Atacado	299,0	256,8	(14,1)	29,7	24,2	(18,5)	328,7	281,0	(14,5)
Total	2.134,0	2.068,6	(3,1)	1.579,1	1.562,2	(1,1)	3.713,1	3.630,8	(2,2)

(1) Não auditado

Volume faturado de água e esgoto ⁽¹⁾ por região - milhões de m³

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2013	2014	%	2013	2014	%	2013	2014	%
Metropolitana	1.206,9	1.172,4	(2,9)	1.029,2	1.005,4	(2,3)	2.236,1	2.177,8	(2,6)
Sistemas Regionais ⁽²⁾	628,1	639,4	1,8	520,2	532,6	2,4	1.148,3	1.172,0	2,1
Total varejo	1.835,0	1.811,8	(1,3)	1.549,4	1.538,0	(0,7)	3.384,4	3.349,8	(1,0)
Atacado	299,0	256,8	(14,1)	29,7	24,2	(18,5)	328,7	281,0	(14,5)
Total	2.134,0	2.068,6	(3,1)	1.579,1	1.562,2	(1,1)	3.713,1	3.630,8	(2,2)

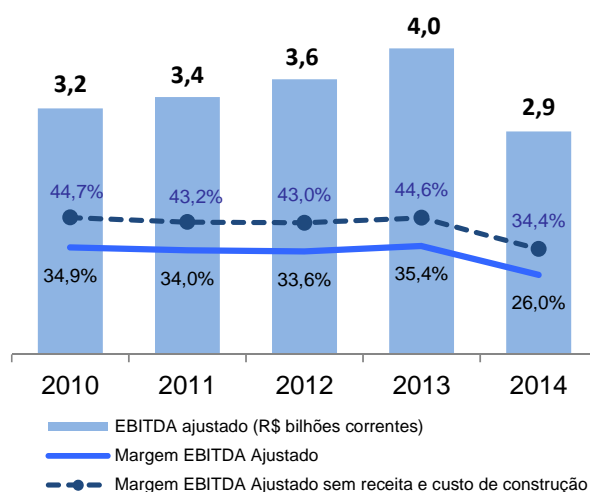
(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

Em 2014, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 13,6% (R\$ 1,1 bilhão). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, o aumento foi de 11,3%. A participação dos custos e despesas na receita líquida passou para 82,9% em 2014, ante os 72,3% apresentados em 2013. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no *website* da Companhia em www.sabesp.com.br/investidores, item Informações Financeiras e Operacionais do menu superior.

O EBITDA ajustado registrou queda de 27,2%, passando de R\$ 4,0 bilhões em 2013 para R\$ 2,9 bilhões em 2014, e a margem EBITDA ajustada atingiu 26,0%, enquanto no exercício anterior foi de 35,4%. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 34,4% em 2014 (44,6% em 2013).

Histórico do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada



G4-EC1 Valor econômico acumulado (R\$ mil)

Componente	2014	2013	2012
A - Valor Econômico Direto Gerado	12.369.246	12.436.533	11.820.477
Receitas (a)	12.369.246	12.436.533	11.820.477
B- Valor Econômico Distribuído	10.005.530	9.737.238	9.410.019
Custos operacionais (b)	5.902.839	5.172.151	5.113.183
Salários e benefícios de empregados (c)	2.132.245	1.932.739	1.735.434

Pagamentos para provedores de capital (d)	842.286	1.063.581	1.158.562
Pagamentos para governos (e)	1.128.159	1.521.437	1.364.646
Investimentos na comunidade (f)	32.102	47.330	38.194
Valor Econômico Acumulado (A-B)	2.363.716	2.699.295	2.410.458

Notas:

(a) Compostas por todas as receitas operacionais, financeiras e outras receitas operacionais, variações monetárias e cambiais ativas e receita relativa à construção de ativos.

(b) Compostos por custos e despesas operacionais, tais como: materiais gerais, materiais de tratamento, serviços, força e luz, despesas gerais (excluídas as despesas com uso da água e refeições/lanches) e cursos de treinamento de empregados. Não foram considerados os gastos com depreciação e amortização e baixa de créditos.

(c) Salários e benefícios a empregados – Compostos por salários e encargos (exclui cursos e treinamentos), refeições/lanches e valores pagos a instituições do Governo (encargos e taxaço de empregados).

(d) Pagamento para provedores de capital – Composto por Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Adicionais Propostos, despesas financeiras pagas como juros, multas e outras despesas financeiras (exclui imposto de renda sobre remessa ao exterior), variações monetárias e variações cambiais pagas. Não foram considerados os lucros retidos.

(e) Pagamento ao Governo – Composto por Cofins/Pasep sobre receita operacional e não operacional, despesas fiscais, imposto de renda e contribuição social (exclui o diferido), imposto de renda sobre remessa ao exterior e uso da água.

(f) Investimentos na Sociedade – Compostos por apoio institucional, apoio de eventos, recepção, exposição e incentivos fiscais distribuídos nas áreas de educação, cultura, saúde, esporte, combate à fome e segurança alimentar.

Reconciliação do EBITDA Ajustado⁹ (Medições não contábeis)

	2014	2013	2012	2011	2010
Lucro líquido	903,0	1.923,6	1.911,9	1.380,9	1.630,4
Resultado financeiro	635,9	483,2	295,7	633,0	378,8
Depreciação e amortização	1.004,5	871,1	738,5	768,7	552,2
Imposto de renda e contribuição social	371,8	732,0	635,7	498,1	662,7
Outras receitas/despesas operacionais líquidas ¹⁰	3,5	(3,3)	23,2	90,3	(1,6)
EBITDA Ajustado	2.918,7	4.006,6	3.605,0	3.371,0	3.222,5

⁹ O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS - International Financial Reporting Standard ou USGAAP (princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos), tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social (tributos federais sobre a renda), da depreciação e amortização, e das outras despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pelo Método da Legislação Societária e não deve ser considerado individualmente ou como uma alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional, como alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

¹⁰ Outras despesas operacionais líquidas, referem-se principalmente as baixas de ativo imobilizado, provisão para perda com ativos intangíveis, perda com projetos economicamente inviáveis, deduzidos das receitas com venda de ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

Margem EBITDA Ajustado	26,0	35,4	33,6	34,0	34,9
Receita de construção	(2.918,0)	(2.444,8)	(2.464,5)	(2.224,6)	(2.130,6)
Custo de Construção	2.885,5	2.394,5	2.414,4	2.177,0	2.081,1
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	2.856,2	3.956,3	3.554,9	3.323,4	3.173,0
Margem EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	34,4	44,6	43,0	43,2	44,7

Auditoria Externa

A Sabesp respeita os princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes atua como auditor da Sabesp desde a revisão das informações trimestrais – ITR de 30 de setembro de 2012. Nesse período, auditou demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e projetos de financiamento.

Em 2014, a Companhia pagou R\$ 1,2 milhão por esses serviços, dos quais 93,9% corresponde a auditoria de demonstrações financeiras. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não audita nenhuma de nossas investidas. Os auditores não prestaram, durante o período de atuação na companhia, serviços não relacionados a auditoria externa.

Controles internos

A avaliação dos controles internos é realizada de forma estruturada e sistemática desde 2005, tendo como referência os parâmetros do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) 2013* e do *Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT)*.

Anualmente, o processo de avaliação dos controles internos é reavaliado considerando tanto a eventual existência de novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras quanto de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados.

Os controles, que são testados por uma unidade independente da Companhia, abrangem os procedimentos sobre a adequação dos registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2013, em cumprimento à seção 404 da lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, foi concluída em abril de 2014 e

não identificou qualquer deficiência considerada material, assim como já havia ocorrido em anos anteriores. Os testes relativos ao exercício 2014 serão concluídos em abril de 2015.

SANEAMENTO AMBIENTAL NA BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

A gestão ambiental da Sabesp, pautada nas diretrizes propostas em sua Política de Meio Ambiente, é inerente à prestação de serviços de saneamento e essência do negócio. Na direção de consolidar a cultura ambiental a empresa prioriza a disseminação interna e externa dos conhecimentos e experiências relacionados às boas práticas ambientais. São ações presentes nos programas de gestão ambiental corporativos que contam com envolvimento dos colaboradores, da comunidade e parcerias com organizações não governamentais.

G4-EN31 Em 2014 foram destinados R\$29,8 milhões em investimentos e gastos com proteção ambiental, associados diretamente ao desenvolvimento e implementação de programas corporativos de gestão ambiental, bem como ao Programa de Uso Racional da Água – Pura.

Outros investimentos e gastos associados à proteção ambiental, estão contemplados no valor total de despesas operacionais e investimentos informados no presente relatório. Ações e programas associados ao consumo de água e energia, bem como à geração de efluentes e resíduos, estão relatados nos capítulos relacionados à operação, dada a estreita relação desses aspectos ambientais com o nosso negócio.

Sistema de Gestão Ambiental e Certificação ISO 14001

Visando o aprimoramento da gestão operacional, a Sabesp estabeleceu, no ano de 2009 um programa para a implantação progressiva de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Estações de Tratamento de Água (ETAs). Entre 2009 a 2014 foram investidos aproximadamente R\$ 30 milhões no aprimoramento de requisitos de gestão e da infraestrutura das estações, oferecendo maior segurança operacional, visando a minimização de riscos, acidentes e geração de passivos ambientais, além de estimular o desenvolvimento de ações preventivas.

A iniciativa fortalece o processo de mudança de cultura em desenvolvimento na Companhia, que insere a gestão ambiental nas diretrizes empresariais. Estruturado com base na norma ISO 14001, o SGA já foi implantado em 95 estações. E está em fase de implantação em outras 34, totalizando 129 estações.

Em 2014 houve um realinhamento estratégico do programa para ganhar agilidade, seguindo a meta de implantação do SGA em todas as estações até 2024. Dessa forma, em 2015 passará a adotar um modelo misto, sendo que a norma ISO 14001 será mantida nas estações

certificadas, podendo ser ampliado conforme a estratégia das Unidades de Negócio, enquanto que, para as demais estações, será aplicado um modelo próprio (SGA-Sabesp).

Até março de 2015 a Sabesp possuía 51 estações certificadas ISO 14001. Considerando-se o novo cenário apresentado, houve uma revisão do escopo das certificações, tendo a Sabesp obtido a recomendação para recertificação ISO 14001 de 35 estações a partir de abril de 2015.

Mudanças climáticas e gestão de emissões de gases do efeito estufa

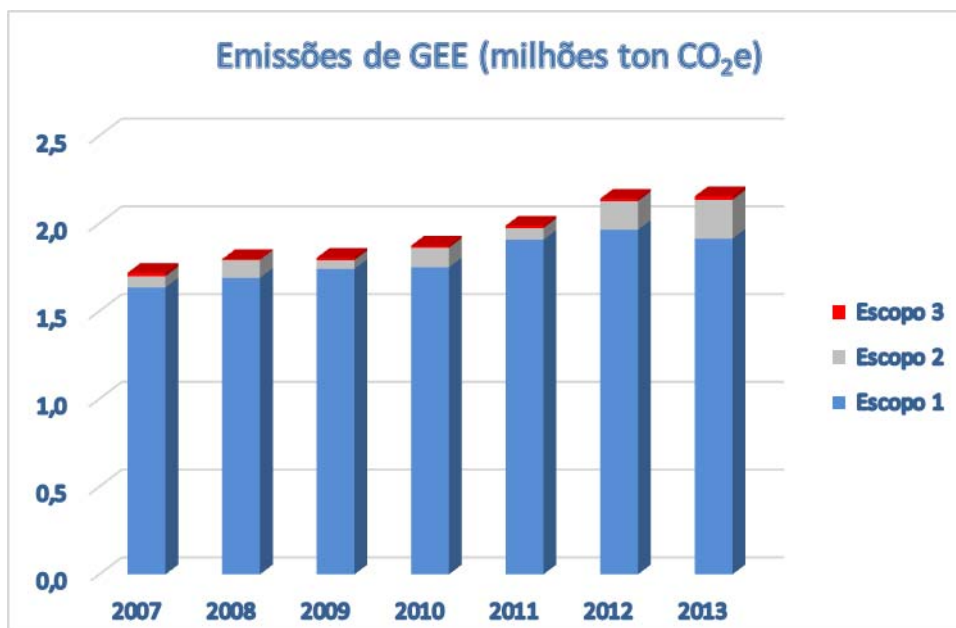
As mudanças climáticas constituem atualmente um dos grandes desafios globais a serem enfrentados, sendo o saneamento um dos setores altamente impactados pelos efeitos das alterações do clima e dos eventos extremos a eles associados. A Sabesp, ciente de sua responsabilidade e da necessidade de cumprir seu papel nesse contexto, vem avançando no desenvolvimento de seu Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases Efeito Estufa – GEE, alinhado às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) e cujo principal objetivo é a redução e a gestão de emissões desses gases.

A elaboração de inventários anuais de emissões de GEE, bem como a promoção de ações de aprimoramento operacional e de controle das emissões de GEE são importantes frentes de trabalho desta iniciativa da Cia. Tais diretrizes estão de acordo e visam atender o que estabelece a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), tanto no que refere-se ao mapeamento das principais fontes de emissões, quanto no levantamento e disseminação de ações com potenciais de redução de emissões de GEE.

Em 2014, a Sabesp concluiu o inventário corporativo de GEE de 2013, totalizando 2.154.407 tCO₂e, sendo o 7º inventário desde 2007, seguindo os princípios e requisitos da norma NBR ISO 14.064:2007 Parte 1 e do Programa Brasileiro GHG Protocol.

A tendência observada nos inventários anteriores se repete, com as atividades de coleta de tratamento de esgoto sendo as maiores fontes de emissões de GEE, representando aproximadamente 89% do total. A energia elétrica contribui com 10% e as demais atividades representam aproximadamente 2%.

G4-EN15/EN16/EN17 - Evolução das Emissões de Gases de Efeito na Sabesp, por escopo, de 2007 a 2013



Entre as ações de redução de emissões, um exemplo a ser destacado é o projeto desenvolvido em parceria com a prefeitura municipal de Botucatu e Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp. Trata-se do trabalho “Transformando Lodo de Esgoto em Adubo Orgânico e Diminuindo a Geração de Gases de Efeito Estufa”, que ganhou o 8º Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável, na categoria Empreendedorismo Ambiental para Empresas de Grande Porte.

O sistema prevê a secagem de 22 toneladas por dia de lodo e a adição de cascas e restos de podas de árvores, de modo a transformar a matéria-prima, rica em fósforo e nitrogênio em um fertilizante orgânico adequado para o uso agrícola. Além desse aspecto, o processo utiliza energia solar e promove o processamento mais apropriado do material, em condições aeróbias e no local de geração, reduzindo em 80% a necessidade de transporte e minimizando a geração de emissões de gases de efeito estufa em cerca de 76 toneladas de CO₂e/mês.

Em 2014 a Sabesp participou pela 9ª vez do CDP - *Carbon Disclosure Project - Climate Change*, iniciativa internacional para uniformização e organização da forma pela qual as empresas divulgam seus resultados de emissões de GEE inventariadas, bem como demais aspectos da gestão da mudança do clima.

Gestão de Recursos Hídricos e proteção de mananciais

G4-16 A Sabesp participa e atua nas diversas instâncias do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, representada por meio de aproximadamente 160 de seus funcionários, de diversas unidades da empresa, mediante uma linha de atuação corporativa. No âmbito do Sistema, a Sabesp ocupa uma cadeira no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e em três de suas câmaras técnicas; também tem representação no Plenário e em câmaras técnicas dos quatro comitês federais com abrangência no Estado de São Paulo. No âmbito estadual, a empresa participa das sete câmaras técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e tem assento no Plenário dos 21 comitês de bacias hidrográficas estaduais e em câmaras técnicas, com prioridade para as câmaras de Planejamento, de Saneamento e de Cobrança pelo Uso da Água.

Ainda na direção do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, a Sabesp vem acompanhando a implantação progressiva da cobrança pelo uso da água. Trata-se de instrumento importante para conscientização pelo uso racional além de prover parte dos recursos necessários às ações planejadas para a recuperação e preservação dos recursos hídricos. Outro ponto em debate conduzido pela empresa tem foco no enquadramento dos corpos de água, instrumento de gestão através do qual a bacia estabelece um pacto por metas de qualidade da água associada aos seus usos preponderantes.

Estes dois importantes instrumentos de gestão são diretamente relacionados com o negócio da Sabesp. Em 2014 a Companhia desembolsou R\$ 40.7 milhões para o pagamento pelo uso da água de rios de domínio federal e estadual, nas bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, dos rios Sorocaba e Médio Tietê, dos rios da Baixada Santista, do Alto Tietê e do Baixo Tietê. É aguardado para o período de 2015-2016 o início da cobrança nas demais bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

Em valorização à necessidade de preservação dos recursos hídricos, a Companhia é proprietária e mantém áreas dentro de unidades de conservação, realizando trabalhos de fiscalização e monitoramento. As áreas também são disponibilizadas a universidades e ONGs para estudos socioambientais.

G4 EN11 Reservas dentro de áreas protegidas

Reserva do Morro Grande (município de Cotia)	Reserva do Rio Claro (municípios de Salesópolis e Bertiooga)	Fazenda Capivari (município de São Paulo)	Reserva São Francisco (município de São Sebastião)
<ul style="list-style-type: none"> • Área: 10.700 ha • Perímetro: 70 km • Represas: Graça e Pedro Beicht • Bacia hidrográfica do reservatório Pedro Beicht • Sistema Produtor Alto Cotia • Lei n.1949/79 - Reserva Florestal do M. Grande. • tombada pelo Condephaat em 1981. • Unesco (1994) declara Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área = 16.200ha • Bacia hidrográfica do Reservatório Ribeirão do Campo, Guaratuba e Poço Preto • Sistema Produtor Rio Claro • inserida no Parque Estadual da Serra do Mar (Decreto nº 10.251/77) e declarada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO em 1994. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área = 2.900ha • Perímetro: 12km • Inserida na Área de Preservação Ambiental-APA – Capivari-Monos. • Sistema produtor Guarapiranga 	<ul style="list-style-type: none"> • Área: 2.580.971,00 m² • Perímetro: aproximadamente 7.144,40 m² • Córrego: São Francisco • Sistema Produtor São Francisco • Inserida no Parque Estadual da Serra do Mar (Decreto nº 10.251/77) e declarada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO em 1994.

Além de reservas, desde 1990 a Sabesp mantém dois viveiros florestais destinados à produção de mudas de espécies nativas com o objetivo de atender aos projetos de restauração e recomposição de mata ciliar no entorno dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo- RMSP. Um deles está instalado na barragem do Jaguari, do Sistema Cantareira, no município de Vargem, o outro na Estação de Tratamento de Água – ETA Alto Cotia, no município de Cotia.

Em relação às outorgas e licenciamentos ambientais, o parque operacional existente é objeto dos Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. Todos os usos de água estão com os pedidos de outorga protocolados junto ao órgão gestor, sendo que muitos já foram deferidos e outros estão em análise no Departamento de Águas e Energia Elétrica- DAEE e na Agência Nacional de Águas - ANA. O Programa Corporativo associado ao licenciamento de ETEs, ETAs e Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs), encontra-se em andamento, com previsão de conclusão até 2017. Para os novos empreendimentos, a obtenção das licenças e outorgas já faz parte de seu ciclo de vida.

Programa de educação ambiental – PEA

O Programa de Educação Ambiental da Sabesp (PEA) é composto por um conjunto de ações e projetos no âmbito corporativo, voltado para a mudança de cultura dos empregados e da sociedade. Atualmente essas ações se mostram ainda mais necessárias para levar informações à população, esclarecer dúvidas e ressaltar a importância da colaboração de todos na economia e no uso racional da água.

Muitos destes projetos nasceram de iniciativas locais e depois se expandiram, transmitindo conceitos ambientais por meio de teatro, dança, música, mímica, oficinas de desenho, cartilhas, exposições, plantio de árvores, limpeza de córregos, rios e praias, visitas monitoradas às estações de tratamento e palestras educacionais. Eles se destinam, sobretudo, ao público infanto-juvenil, alunos de escolas públicas e particulares, professores e comunidades de baixa renda.

Fazem parte das iniciativas o Clubinho Sabesp, Programa de Uso Racional da Água (PURA), Dia do Milênio Sabesp, Navega São Paulo, Abraço Verde, Prol, Ecoposto, Sabesp 3Rs, Participação Comunitária, Sabesp Colorida, Soltura de Peixes, Verde Vida, Futurágua, Praia Limpa e Pequenos Cientistas, entre outros. Em 2014, foram realizadas aproximadamente 3 mil palestras em escolas, nas comunidades e em empresas, atendendo um público de 560 mil pessoas. Também tivemos aproximadamente de 2000 visitas monitoradas em nossas instalações, atendendo um público de aproximadamente 58 mil visitantes.

Um dos projetos é Futurágua, cuja finalidade é sensibilizar e transformar crianças de 6 a 10 anos em agentes multiplicadores do uso racional da água. Em uma parceria com escolas e professores, o projeto leva orientações do dia-a-dia conscientizar sobre a preservação do meio ambiente. No litoral norte, cerca de 1600 alunos do ensino fundamental de quatro cidades da região conheceram os personagens do Clubinho Sabesp (Super H₂O, Gotucho e Gota Borradeira) e as instalações de uma estação de tratamento de água.

Em 2014 também foram desenvolvidas atividades de educação ambiental envolvendo a soltura de cerca de 50 mil alevinos de pacu, corimba, tilápia e lambari, em parceria com prefeituras e escolas. Os municípios contemplados foram Fernandópolis, Estrela D'Oeste, Guarani D'Oeste, Valentim Gentil, Dirce Reis, Guzolândia, Jales, Urânia, Alto Alegre, Gastão Vidigal, Glicério, Monções, Monte Aprazível, Nipoã, Turiuba, Monte Alto, Santa Ernestina, Palmares Paulista, Ibirá, Irapuã, Adolfo, Nhandeara, Presidente Alves, Pongaí, Uru, Catiguá, Avaí e Lins. Essas ações, juntamente com o avanço dos serviços de saneamento, beneficiam

mananciais importantes na região como os rios Turvo, São José dos Dourados e Batalha e os córregos Campestre, Marimbondo, Santa Rita, entre outros.

O tratamento dos esgotos nessas cidades trouxe vida aos corpos d'água. Desta forma foi possível a volta dos peixes e pescadores. Em Lins, por exemplo, é comum ver pessoas pescando diariamente na região central da cidade. Os peixes além do lazer têm sido uma forma de ajudar na subsistência das famílias.

As atividades de plantios de árvores constituem outra frente em favor do meio ambiente, a exemplo do projeto “Nasce uma criança, Plante uma Árvore”. Trata-se de uma parceria entre a Sabesp e a Santa Casa de Misericórdia do município de Jales, na qual foi definido que para cada criança nascida é plantada uma árvore pelos familiares em conjunto com os funcionários da Santa Casa e da Sabesp na área de reflorestamento da área da ETE da Sabesp de Jales. Só nesta atividade, foram plantadas 900 árvores em 2014. No total, ao longo do ano, nas ações voluntárias educativas e de recomposição da vegetação por todo o Estado foram plantadas cerca de 21 mil mudas de árvores.

Paralelamente, em parceria entre as secretarias municipais de Educação e a Sabesp, escolas da rede municipal e estadual participam do projeto “Horta nas Escolas”. A atividade tem como objetivo estimular a criança ao hábito da alimentação saudável, com mais verduras e legumes por elas mesmas cultivados.

A produção ocorre na própria escola que desempenha a importante função de motivar alunos e professores, tanto em relação aos tratos culturais da horta, como da adoção de hábitos alimentares, seguros e sustentáveis. As lições que as crianças aprendem com estas atividades são simples, mas que as marcam profundamente, trazendo conceitos sobre a importância da água, a valorização dos alimentos por eles cultivados, colhidos e preparados, além do fortalecimento do convívio e do trabalho em grupo.

Outra ação de destaque é o PROL - Programa de Reciclagem de Óleo de Fritura, que combate seu descarte incorreto no solo e nas águas. O programa conta com a parceria com Prefeituras, Shoppings, Supermercados, Parques e Secretaria de Meio Ambiente (SMA), que colaboram com a divulgação. Diversas ONGs parceiras encaminham o óleo coletado para fabricação de biodiesel.

Além disso, em 2014 foi publicado o livro “40 anos de Práticas de Educação Sanitária e Ambiental no Saneamento”, com o objetivo de registrar e divulgar uma amostra da abrangência das ações realizadas pela empresa e sua influência no cotidiano das pessoas, incentivando o comportamento responsável em relação com meio ambiente.

Boas práticas ambientais em áreas administrativas

Visando promover o gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nas atividades administrativas da Sabesp, o Programa Corporativo Sabesp 3Rs tem como fundamentos os conceitos de Redução, Reutilização e Reciclagem. Implantado em 2008, começou a ser desenvolvido a partir da necessidade identificada de organizar e padronizar as várias iniciativas de coleta seletiva realizadas pelas diferentes unidades da Empresa. Para tanto, foi elaborado procedimento empresarial que define as diretrizes para o gerenciamento desses resíduos e estabelece metodologia padrão para as fases de implantação da coleta seletiva, armazenamento temporário e destinação dos resíduos gerados pelas atividades administrativas, em consonância com a legislação vigente e em parceria com as Cooperativas de Catadores.

Por meio da capacitação dos empregados da Sabesp e do treinamento de terceirizados, o programa estimula a adoção de hábitos de consumo responsável e de minimização na geração de resíduos tanto no âmbito corporativo quanto no convívio social. Em 2014 foram destinados para reciclagem cerca de 310 mil toneladas de resíduos sólidos gerados em atividades administrativas e capacitados cerca de 250 empregados para a gestão e monitoramento do programa. Desde o início do Programa já foram destinadas de forma adequada do ponto de vista social e ambiental, mais de 1.655 toneladas de resíduos, com capacitação de cerca de 1.800 profissionais, entre empregados e terceirizados.

A Companhia prossegue com seu Programa de Renovação de Frota Veicular. Em 2014 avançamos mais ainda na substituição da nossa frota de veículos leves para a tecnologia flex, com obrigatoriedade de abastecimento com etanol. Atingimos o percentual de 78,5% para veículos leves e 68% para a frota pesada, cuja tecnologia atende a legislação Euro-5, de redução de emissões de poluentes.

Somam-se à importância ambiental, os benefícios econômicos e a modernização da gestão trazidos pelo Programa, como a redução do consumo de combustíveis, a economia com manutenção e documentação e a receita com os leilões dos veículos substituídos (R\$ 2,6 milhões em 2014), além da desmobilização da base de ativos da empresa. Com o programa, continuamos com a produtividade de 98% de disponibilidade da frota para as operações diárias.

Uma outra iniciativa, é o Selo Socioambiental para 206 especificações de compra da Sabesp, concedido pelo Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis. Atingimos 30% da meta prevista – a certificação de 700 especificações – em função da necessidade de

realizar alterações técnicas no processo de emissão do selo, exigidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Instituído pelo Decreto Estadual nº 50.170/05, o selo sinaliza ao mercado fornecedor a intenção do Estado de São Paulo de adequar seu perfil de consumo às diretrizes internacionais de desenvolvimento sustentável.

G4-EN33 Nos procedimentos licitatórios da Sabesp não é permitida a participação de sociedades que se encontram interditadas por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Nas licitações é exigida declaração do Licitante que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal.

Os instrumentos contratuais da Sabesp também possuem cláusulas de exigência ao cumprimento das posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução das obras e/ou serviços, destacando o atendimento da legislação ambiental.

São ainda utilizados os Estudos de Serviços Terceirizados do Governo do Estado de São Paulo - Instruções Socioambientais Específicas na definição de suas especificações técnicas . Este estudo estabelece a implementação de ações ambientais por meio de treinamento de empregados da Contratada e conscientização de todos os envolvidos, apontadas especialmente nas Especificações Técnicas e obrigações da Sabesp e da Contratada.

Na perspectiva da gestão de bens pós-consumo estratégicos utilizados, a Companhia planeja, opera e controla o fluxo físico desses materiais. Estes bens são agrupados em lotes e a eles é atribuído um valor econômico de mercado para que sejam ofertados em leilão. Dessa forma, a Sabesp além de cumprir seu papel perante a Lei 8.666/93, não permite que esses materiais sejam descartados de forma inadequada.

Nos editais de leilões de inservíveis promovidos pela Sabesp, constam cláusulas ambientais que visam o atendimento da legislação pertinente, versando sobre questões como gestão de resíduos sólidos, a proteção ambiental e o controle de emissão de poluentes veiculares.

A implantação das novas regras para aquisição de materiais de escritório, limpeza e informática prevê a utilização da plataforma WEB disponibilizada pelo fornecedor para o suprimento das unidades da Sabesp e entrega diretamente nos locais de utilização, contribuindo para redução da utilização de transporte e assim minimizando emissões atmosféricas veiculares.

VALORIZANDO A EDUCAÇÃO NO USO CONSCIENTE DA ÁGUA

G4-10/56 O compromisso da Sabesp com a legalidade, a ética, a transparência e o respeito às pessoas e ao meio ambiente orienta sua atuação sócio responsável e decisões empresariais. Para isso, adotamos a premissa de que os impactos positivos que uma empresa pode exercer na cadeia de valor contribuem para o desenvolvimento social da população que está sob sua influência. Em um cenário suscetível a eventos climáticos e à baixa disponibilidade hídrica, a Sabesp assumiu o desafio de estimular mudanças de comportamento que contribuam para o uso consciente e racional da água. Neste sentido em 2014 lançou o Programa Guardiã das Águas, que reforça a necessidade de união de todos os empregados em uma rede para a conscientização dos clientes, comunidades, instituições, condomínios, e crianças em relação à finitude dos recursos hídricos.

O princípio da empresa-cidadã é o norteador das ações promotoras da sustentabilidade entre aqueles com quem a Companhia mantém contato, fortalecendo seu compromisso com a sociedade. Nesse sentido, estabelecemos diretrizes empresariais relativas à sustentabilidade socioambiental e à valorização do capital humano, alinhadas com nosso Código de Ética e Conduta, na busca do desenvolvimento sustentável, da gestão integrada, do respeito aos direitos humanos, à diversidade e na melhoria da qualidade de vida.

A responsabilidade social perpassa transversalmente a empresa e está refletida no objetivo estratégico que incentiva o direcionamento de práticas de cidadania que promovem o relacionamento entre a Sabesp, voluntários e a comunidade. Trata-se de um amplo conjunto de compromissos incorporados à cultura organizacional, às estratégias do negócio e ao modo ético de conduzir as operações.

Consciente da importância do trabalho voluntário e dos benefícios de sua realização para a sociedade em geral, a Sabesp, por meio de seu **Programa Voluntariado Empresarial**, inspira boas práticas e leva mais dignidade aos envolvidos. Isso desperta interesse e admiração por parte dos colaboradores, que se sentem mais integrados com a organização e seus projetos e mais envolvidos com a cultura e os valores presentes nela.

O Programa de Voluntariado Empresarial Sabesp foi criado em 2009 como uma forma de reconhecimento da força do voluntariado e está inserido nas diretrizes estratégicas da companhia. Ele foi construído de forma participativa, articulado com todas as diretorias e seus principais objetivos são gerar transformações na comunidade onde atua, motivar e obter o

envolvimento do maior número possível de empregados, além de contribuir para o valor Cidadania expresso no Código de Ética e Conduta da Empresa.

G4-15 Também apoiamos e incentivamos os oito objetivos do milênio da ONU, integrados em nosso Programa de Voluntariado Empresarial com o apoio de uma rede de cerca de 1.100 voluntários e seu principal vetor são os “Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, da Organização das Nações Unidas, com ênfase no ODM 7 - Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente.

Nesta perspectiva, 150 facilitadores foram treinados com a missão de disseminar seus conhecimentos, formando assim uma rede de cidadania, cujos projetos foram inseridos no **Sistema de Gestão do Voluntariado Sabesp**, para controle dos indicadores. Com o apoio ao trabalho dos voluntários e o resultados conseguidos por eles, em 2014, as ações estão ligadas ao programa **Guardião das Águas**, que promoveu como principal iniciativa eco social de 2014 a campanha “se economizar não vai faltar”, com dicas e orientações aos clientes sobre o não desperdício de água.

Mantendo a tradição o lado social não foi esquecido e como parte do calendário anual da Sabesp, realizou-se a **Campanha do Agasalho** do FUSSESP - Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo, sob a temática “Roupa boa a gente doa”, que promoveu, durante quatro meses, a arrecadação de mais de 2,1 milhões de peças com qualidade. Foram realizados, 170 eventos, 280 entidades foram beneficiadas e 52 mil famílias atendidas.

No entanto, muito mais do que números, o resultado representa o desenvolvimento social promovido por empregados que a cada ano se superam como cidadãos voluntários, com o apoio do corpo gerencial. Essas iniciativas se alinham ao nosso Código de Ética e Conduta, que tem como valores o respeito à sociedade e ao cliente, ao meio ambiente, às pessoas, integridade, competência e cidadania.

Cliente: conscientização e parceria

G4-EC8 Por meio da campanha Guardiões das Águas, ao longo de 2014 as equipes da Sabesp visitaram 40 mil condomínios (alguns mais de uma vez), em 89 bairros, com impacto em mais de 6 milhões de pessoas. Somente no mês de janeiro de 2015 foram visitados 10.023 condomínios que tiveram aumento de consumo. Além disso, as mobilizações pela conscientização foram acompanhadas da distribuição de caixas d’água para famílias em situação de vulnerabilidade social, com renda de até três salários mínimos e que tinham

problemas de falta d'água causados pela baixa reservação em suas moradias. O objetivo foi adequar a capacidade de reservação dos imóveis às normas da ABNT e manter o abastecimento por período de até 24 horas, o que não acontece devido ao restrito padrão construtivo dessas habitações. A ação tem a parceria do Governo do Estado de São Paulo e foram distribuídas 800 unidades no primeiro trimestre de 2015. A meta é entregar 25 mil unidades. Também foram fornecidos a milhões de clientes atendidos na RMSP dispositivos redutores de vazão que podem economizar em até 20% o consumo de torneiras.

Pesquisa de satisfação

A Sabesp realiza, anualmente, pesquisa de satisfação junto a seus clientes, aplicando sempre a mesma metodologia, o que possibilita comparar as diferentes unidades de negócio em diferentes períodos. Nosso objetivo é, a partir dos resultados apurados, aprimorar o atendimento e os serviços prestados aos clientes. Em 2014, obtivemos 80% de avaliação positiva, com relação a satisfação geral com a empresa.

Foram realizadas 5.850 entrevistas em todo o Estado de São Paulo, em que a cada 10 entrevistados, 8 declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a Empresa. Atribuímos este bom resultado à dedicação e empenho do corpo técnico da Sabesp no atendimento às demandas de seus clientes num momento em que a crise hídrica afeta todo o sudeste brasileiro, especialmente a Região Metropolitana de São Paulo.

Também são realizadas pesquisas de satisfação bienais em cada um dos municípios com os quais mantém contrato de programa. Em 2014, foram realizadas aproximadamente 11.600 entrevistas em 105 cidades. Os resultados orientam o aperfeiçoamento do nosso atendimento. As pesquisas são amplamente divulgadas, reforçando nosso compromisso com a transparência e melhoria contínua dos serviços prestados.

Adesões voluntárias e programas institucionais

G4-15 Na área social, destacamos a manutenção de adesões voluntárias a movimentos e pactos globais de cidadania.

Renovamos pelo sétimo ano consecutivo o certificado conferido pela **Fundação Abrinq – Save the Children, por ser uma empresa amiga da criança**. Anualmente, para renovar o selo a empresa relata os projetos direcionados ao público infantil, e dentre eles em 2014 destacaram-se: Clubinho Sabesp, Programa Aprendiz e o Instituto Criança Cidadã (ICC). Conheça um pouco mais destes projetos direcionados ao público infantil e jovem:

- **Clubinho Sabesp:** Com jogos e personagens, o site www.clubinhosabesp.com.br incentiva a aproximação de crianças e jovens, de 6 a 13 anos, tendo atualmente 50 mil sócios. Este espaço virtual é direcionado prioritariamente a educação ambiental, com foco em “Aprenda a cuidar da nossa água com as dicas de economia da Turminha do Clubinho Sabesp”.
- **Programa Aprendiz:** formação técnico-profissional de jovens de 14 a 21 anos, com contrato de 24 meses e carga horária de 3.680 horas entre teoria e treinamento *on the job*, o programa prepara os jovens para o mercado de trabalho. É desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai - SP e o Centro de Integração Empresa-Escola- CIEE. A iniciativa já abriu oportunidades para 1.703 jovens, dos quais 565 entraram para o programa em 2014.
- **Instituto Criança cidadã – ICC:** a Sabesp é co-mantenedora deste instituto destinado à formação de jovens oriundos de famílias em situações de carência, provendo educação, cultura e assistência na RMSP. Em 2014, aportamos R\$ 2,8 milhões, propiciando atendimento gratuito a 7,4 mil crianças e adolescentes e a 6,2 mil famílias por meio de nove creches e três circo-escolas.

Somos signatários do **Pacto Global**, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) que reúne empresas, trabalhadores e sociedade civil para promover o crescimento sustentável e a cidadania, alinhando suas atividades aos princípios de direitos humanos, do trabalho, de proteção ambiental e ao combate à corrupção. A Sabesp é parceira do **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**, uma organização civil de interesse público sem fins lucrativos cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir os negócios de forma socialmente responsável.

Comunidades locais

G4 SO1 O agravamento da crise hídrica levou a Companhia a potencialização de seu relacionamento com a comunidade, buscando fortalecer cada vez mais a disseminação do uso consciente da água, utilização adequada da rede de esgoto, descarte de resíduos e

preservação das áreas de mananciais. A rede de Guardiões das Águas passou a ser o carro-chefe da empresa nesta tarefa, destacando-se a realização de:

- **Gincana sobre uso consciente da água entre as escolas:** A Sabesp e a Secretaria Estadual de Educação lançaram a Gincana ECO-URA - Escola Consciente no Uso Racional de Água, cuja ação reuniu alunos de 207 escolas da capital paulista.
- **Encontros de líderes com a comunidade:** Cerca de 180 líderes comunitários participaram de reuniões buscando trazer os representantes das comunidades para dentro da empresa e levar, de modo transparente, todas as informações sobre o momento de escassez hídrica que acontece no Sudeste, fortalecendo o diálogo entre a comunidade e a empresa.
- **Programa de Uso Racional da Água – Pura:** realizado em parceria com a Secretaria da Educação e Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (mais detalhes no capítulo: Enfrentando a crise Hídrica).
- **Meio Ambiente – Parceria Sabesp e Bradesco:** realização de uma série de ações educativas na Cidade de Deus, em Osasco, e em mais duas unidades do banco, em Alphaville, buscando disseminar o conceito de “Água: a energia da vida”. Neste evento, mais de 450 pessoas assistiram a palestras e 2.700 alunos receberam em suas salas de aula voluntários disseminadores com dicas de economia de água e preservação do verde.
- **Lazer educativo:** A Sabesp torna pública áreas antes fechadas de seus reservatórios para a comunidade ao seu redor. Os Parques Sabesp da Mooca, Cangaíba e Butantã são áreas que a Sabesp reformou para oferecer mais qualidade de vida por meio do esporte e lazer.
- **Cultura inclusiva:** Em parceria com a Associação de Deficientes Visuais e Amigos (ADEVA), oferece sessão de cinema inclusiva no Cine Sabesp, com entrada franca, na qual exige que todos os filmes que patrocina apresentem legenda e áudio descrição, beneficiando pessoas com deficiência visual e auditiva.
- **Projeto Cadê Você:** Idealizado pelo Instituto Mara Gabrilli com apoio da Sabesp, identifica pessoas com deficiência que residem nas comunidades mais carentes do município de São

Paulo, levando informações sobre os principais serviços existentes nas áreas de saúde, trabalho, esporte, acessibilidade, educação e direito.

- **Projeto Cine na Praça exibindo clássicos da ficção científica:** Com o apoio da Sabesp, promoveu a exibição de filmes ao ar livre todas às quintas-feiras do mês de Agosto de 2014, na Praça Victor Civita, em São Paulo.
- **Solidariedade em datas festivas:** Na época de Natal diversas campanhas foram realizadas tais como: Funcionários produzem árvores de Natal sob a temática sustentabilidade, Doar um gesto simples, Natal para Crianças Especiais: economizando água, mas esbanjando solidariedade, dentre outras.
- **Apoios e patrocínios: Incentivo à cultura por meio da Lei Rouanet:** O Programa de Fomento ao Cinema Paulista contou com R\$ 4,3 milhões, investidos pela Sabesp, por meio da Lei Rouanet. Foram distribuídos prêmios para a produção e finalização de filmes em longa-metragem nos gêneros ficção, animação e documentário. A seleção das produções foi realizada pela Secretaria de Estado da Cultura, que avaliou vários critérios de seleção, entre eles a qualidade estética dos projetos (previamente aprovados pela Agência Nacional de Cinema) e a residência comprovada há mais de dois anos do diretor do projeto, no Estado de São Paulo. Em contrapartida, desde 2012, todos os beneficiados também devem produzir cópias com legenda, com o intuito de ampliar o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência auditiva.

G4-EC4 - Assistência financeira recebida do governo

INCENTIVOS TOTAIS	2011	2012	2013	2014
Incentivo à cultura- Lei Rouanet	5.405	9.280	7.341	4.304
Incentivo ao audiovisual	8.000	4.672	6.908	5.572
Incentivo ao esporte	3.090	2.872	3.379	2.130
Condeca	3.000	3.000	3.300	2.100
Total	19.495	19.831	20.928	14.106

Práticas trabalhistas e condições dignas de trabalho

A Sabesp, coerente com sua estratégia corporativa e prospectiva em relação a cenários futuros, definiu em seu Plano Estratégico, entre as diretrizes empresariais, a de desenvolver o **capital humano como um diferencial competitivo** para a realização de metas como a

universalização sustentável e responsável dos serviços de água e esgoto e desenvolver soluções para contornar as limitações trazidas pela escassez hídrica.

A evolução para um novo patamar de conquistas requer dos nossos profissionais uma clara compreensão do contexto de transformação do mundo de hoje. Exige, ainda, capacitação para aproveitar oportunidades de reinvenção, lidar insistentemente com a dualidade da gestão pública sob a égide dos resultados, e agir com base nos princípios e valores da cultura organizacional que garantem a sustentabilidade e o estabelecimento de relações produtivas com os vários atores do processo.

A reflexão sobre essas demandas levou a Sabesp a investir em um modelo de Gestão de Pessoas por Competências, estimulando o desenvolvimento das capacidades críticas para os negócios. Desde sua adoção, nosso modelo de gestão de pessoas vem sendo aprimorado com o intuito de oferecer à Sabesp uma proposta de valor para os empregados, capaz de aumentar seu comprometimento e engajamento com os objetivos e a estratégia da organização.

Neste campo, dá-se particular destaque aos processos integrados que incorporam: a educação continuada, a gestão de carreiras, a qualidade de vida, a gestão do clima e dos serviços de RH. Considerando a Governança Corporativa, o estatuto da Sabesp estabelece que todas as decisões relativas à “Política de Pessoal”, como fixação do Quadro, Plano de Cargos e Salários, Negociação Coletiva, abertura de processo seletivo e Programa de Participação nos Resultados, devem ser deliberadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos órgãos controladores do Estado de São Paulo.

Merece destaque particular a crise hídrica e ambiental. Essa adversidade tem mobilizado toda a empresa no desenvolvimento de alternativas para a redução dos riscos e dos impactos sobre a prestação dos serviços à população. A competência e a expertise dos profissionais no negócio de saneamento têm sido decisivos para os resultados obtidos. Foi necessário também envolver e comprometer os diversos grupos de interesse em esforços convergentes.

A gestão de pessoas desempenhou um papel preponderante nesse quadro, com ações coordenadas com austeridade no controle de indicadores de pessoal e na intensificação no desenvolvimento de lideranças com visão de futuro, integrada e empreendedora. Somou esforços para que a empresa pudesse buscar soluções alternativas e inovadoras para dar respostas de qualidade à sociedade.

Emprego

A Sabesp realiza o processo de recrutamento e seleção por meio de **concurso público** para empregados, estagiários e aprendizes, de forma a atender a legislação específica, garantindo a contratação de profissionais qualificados e preparados para atuar em diversas posições da empresa.

Considerando a complexidade e a amplitude do processo, a empresa contratou a Fundação Carlos Chagas - FCC, entidade sem fins lucrativos e especializados na realização de processos de concurso público, por regime de delegação integral, em que os custos são cobertos pelo valor das inscrições dos candidatos. No período de 2011 a 2014, foram realizados sete concursos públicos, assim distribuídos:

	2011	2012	2013	2014
Empregados	389	-	624	-
Aprendizes	-	552		565
Estagiários	1.060	-	1.030	748

Observa-se que os Concursos Públicos realizados para a Sabesp mobilizam um número significativo de candidatos, sendo que os dois últimos realizados para 624 vagas de empregado e de 565 de aprendizes, apresentaram 41.319 e 12.147 inscritos, respectivamente. Visando suprir as necessidades das unidades, a Sabesp dispõe de um Banco de Oportunidades, acessível a todos os empregados, que compatibiliza interesses por meio de transferências na companhia.

Incorporação da SANED

A Sabesp iniciou o processo de incorporação da empresa Serviços de Água e Esgotos do Município de Diadema - SANED, pautado na Lei Municipal Nº 3.355, em setembro de 2013 e o início da operação efetiva dos serviços pela Sabesp ocorreu em 31 de Março de 2014. Com o objetivo de alinhar os profissionais da SANED às estratégias, à cultura e às competências da Sabesp, foram realizadas entrevistas com empregados para análise das atividades atuais e enquadramento no Plano de Cargos e Salários vigente. A transferência efetiva dos empregados da SANED para o quadro da Sabesp está prevista para 2015.

G4 LA1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por

faixa etária, gênero e região

Rotatividade	2011			2012			2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Gênero	7,7%	7,2%	7,6%	5,5%	4,4%	5,3%	3,6%	3,6%	3,6%	1,9%	2,6%	2,0%
Faixa Etária												
20 a 40 anos	6,1%	6,9%	6,2%	5,1%	5,6%	5,2%	3,9%	5,2%	4,2%	2,2%	3,3%	2,5%
41 a 55 anos	4,3%	5,9%	4,7%	3,0%	2,6%	3,0%	2,1%	2,2%	2,1%	0,8%	1,7%	1,0%
Acima de 55	24,4%	17,7%	23,2%	15,3%	10,8%	14,7%	8,3%	6,1%	8,0%	4,4%	4,6%	4,5%
Região												
RMSP	8,1%	6,8%	9,6%	5,4%	4,0%	5,1%	4,1%	3,3%	3,9%	1,4%	1,2%	1,4%
Interior e Litoral	7,3%	8,1%	5,6%	5,6%	5,3%	5,6%	3,1%	4,4%	3,3%	2,4%	5,6%	2,8%
Total da Empresa	7,7%	7,2%	7,6%	5,5%	4,4%	5,3%	3,6%	3,6%	3,6%	1,9%	2,6%	2,0%
Empregados Admitidos	513	210	723	697	218	915	405	131	536	19	7	26
% Admitidos	4,3%	7,2%	4,9%	5,8%	7,2%	6,1%	3,4%	4,3%	3,6%	0,2%	0,2%	0,2%

O índice de rotatividade em 2014 concentrou-se principalmente nos profissionais acima de 55 anos. Os dados mostram que se manteve o equilíbrio entre admissão e demissão de profissionais nos últimos três anos.

Força de trabalho

Por ser a Sabesp uma companhia de economia mista e de capital aberto, a gestão do quadro de pessoal tem características distintas das realidades de empresas puramente públicas ou privadas. Por um lado, o quadro atende às determinações dos órgãos controladores do Estado de São Paulo. Por outro, trata-se de uma questão considerada altamente estratégica para o negócio, na qual a tomada de decisão tem impacto diretamente na qualidade da prestação de serviços de saneamento à população, bem como nos resultados para o governo e para os demais acionistas. Nesse sentido, o planejamento e o controle na área são fundamentais para garantir profissionais preparados que acreditem e compartilhem a Missão da empresa.

G4-10 A Sabesp conta com 14.753 empregados (base dez/14), regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Predominam os do sexo masculino (80%), com formação de ensino médio (50%), de etnia branca (82%), com mais de 40 anos de idade (76%). A permanência média na empresa é de 18 anos.

Além do pessoal efetivo, são oferecidas oportunidades de desenvolvimento para 942 estagiários e 559 jovens aprendizes, com atividades voltadas para a aprendizagem e a qualificação visando sua inserção no mercado de trabalho. A Sabesp efetua contratos de serviços, contando com aproximadamente 7.478 terceiros.

A construção da sociedade mais justa e sustentável que buscamos passa, necessariamente, pela valorização da diversidade e pela inclusão social. O respeito à diversidade humana e cultural e a não discriminação são princípios essenciais para nós. Garantimos o direito à diferença, assegurando a cada trabalhador, independentemente de suas características, condições plenas para desenvolver seus talentos e potencialidades.

A Sabesp atende a legislação pertinente quanto ao direito de reserva das vagas, oferecidas nos processos seletivos públicos para pessoas com deficiência. Em 2014, tivemos 74 postos de trabalho ocupados nestas condições, sendo 74,3% colaboradores com deficiência física, 17,6% auditiva e 8,1% visual. Também mantemos, convênio com associações por meio das quais 145 pessoas com deficiência atuam em nossos postos de atendimento ao público, atividade para a qual recebem mais de 108 horas de treinamento prévio.

G4-LA3 Já a taxa de retorno das 86mulheres que usufruíram licença maternidade em 2014 foi de 78%.

O efetivo de Pessoal da empresa está distribuído da seguinte forma:

G4-LA12 **Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores**

	2011			2012			2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Organismos de Governança												
Conselho de Administração e Fiscal	14	1	15	14	1	15	2	11	13	13	2	15
Comitê de Auditoria	3	0	3	3	0	3	3	0	3	3	0	3
Gerente												
Não Comissionado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissionado	479	113	592	485	117	602	485	114	599	493	119	612
Categoria												
Gerentes	479	113	592	485	117	602	485	114	599	493	119	612
Universitários	1.678	969	2.647	1.733	973	2.706	1.735	983	2.718	1.702	957	2.659
Técnicos	4.588	1.751	6.339	4.499	1.768	6.267	4.434	1.754	6.188	4.358	1.714	6.072
Operacionais	5.183	95	5.278	5.284	160	5.444	5.314	196	5.510	5.223	187	5.410
Subtotal	11.928	2.928	14.856	12.001	3.018	15.019	11.968	3.047	15.015	11.776	2.977	14.753
Estagiários	442	476	918	443	445	888	443	481	924	446	496	942
Aprendizes	317	189	506	362	198	560	317	174	491	359	200	559
Total	12.687	3.593	16.280	12.806	3.661	16.467	12.728	3.702	16.430	12.581	3.673	16.254
Idade												
Até 17 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 a 30 anos	649	289	938	743	327	1.070	708	314	1.022	576	242	818
31 a 40 anos	2.775	710	3.485	2.589	705	3.294	2.402	679	3.081	2.109	638	2747
41 a 50 anos	4.434	1.164	5.598	4.498	1.137	5.635	4.429	1.129	5.558	4.310	1.080	5390
Acima 50 anos	4.110	765	4.875	4.171	849	5.020	4.429	925	5.354	4.781	1017	5798
Idade Média	45,8	43,8	45,5	45,9	43,9	45,5	46,5	44,5	46,1	47	45	47

Tempo Serviço												
Até 03 anos	1.470	399	1.869	2.028	571	2.599	2.068	610	2.678	1.358	461	1.819
04 a 10 anos	1.240	331	1.571	764	194	958	546	91	637	950	188	1.138
11 a 20 anos	4.962	1.204	6.166	5.262	1.301	6.563	4.889	1.183	6.072	4.957	1.166	6.123
Acima 20 anos	4.296	994	5.290	3.947	952	4.899	4.465	1.163	5.628	4.511	1.162	5.673
Tempo médio	17,1	16,4	17,2	17	16,3	16,9	17,4	16,7	17,3	18	18	18
Escolaridade												
Fundamental	2.179	53	2.232	2.198	101	2.299	1.712	58	1.770	1.589	52	1.641
Médio	6.233	1.097	7.330	6.164	1.121	7.285	6.462	1.125	7.587	6.346	1.073	7.419
Superior	3.556	1.778	5.334	3.639	1.796	5.435	3.794	1.864	5.658	3.841	1.852	5.693
Jornada												
Parcial	1.254	266	1.520	1.224	261	1.485	1.337	302	1.639	296	1326	1.622
Integral	10.714	2.662	13.376	10.777	2.757	13.534	10.631	2.745	13.376	2.681	10.450	13.131

(1) 1932 profissionais possuem especialização no nível de pós-graduação/MBA, e, destes, 9% são mestres e/ou doutores

(2) Trabalham em áreas operacionais e de atendimento ao público.

G4-LA12 - Quantidade de empregados por região

Região	2011			2012			2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1 (RMSP, Vale do Paraíba e Baixada Santista)	8.119	2.367	10.486	8.777	2.569	11.346	8.790	2.605	11.395	8.638	2.542	11.180
2 (Sistemas Regionais exceto Vale do Paraíba e Baixada Santista)	3.849	561	4.410	3.224	449	3.673	3.178	442	3.620	3138	435	3.573
Total	11.968	2.928	14.896	12.001	3.018	15.019	11.968	3.047	15.015	11.776	2.977	14.753

Nota 1: As contratações na Sabesp são realizadas por meio de concursos públicos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, nos quais são discriminados cargos, pré-requisitos, região, vagas e salário. Atualmente, 78% dos nossos gerentes trabalham na Região 1 e 22% na Região 2.

Nota 2: G4-EC8 - A Sabesp não contrata diretamente terceirizados. Efetua contratos de serviços em que os terceiros são alocados conforme a necessidade. Dispõe nessas condições de aproximadamente 7,1 mil profissionais os quais não estão registrados em banco de dados da Sabesp.

G4-LA12 Distribuição de empregados por gênero e etnia

	Homens					Mulheres					Total				
	2011	2012	2013	2014	%	2011	2012	2013	2014	%	2011	2012	2013	2014	%
Branca	9.912	9.889	9.790	9.637	82%	2.487	2.540	2.545	2.491	84%	12.399	12.429	12.335	12.128	82%
Negros e Pardos	1.808	1.870	1.928	1.893	16%	329	357	379	368	12%	2.137	2.227	2.307	2.261	15%
Amarela	184	202	209	206	2%	110	116	118	113	4%	294	318	327	319	2%
Indígena	6	7	7	7	0%	0	0	0	0	0%	6	7	7	7	0%
Não declarado	18	33	34	33	0%	2	5	5	5	0%	20	38	39	38	0%
Total	11.928	12.001	11.968	11.776	100%	2.928	3.018	3.047	2.977	100%	14.856	15.019	15.015	14.753	100%

G4-LA12 Distribuição de empregados por categoria de cargo, gênero e etnia

	Gerentes								Universitários							
	Homem				Mulher				Homem				Mulher			
Ano	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Branca	441	450	451	455	108	111	108	111	1.448	1.493	1.487	1.459	824	827	832	810
Negros e Pardos	19	17	16	19	3	4	4	4	134	139	143	141	86	86	89	89
Amarela	19	18	18	19	2	2	2	4	92	96	100	97	59	60	62	58
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Não declarados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	4	4	0	0	0	0
Total	479	485	485	493	113	117	114	119	1.678	1.733	1.735	1.702	969	973	983	957

	Técnicos								Operacionais							
	Homem				Mulher				Homem				Mulher			
Ano	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Branca	3.857	3.750	3.683	3.622	1.485	1.485	1.472	1.439	4.166	4.196	4.169	4.101	70	117	133	131
Negros e Pardos	664	671	671	658	216	227	226	221	991	1.043	1.098	1.075	24	40	60	54
Amarela	60	65	67	66	48	52	52	50	13	23	24	24	1	2	2	1
Indígena	2	3	3	6	0	0	0	0	3	3	3	3	0	0	0	0
Não declarados	5	10	10	9	2	4	4	4	10	19	20	20	0	1	1	1
Total	4.588	4.499	4.434	4.361	1.751	1.768	1.754	1.714	5.183	5.284	5.314	5.223	95	160	196	187

Política Salarial

A Sabesp adota uma Política Salarial que busca o equilíbrio interno e externo. Para tal, anualmente são realizadas pesquisas com consultorias externas especializadas, de forma a atrair e reter os profissionais capacitados e necessários para a adequada prestação de serviços.

Até maio de 2014, a Sabesp considerava duas bases salariais regionalizadas que eram diferenciadas entre si em 20% e na negociação coletiva 2014-2015, a Sabesp assumiu o compromisso de equiparação desses salários., sendo que a base salarial passou a ser única.

O **Plano de Cargos e Salários (PCS)** está estruturado de forma a atrair, reter e valorizar bons empregados, reconhecendo o desempenho diferenciado e proporcionando avanços contínuos de competências, contribuindo para a construção de diferenciais competitivos na área de saneamento ambiental.

O PCS está alinhado à Gestão de Pessoas por Competências, integrada pelas seguintes diretrizes: gerir os recursos humanos com maior autonomia e flexibilidade; considerar as melhores práticas de mercado; contemplar medidas para atrair e reter bons profissionais; remunerar de acordo com a média de mercado e reconhecimento do esforço de qualificação do empregado. Este modelo proporciona a atração, a retenção e o desenvolvimento de profissionais qualificados e comprometidos, oferecendo perspectivas de carreira e de remuneração compatíveis com o mercado.

A Remuneração dos empregados é composta de Salário base, correspondente a categoria do cargo, gratificação de função, se designado à função gerencial ou de liderança/supervisão, bem como por todos os benefícios concedidos pela empresa.

As funções gerenciais e de liderança estão distribuídas conforme a complexidade e as características das atividades lideradas e supervisionadas, indicadores - quantidade de empregados liderados/supervisionados, de municípios atendidos, de ligações de água/esgotos e abrangência da área geográfica.

Por meio da carreira em Y, o PCS permite a mobilidade e a ascensão profissional dos empregados da categoria Universitária, orientada em duas direções, uma de natureza técnica e outra de natureza gerencial, de forma que o empregado técnico que esteja num estágio mais avançado de sua carreira possa continuar se especializando na carreira técnica, conforme a área de atuação, com possibilidades de remuneração equivalente à carreira gerencial.

Como remuneração variável, a Sabesp adota o **Programa de Participação nos Resultados** que está alinhado ao cumprimento de metas estratégicas, engajando e envolvendo todos num mesmo objetivo. O PPR tem a finalidade de estimular e reconhecer os esforços dos empregados na superação das metas e indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico. No decorrer dos anos, o programa evoluiu em abrangência, formas de distribuição e indicadores, sempre no intuito de alinhar os critérios às estratégias da companhia. É negociado anualmente com os sindicatos, cujas diretrizes gerais são estabelecidas pela Lei Federal nº 10.101/2000 e pelo Decreto Estadual nº 59.598/2013.

Categoria profissional	2011 Média* (R\$)	2012 Média* (R\$)	2013 Média* (R\$)	2014 Média* (R\$)
Operacionais	2.168	2.344	2.285	2.755
Técnicos	2.927	3.122	3.054	3.698
Universitários	5.086	5.416	5.262	6.533
Gerentes	9.370	10.849	10.870	13.161
Média Sabesp	3.308	3.585	3.542	4.281

Os empregados da Sabesp estão distribuídos em 364 municípios operados pela empresa, o que representa 56,4% dos municípios do Estado de São Paulo. A proporção entre o menor salário e o salário-mínimo pago na empresa é de 1,9, não existindo diferença de salário base para homens e mulheres.

G4-LA13 Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes

Salário Médio	2011	2012	2013	2014
Operacional	1.880	2.012	2.212	2.443
Técnica	2.884	3.139	3.461	3.757
Universitária	5.955	6.412	7.076	7.742
Gerente	13.117	15.170	16.388	17.295
Média	3.488	3.828	4.173	4.559

Geral (em R\$)	2011	2012	2013	2014
Salário Base Inicial	815	1.100	1.189	1.376
Salário Médio	3.488	3.828	4.173	4.559
Salário mínimo	545	622	678	724
Proporção (%)	1,49	1,67	1,64	1,90

Proporção entre o menor salário e o salário-mínimo - Geral (em R\$)

	2011	2012	2013	2014
Menor Salário*	815	1.101	1.189	1.376
Salário Mínimo	545	622	678	724
Proporção	1,50	1,77	1,75	1,90

**Menor salário inicial, pago a Agente de Saneamento Ambiental I
Não existe diferença de salário-base entre homens e mulheres*

G4 - EC5 Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao Salário mínimo local em unidades operacionais importantes

	2011	2012	2013	2014
Menor Salário				
Região 1	978	1.321	1.427	1.501
Região 2	815	1.101	1.189	1.376
Salário Mínimo	545	622	678	724
Proporção				
Região 1	1,79	2,12	2,10	2,07
Região 2	1,50	1,77	1,75	1,90

Obs.: Não existe diferença de salário-base entre homens e mulheres

Benefícios

G4-LA2 A Sabesp adota uma política de manter benefícios condizentes com os praticados no mercado e que contribuem para a melhoria na qualidade de vida dos empregados. Essa política propicia também a atração de profissionais, a retenção de talentos e a melhoria de desempenho.

Benefícios Legais: Adicional Noturno, Descanso Semanal Remunerado, Horas Extras, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade, Auxílio Creche e Auxílio Creche Especial, Limpeza de Uniforme, Plantão à Distância e Vale Transporte.

Outras práticas: Serviço social, Seguro de Vida em Grupo, Cartão Supermercado/ Farmácia.

Benefícios Concedidos pela Empresa: Vale Refeição, Lanche em Horário Extraordinário, Cesta Básica, Cesta de Natal, Centro de Convivência Infantil – CCI, Garantia no emprego, Complementação Auxílio-Doença, Gratificação de Férias, Assistência Médica e Previdência Privada (Fundação Sabesprev). Vale destacar que os benefícios Assistência Médica e Previdência Privada encontram-se em discussão pela empresa, exigindo estudos para aprofundar os impactos e subsidiar a tomada de decisão quanto a essas questões.

- **Assistência Médica**

Os planos de saúde administrados pela Sabesprev pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, estão em revisão avaliando a possibilidade de melhoria nos planos dos inativos.

- **Previdência Privada**

Os empregados, até julho de 2010, tinham acesso a um único plano de benefício previdenciário, na modalidade Benefício Definido (BD). Devido a suas características, esse plano apresentou um déficit atuarial significativo. Nessa data, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou uma proposta de extinção do plano BD e criação de um novo plano na modalidade Contribuição Definida (CD) nominado Sabesprev Mais. A questão atualmente está subjudice, ficando por ora o Plano de Benefícios – BD com 8.670 beneficiários ativos e o Sabesprev Mais com 5.188.

Avaliação de Competências e Desempenho

G4-LA11 A Avaliação de Competências e Desempenho, é um importante instrumento gerencial que propicia incentivar a comunicação contínua entre o gerente e a sua equipe, além de identificar o grau de desenvolvimento das competências e do desempenho dos empregados relacionados às estratégias empresariais. O ciclo da avaliação é direcionado a

todos os empregados, com periodicidade anual, permitindo equilibrar as expectativas entre gerente e colaborador.

A possibilidade de ascensão do empregado na sua carreira está condicionada ao resultado da Avaliação de Competências e Desempenho e da disponibilidade orçamentária. É importante lembrar que o processo de Avaliação de Competências e Desempenho vai além da questão das promoções, possibilitando uma percepção do clima organizacional, a identificação de lacunas de desempenho e a definição de planos individuais de desenvolvimento. No último ciclo, foram realizadas 3.640 promoções e estabelecidos 42.332 compromissos de desenvolvimento.

Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

G4-HR4/G4-11 A Sabesp busca ser proativa no relacionamento com as entidades representativas e de classe, primando pela ética e harmonia. Em congruência também com os princípios de governança corporativa, a empresa incentiva e apoia seus empregados a participar de entidades e associações, como um pleno exercício de seus direitos. É também uma maneira de auxiliar no desenvolvimento individual e colaborar para a manutenção de um bom clima organizacional. Da totalidade dos empregados, aproximadamente 70% são sindicalizados por livre opção.

Os sindicatos possuem representação na empresa, na proporção de um dirigente sindical para cada 478 empregados. Os principais sindicatos que atuam na empresa são: Sintaema - Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Sintius - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira, SEESP - Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, SASP - Sindicato dos Advogados de São Paulo, Sintec - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo e Outros.

Essas entidades desempenham seu papel de forma atuante e exercitam sua representação não somente nas reivindicações de melhorias, mas opinando em questões corporativas. Os processos de negociação coletiva ocorrem em maio de cada ano e as questões são discutidas diretamente com os sindicatos de trabalhadores, sem intermediação de sindicato patronal.

A empresa conduz as negociações com responsabilidade e transparência, valorizando o diálogo saudável com as entidades sindicais. Reúne-se também, em qualquer tempo, para discussão de propostas razoáveis que tenham o objetivo de atender expectativas dos

empregados e mantém uma agenda positiva com as lideranças, visando mitigar as limitações naturais dessa relação, respeitando, entretanto, sua capacidade financeira e as diretrizes governamentais.

No quadriênio 2011-2014, o atendimento de reivindicações deu prioridade a adequações de questões relevantes na relação do trabalho, alinhadas às melhores práticas do mercado. Além dos sindicatos, outras entidades e associações agregam os empregados com diferentes objetivos, proporcionando maior participação e integração.

Entidade e Objetivo
Associação Sabesp - desenvolvimento de lazer, atividades esportivas, sociais e culturais
Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp - AAPS - defesa de aposentados e pensionistas e empregados ativos elegíveis a aposentadoria e também a melhoria de sua qualidade de vida
Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp/APU - representa empregados de todas as formações, para colaborar e influir na gestão do saneamento ambiental, de ampliar os canais de participação na gestão da empresa e de aperfeiçoar e desenvolvimento de profissionais
Associação dos Administradores da Sabesp/ADMSABESP – defesa dos interesses e anseios, promovendo a valorização profissional, zelando pela estrita observância da ética profissional e funcional
Associação dos Engenheiros da Sabesp/AESABESP - integração e defesa dos interesses de projeção nacional e internacional e promoção do desenvolvimento técnico e cultural
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Sabesp/CECRES – oferece linhas de crédito com juros mais acessíveis
Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev – entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração dos planos previdenciário (12.570) e de assistência médica (13.700)
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/ABES – contribuição para o conhecimento e melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Participa em nível nacional e estadual do CONAMA, Conselho Nacional dos Recursos Hídricos – CNRH, CONFEA, Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e outros
Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base/ABDIB - desenvolvimento do mercado brasileiro de infraestrutura e da indústria de base nacional e seu fortalecimento em padrões de competitividade internacional

Nosso desafio no campo das relações do trabalho está em manter um plano de contingências que contemple estratégias e atitudes que garantam a continuidade dos

processos produtivos. Isso requer um ambiente estimulante e sinérgico para que as lideranças empresariais e representativas dos empregados se mostrem empenhadas sempre em encontrar soluções conciliatórias para as eventuais diferenças.

Saúde e segurança no trabalho

Preservar a saúde e desenvolver uma cultura de segurança é prioridade na gestão de pessoas na Sabesp. A atividade envolvida no negócio apresenta em si riscos variados, que podem ocasionar consequências para os empregados e para o meio ambiente. A grande diversidade humana e os locais em que são realizadas as atividades exigem um sistema de gestão que auxilie na proteção dos cerca de 15 mil empregados e também prestadores de serviços envolvidos no dia a dia do trabalho. Minimizar riscos e zerar os acidentes no processo de trabalho são os principais desafios, que direcionam e fazem convergir as ações integradas para a preservação da saúde.

G4-HR7 Os profissionais que atuam nos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT demonstram sua efetiva participação assessorando em cada unidade de negócio os gerentes no cumprimento e no fomento da cultura prevencionista da saúde e da segurança na empresa. Contamos ainda com o empenho e o comprometimento dos 3,7 mil profissionais que atuam como cipeiros, sendo 1.500 em 150 CIPAS e 2.260 brigadistas. A atuação desses quadros faz a diferença para o resultado obtido.

G4-LA5 Do total de empregados, 25% trabalham em comitês formais de segurança e saúde e se envolvem em atividades tais como sistematização, monitoramento e programas específicos. Corporativamente, nos últimos anos a Sabesp tem aprimorado os programas de prevenção de Saúde e Segurança no Trabalho para garantir e melhorar as condições de exercício profissional, agregando e integrando qualidade de vida.

O planejamento e o direcionamento das ações, campanhas e programas utilizam os relatórios estatísticos das ocorrências de acidentes de trabalho com empregados e prestadores de serviços, e os principais índices de saúde ocupacional em toda a empresa. Essa prática tem otimizado os recursos destinados à prevenção tendo em vista a redução gradativa da frequência e da gravidade dos acidentes e doenças ocupacionais.

Práticas de Segurança

As principais ações desenvolvidas são:

- **Normatização e Programas – base e estrutura do Sistema de Gestão:** Os Procedimentos de Saúde e Segurança do Trabalho foram aprimorados e unificados em dois documentos únicos para melhorar e facilitar a sua aplicação e o atendimento à legislação. Já o Procedimento de adicionais de insalubridade e periculosidade, em maio de 2014, definiu uma nova metodologia de padronização de enquadramento dos empregados nos Grupos Homogêneos de Exposição – GHE em toda a Sabesp. Essa adequação foi decorrente do estudo realizado por uma consultoria especializada, com a participação dos sindicatos e de representantes das diretorias da Sabesp, e com aprovação no Acordo Coletivo de 2014/2015.
- **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA):** é gerado por um sistema informatizado e abrangem os 500 estabelecimentos da Sabesp, identificando os riscos ambientais por Grupos Homogêneos de Exposição – GHE, definindo medidas de controle e o desenvolvimento de ações corretivas de saúde e segurança.
- **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO):** permite traçar perfil de saúde de todos os empregados, aprendizes e estagiários e subsidia programas de saúde e qualidade de vida, além do atendimento dos aspectos legais.
- **Programa de Vacinação,** direcionado para prevenção de doenças infecciosas. Em 2013 e 2014, foram imunizados contra a febre tifoide 4.160 empregados com exposição ao esgoto
- **Programa CIPA em Ação,** com o objetivo de potencializar as ações dos cipeiros junto às lideranças da empresa. Destaca-se também a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, em que são registradas anualmente 15.000 participações.
- **Brigadas de Emergências,** 290 presentes em todas as unidades da empresa, responsáveis por identificar, atender e controlar situações de emergência.

- **Minuto da Prevenção** é uma prática, com 40 mil participações/ano, com discussões rápidas organizadas pela CIPA, SESMT e encarregados. Os temas discutidos são filmados e disponibilizados na TV Corporativa no Minuto da Prevenção Virtual.
- As **Campanhas de Saúde e Segurança** foram intensificadas por meio de informativos, palestras e ações preventivas Você no Trânsito, Segurança nota 10, Prevenção contra Dengue, Ergonomia, Você no Trânsito, Conjuntivite, Gripe, entre outros.
- **Indicadores e Ação Corretiva – o caminho para a otimização das ações:** O Relatório Gerencial de Saúde e Segurança informatizado informa e subsidia os gerentes na análise crítica dos processos e na proposição de ações corretivas a partir dos indicadores obtidos:

Indicadores de desempenho de SST	2011	2012	2013	2014
Exames médicos ocupacionais realizados (nº)	14.607	12.475	15.456	15.020
Empregados vacinados contra a gripe (nº)	-	11.343	12.256	13.037
Não conformidades (condições inseguras) registradas	1.331	1.403	1.534	1.023
Oportunidades em capacitação em SST (nº)	60.501	42.033	38.363	28.261
Participações no Minuto da Prevenção (nº)	40.000	39.967	39.338	32.979
Campanhas desenvolvidas pela CIPA (nº)	-	776	1.073	669
Inspeções realizadas pelo SESMT e CIPA (nº)	700	3.916	4.271	2.638
% de não conformidades resolvidas	1	1	1	1
% de itens atendidos nas inspeções	1	1	1	1
Investimentos (R\$ milhões)	10	12	12	10
Investimento em Prevenção per capita (R\$)	600	799	799	695

De uma forma geral, constata-se que a integração dos programas desenvolvidos e os investimentos realizados em Saúde e Segurança do Trabalho ao longo dos últimos anos contribuíram para a gradativa redução de 16% no número de acidentes do período.

G4-LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho discriminados por região e gênero.

G4-LA7 Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.

	2011			2012			2013			2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Sabesp												
Taxa de Frequência	8,0	2,9	7,1	6,2	1,7	5,4	7,0	4,6	6,6	7,4	4,3	6,4
Taxa de Gravidade	365	189	334	209	20	175	557	182	488	326	40	274
Doença ocupacional	103	16	119	64	15	79	68	5	73	1	0	1
Absenteísmo (%)	3%			2%			3%			2%		
Óbitos	0	0	0	1	0	1	3	0	3	1	0	1
Região 1 (RMSp, Vale do Paraíba e Baixada Santista)												
Taxa de Frequência	8,3	3,4	7,3	5,1	2,1	4,7	6,9	4,6	6,4	7,7	2,2	6,6
Taxa de Gravidade	298	140	266	150	25	124	674	158	565	318	49	262
Doença ocupacional	81	16	97	34	12	46	35	3	38	1	0	1
Absenteísmo (%)	3%			3%			3%			2%		
Óbitos	0	0	0	1	0	1	2	0	2	1	0	1
Região 2 (Sistemas Regionais exceto Vale do Paraíba e Baixada Santista)												
Taxa de Frequência	7,3	1,1	6,6	8,6	0,0	7,7	7,3	4,6	7,0	6,7	1,2	5,9
Taxa de Gravidade	506	402	495	335	0	296	311	291	309	343	0	303
Doença ocupacional	22	0	22	30	3	33	32	2	34	0	0	0
Absenteísmo (%)	2%			2%			3%			2%		
Óbitos	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0

Definições: *Taxa de frequência:* Número de acidentes do trabalho com lesão e com afastamento por milhões de horas/homem trabalhadas, por ano. *Taxa de gravidade:* Dias perdidos mais dias debitados de acidentes do trabalho por milhões de horas/homem trabalhadas, por ano. *Doença ocupacional:* Quantidade de empregados afastados por doença produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho. Os valores de 2011 a 2013 estão acrescidos dos casos de conversão de doença comum em doença ocupacional, pelo INSS, em função de nexos técnico epidemiológico definido por este órgão.

Absenteísmo: Percentual que mede a diminuição da carga total de horas trabalhadas em razão de ausências de trabalho.

Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida – Viver Feliz tem como objetivos oferecer a oportunidade de, por meio de mudança cultural, assimilar a importância de manter uma vida saudável. O programa tem um caráter preventivista, apoiando e encorajando hábitos pessoais e estilos de vida que promovam a saúde e o bem-estar, e contribui também para a melhoria do ambiente de trabalho.

Para direcionar as ações corporativas nesse campo, foi realizado o Mapeamento do Estilo de Vida dos Empregados Sabesp, com a participação de 6.274 funcionários (40% do efetivo), cujos resultados permitiram concluir que, implementando duas ações corporativas relacionadas à educação alimentar e combate ao sedentarismo, é possível contribuir para o

controle e a prevenção de doenças crônicas como obesidade, hipertensão, diabetes, colesterol alto e estresse.

Para reduzir esses riscos, são realizadas, ações corporativas relacionadas à reeducação alimentar e à atividade física. Em 2014 a ênfase maior foi no combate ao sedentarismo, incentivando a prática regular da atividade física como, por exemplo:

- **Dia do Desafio:** participação na campanha mundial de atividade física realizada toda última quarta-feira do mês de maio, dia intitulado em prol da qualidade de vida. Com mais de 200 atividades físicas realizadas, entre jogos esportivos, dança, caminhada, ginástica e outras, a Sabesp somou mais de 22.600 participantes do Dia do Desafio no período de 2011 a 2014.
- **Convênio com Academias:** Os empregados e dependentes são beneficiados com descontos nas mensalidades em 23 academias conveniadas.

Diversas outras ações corporativas são realizadas regularmente para promover mudanças de comportamento, estilo de vida e despertar a preocupação com a saúde: Campanha de Doação de Sangue em 2014 resultou na coleta de 1.270 bolsas de sangue, Outubro Rosa e Novembro Azul: são campanhas de conscientização e prevenção ao câncer de mama e próstata, a exemplo do que ocorreu em todo o mundo, vários locais da Sabesp foram iluminados com as respectivas cores, e nas sextas-feiras de outubro os empregados se vestiram de rosa e em novembro, de azul. Foram realizadas também ações como palestras informativas, exibição de vídeos e depoimentos sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce.

Treinamento e educação

A Sabesp foi uma das pioneiras na adoção do conceito de educação corporativa no Brasil e naturalmente transformou-se numa das influenciadoras de sua evolução contínua. A Universidade Empresarial Sabesp tem se mostrado um instrumento ideal para a atualização profissional, contribuindo para que a Sabesp se adapte ao cenário complexo e de inúmeras transformações do setor de saneamento e da economia brasileira. Para viabilização dos seus programas, a UES se vale de uma arquitetura de aprendizado que mescla métodos presenciais

com autodesenvolvimento, práticas de compartilhamento do conhecimento e educação à distância.

Numa empresa geograficamente espalhada como é a Sabesp, a educação à distância – EAD, desempenha um papel fundamental no processo de difusão de conhecimento, e troca coletiva de informações. Com uma grade anual da ordem de 500 cursos à distância em diferentes formatos, a Sabesp proporciona em média 35 mil participações/ano. O número de adeptos tem crescido anualmente, sendo que a proporção dos que acompanham cursos à distância já atingiu 52% do total de participações em 2014.

G4-LA10 Anualmente é elaborado o Plano de Capacitação e Desenvolvimento – PCD, direcionado às demandas técnico-operacionais com foco em Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Sustentabilidade, Saneamento Ambiental, Resíduos Sólidos, Legislação Ambiental, Educação Ambiental, Segurança, Recursos Humanos, Qualidade, Responsabilidade socioambiental e Compliance.

Outra fonte de levantamento de necessidades é o Plano individual de Desenvolvimento – PID produto da Avaliação de Competências e Desempenho, no qual, a partir da prática do feedback ao final de cada ciclo de avaliação, gerente e empregado estabelecem um plano de desenvolvimento para o próximo período vigente. Em decorrência da realização dos dois ciclos de Avaliação de Competências e Desempenho, foram gerados 83.000 compromissos de desenvolvimento que direcionam os programas de capacitação e desenvolvimento da UES.

A Universidade dispõe de um programa de subsídio com objetivo de elevar a escolaridade e a especialização dos profissionais para responder com expertise às demandas técnicas da organização, com ênfase para MBA / Pós-graduação, Técnico Profissionalizante, Idiomas, Convênio Educacional, e Certificação Profissional.

Fortalecendo a Liderança da Sabesp

A Universidade Empresarial Sabesp – UES é responsável pelo desenvolvimento das lideranças preparando continuamente a organização para os desafios do negócio. Dentre as ações da UES destaca-se o **Programa Excelência Gerencial – PEG** que visa o desenvolvimento das lideranças Sabesp, as quais têm como desafio contribuir para a universalização sustentável e responsável dos serviços de água e esgoto até o final da década. Esta atividade é direcionada a contribuir para a implantação de uma cultura empreendedora, focada na gestão por resultados, na valorização e no desenvolvimento de pessoas e no incentivo à inovação nos

processos de trabalho. Entre 2012 e 2014, foram realizadas três turmas, abrangendo 370 líderes.

A renovação das lideranças e a perspectiva de aposentadoria de 50% do quadro gerencial da Sabesp, nos próximos cinco anos, exigiu o preparo de futuros sucessores. O **Programa de Sucessão e Carreira** da Sabesp visa desenvolver uma nova geração de líderes culturalmente alinhados para enfrentar a competitividade e garantir a sustentabilidade do negócio. O principal desafio da organização nesse programa foi a construção de um processo de desenvolvimento de sucessores consistente e alinhado às melhores práticas de mercado, oferecendo um diferencial na formação destes profissionais. Os resultados alcançados já se traduziram na ascensão de 19 profissionais (22% dos participantes), que assumiram cargos de gerência no período de 2011 a 2014. Visando a composição de nova turma do Programa Sucessão, em 2014 foi realizado um processo de *assessment* que resultou na seleção de 78 profissionais. Desta vez, a ênfase se deu nas indicações de novos sucessores pelas Unidades da Sabesp, valorizando a percepção do potencial de liderança detectada pelos respectivos gerentes das áreas.

Outro impulso ao desenvolvimento é o processo de **Coaching** onde as lideranças têm a oportunidade de refletir e rever competências e desafios e, a partir de planos de ação, prover o aprimoramento das mais variadas capacidades para que possam alcançar suas metas, de maneira alinhada à missão da empresa. Até agora, 180 lideranças de todas as Diretorias da Sabesp realizaram o coaching executivo.

O direcionamento conferido aos Programas de liderança considera o plano externo da atividade de saneamento, que dia a dia se torna mais disputado com a presença de competidores nacionais e internacionais e com novas e maiores exigências por parte dos poderes concedentes, das autoridades regulatórias e da sociedade em geral. A evolução do setor, portanto, desafia as lideranças a encontrar novas respostas para questões novas – e os futuros gerentes precisam ser capacitados para isso.

G4-LA9 Número médio de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional

Categoria	Média hs 2011			Média hs 2012			Média hs 2013			Média hs 2014		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Gerentes	116,1	71,1	55,2	50,4	58,6	52,0	86,3	94,9	87,9	58,4	72,3	61,1
Universitários	88,8	71,0	66,5	61,3	82,7	69,0	96,6	106,4	100,1	91,1	98,5	93,8
Técnicos	63,9	45,5	43,4	44,2	61,2	49,0	58,5	60,3	59,0	60,5	66,6	62,2
Operacionais	40,2	36,0	35,9	29,7	37,0	29,9	44,6	58,7	45,1	37,2	55,5	37,9
Aprendiz	23,4	50,7	39,8	77,5	75,6	76,8	114,3	153,9	128,4	449,9	460,6	453,7

Estagiários	63,9	56,1	68,4	77,1	83,8	80,5	109,3	102,5	105,8	64,1	62,5	63,3
Total	60,5	46,3	46,5	42,9	69,4	48,8	62,2	83,6	67,0	66,2	94,9	72,7

Participações	2011	2012	2013	2014
Participações	108.854	92.372	128.903	134.986
Investimento Total (R\$ mil)	9.000	8.442	10.669	11.642
Investimento per capita	546	510	646	708

Gestão do Conhecimento

Esse processo é fundamental para a troca intelectual entre os indivíduos, de maneira a construir um acervo de conhecimento coletivo que sirva o mais amplamente possível para os objetivos do negócio e envolva a participação de profissionais com qualificação e experiência. Dentre as práticas de gestão do conhecimento da Universidade Empresarial Sabesp destaca-se:

Repositórios de Conhecimentos, Rede Colaborativa Sabesp, Estímulo à Inovação, Conhecimento Crítico, Monografias, Trabalhos e Apresentações Técnicas, Relato de Viagens e Eventos Externos, 64 espaços virtuais e blogs; repositório do conhecimento, Gestão Eletrônica de 2.513 documentos sobre processos de trabalho, Artigos do Programa de Capacitação Nacional e Internacional.

Gestão do Clima

A Gestão do Clima Organizacional na Sabesp propicia a análise do ambiente interno e o monitoramento da satisfação dos empregados, permitindo identificar a motivação dos empregados em diversos aspectos: liderança, relacionamento, orgulho, valorização, entre outros.

A última pesquisa de clima foi aplicada no 2º semestre de 2013, com 73% de participação dentre os empregados ativos. Como síntese do resultado 77% dos empregados consideram a Sabesp um bom lugar para trabalhar e o Índice de favorabilidade médio ou satisfação ficou em 59%. Em 2014 a concentração foi no envolvimento dos empregados para elaboração de planos de ação e para tanto foram realizados 18 workshops, envolvendo 362 participantes em grupos focais com representantes das diretorias da empresa.

Nossa convicção é sustentada que o monitoramento do clima e o envolvimento dos colaboradores contribuem para o desenvolvimento de uma gestão eficaz de pessoas, e que o comprometimento conjunto da organização propicia resultados positivos.

Avaliação de fornecedores

Os processos de compras realizados pela Companhia são amplamente divulgados no nosso portal de licitações eletrônicas, disponível em nosso sítio na internet, garantindo aos fornecedores iguais condições de participação. A relação com nossos fornecedores se pauta pela ética, transparência e critérios socioambientais, motivo pelo qual incentivamos as empresas com as quais mantemos relações comerciais a aderir a práticas de gestão e redução de emissões de gases de efeito estufa. Somos a primeira empresa pública a implantar um processo de compras eletrônicas no país. Além de reduzir custos, o sistema oferece a seus fornecedores e à população maior transparência, eficiência e agilidade.

O sistema on-line de compras eletrônicas da Sabesp segue oferecendo aos fornecedores as mesmas condições de concorrência e participação, independentemente do local onde estejam instalados, além de significativa redução de custos, desperdício e obsolescência.

G4-LA14 Em relação às leis trabalhistas, cabe ressaltar que todas exigências para a comprovação do cumprimento de suas obrigações trazidas pela lei de licitações são aplicadas em nossos editais. Na fase de licitação é comprovado o recolhimento dos encargos sociais, na forma da lei, devidamente quitadas pelos órgãos arrecadadores e a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. Como condição para a assinatura do contrato pelo fornecedor, verificamos a Regularidade da certidão negativa de débito – C.N.D. do INSS e a regularidade da situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF.

Durante a execução contratual o fornecedor, a cada apresentação à SABESP da Nota Fiscal Fatura, deve fazer prova do recolhimento mensal dos Encargos Sociais, na forma da lei. O instrumento de contratação, em sua cláusula de Obrigações e Responsabilidade da Contratada, possui exigências Trabalhistas, de Segurança do Trabalho e de Meio Ambiente e é respaldado por determinações legais, que conferem à Administração importante papel na garantia de direitos trabalhistas. A empresa contratada também se compromete a formar parcerias (subcontratadas ou terceirizadas) somente com empresas em situação regular previdenciária e trabalhista, bem como tributária em sede municipal, estadual ou federal, ficando exclusivamente a contratada responsável por eventuais atos ou fatos irregulares praticados pela subcontratada e/ou terceirizada em nome próprio, de seus empregados e prepostos.

Em relação à responsabilidade ambiental, em seus processos de qualificação, a Sabesp avalia o cumprimento da legislação ambiental local de seus fornecedores através das licenças

de instalação e operação emitidas pelos órgãos ambientais. Além disto, avaliam-se também os riscos toxicológicos do produto de forma que se garanta segurança de uso tanto na estação de tratamento de água, como para o consumidor final.

G4-EN32 Deste processo ainda fazem parte as seguintes análises: Indicador de desenvolvimento tecnológico; Avaliação do processo produtivo, desde a matéria prima até o produto final; Verificação de aspectos relacionados ao meio ambiente/responsabilidade social; Fomento do comércio justo, selecionando fornecedores com o mesmo nível de qualidade e, dentro desse contexto, a busca pelo menor preço. (atualmente a Sabesp conta com 386 fornecedores qualificados e 22.547 materiais qualificados na série)

A Sabesp promove a participação e a contratação de fornecedores locais em suas regiões de atuação. Nossas unidades de negócio têm orçamento próprio e autonomia para realizar contratações de forma descentralizada. Operamos com 23 unidades descentralizadas, que processam licitações orientadas por uma política institucional, que visa garantir a aplicação da legislação vigente nas atividades de Suprimentos e Contratações e estabelece condições para que as compras e os serviços atendam ao cliente final de forma eficaz.

Cotação Eletrônica de Preços - Leilão Reverso - Nesta opção o fornecedor pode participar de aquisições de materiais/equipamentos e serviços comuns de até R\$ 16.000,00, e de obras e serviços de engenharia de até R\$ 30.000,00. Através do processo de cotação eletrônica, todos os potenciais fornecedores são notificados por e-mail sobre a realização do leilão, que podem, portanto, oferecer lances virtualmente. Um mesmo participante pode fornecer vários lances e o sistema vai administrando-os, apresentando os menores preços sem, no entanto, revelar o nome dos proponentes. Este tipo de cotação propicia transparência ao processo e permite o aumento de competitividade com consequente redução de preços.

Todo o trâmite das informações pode ser acompanhado e conferido por qualquer cidadão, já que após o encerramento dos leilões os resultados são divulgados e disponibilizados, demonstrando mais uma vez a seriedade com que a Sabesp trata esses processos.

Convite Eletrônico - Nesta opção os fornecedores são convidados por e-mail a cadastrarem suas propostas via internet. Na data predeterminada, as propostas são abertas, via web, pela Comissão Especial de Licitação e imediatamente divulgadas no site. O Convite Eletrônico é utilizado nas Aquisições de materiais e equipamentos até o valor de R\$ 80.000,00.

As compras regionais, o estímulo à micro e pequena empresa, a responsabilidade social e a adoção de critérios socioambientais compõem o conjunto de ações que a Sabesp realiza em busca da sustentabilidade nas suas contratações. A Sabesp em busca do maior número de fornecedores, que atendam às especificações técnicas e os padrões de qualidade necessários, mantém o processo de avaliação permanentemente aberto a qualquer empresa interessada, que atue em quaisquer dos segmentos de mercado de seu interesse. Outras informações estão disponíveis no nosso site www.sabesp.com.br – Diretrizes Normativas de Qualificação.

Trabalho Infantil

G4-LA15/HR5 Os procedimentos licitatórios na Sabesp determinam como condição de Habilitação¹¹, que o licitante declare sua situação regular perante o Ministério do Trabalho na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos. Em fase de licitação o não atendimento a esta regra editalícia determinará a inabilitação do licitante e, durante e execução contratual, eventual revelação de infringência a esta regra, pode acarretar inclusive rescisão contratual.

Além das condições previstas para os processos licitatórios, a companhia possui processo de qualificação próprio de fornecedores e seus respectivos produtos, para compra de materiais estratégicos, tais como produtos químicos.

Na qualificação de fornecedores são avaliados vários requisitos, dentre os quais o processo produtivo, desde a matéria prima até o produto final, verificando aspectos relacionados à responsabilidade social, dentre eles, o emprego de mão de obra infantil. Atualmente a Sabesp conta com 386 fornecedores qualificados e 22.547 materiais qualificados na série. Em outra frente e, ainda com relação às medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil, renovamos pelo sétimo ano consecutivo o certificado Save the Children conferido pela Fundação Abrinq, conforme relatado no início do capítulo.

¹¹ Lei 8.666/93 – art. 27 inc. V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Trabalho forçado ou análogo ao escravo

G4-HR6 As medidas adotadas pela Sabesp no sentido de eliminar todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo são resultantes do estudo realizado pelo Pacto Nacional sobre as cadeias produtivas de empregadores, que utilizaram mão de obra análoga a de escravo. Ações que envolvem o Cadastro de Fornecedores da Sabesp e a participação nas licitações e contratações foram encaminhadas, à época, ao Comitê Gestor do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Dentre as ações aplicadas destacamos:

a) a consulta sistemática da nossa área de cadastro à "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, para verificar se há fornecedores da Sabesp utilizando mão de obra análoga à escrava;

b) a obrigatoriedade de que os licitantes interessados em participar de licitações ou, em qualificar seus respectivos produtos na Sabesp, declarem que não utilizam mão de obra análoga à escrava na sua cadeia produtiva e;

c) a previsão contratual de que a empresa contratada assumirá a responsabilidade pelo eventual uso de mão de obra análoga à escrava na sua cadeia produtiva. Neste comentário, destacamos que, a utilização de mão de obra análoga à Trabalho Forçado ou Compulsório, constitui motivo para a rescisão de contrato(s), com a Sabesp.

Ainda com relação aos compromissos assumidos, a Sabesp publica em seu Balanço Social, constante do seu Relatório de Sustentabilidade, que não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

BALANÇO SOCIAL ANUAL

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (Mil reais)			2013 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	11.213.216			11.315.567		
Resultado operacional (RO)	1.910.709			3.138.845		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.123.607			1.927.078		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	144.449	6,80%	1,29%	135.320	7,02%	1,20%
Encargos sociais compulsórios	177.969	8,38%	1,59%	160.195	8,31%	1,42%
Previdência privada	69.474	3,27%	0,62%	88.426	4,59%	0,78%
Saúde	131.353	6,19%	1,17%	124.305	6,45%	1,10%
Segurança e saúde no trabalho	11.541	0,54%	0,10%	12.494	0,65%	0,11%
Educação	2.000	0,09%	0,02%	2.919	0,15%	0,03%
Cultura	457	0,02%	0,00%	846	0,04%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.501	0,49%	0,09%	10.785	0,56%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	1.936	0,09%	0,02%	2.154	0,11%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	63.925	3,01%	0,57%	52.928	2,75%	0,47%
Outros	3.967	0,19%	0,04%	4.178	0,22%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	617.572	29,08%	5,51%	594.550	30,85%	5,25%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.256	0,07%	0,01%	2.028	0,06%	0,02%
Cultura	14.445	0,76%	0,13%	24.933	0,79%	0,22%
Saúde e saneamento	838	0,04%	0,01%	5.396	0,17%	0,05%
Esporte	2.584	0,14%	0,02%	4.341	0,14%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	26	0,00%	0,00%
Outros	12.979	0,68%	0,12%	10.606	0,34%	0,09%
Total das contribuições para a sociedade	32.102	1,68%	0,29%	47.330	1,51%	0,42%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.470.003	76,93%	13,11%	1.834.843	58,46%	16,22%
Total - Indicadores sociais externos	1.502.105	78,62%	13,40%	1.882.173	59,96%	16,63%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	15.155	0,79%	0,14%	17.096	0,54%	0,15%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	14.695	0,77%	0,13%	15.437	0,49%	0,14%
Total dos investimentos em meio ambiente	29.850	1,56%	0,27%	32.533	1,04%	0,29%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	14.753			15.015		
Nº de admissões durante o período	26			536		
Nº de empregados(as) terceirizados(as) *	7.478			7.108		
Nº de estagiários(as)	942			924		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8.648			8.234		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.977			3.047		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,44%			19,03%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.261			2.307		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,76%			3,34%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	219			174		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014 Valor (Mil reais)			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,28			nd		
Número total de acidentes de trabalho	157			140		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa Ouv. 65.762	no Procon CIP 2.000	na Justiça JEC/Conc. 331	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa Ouv. 98,16%	no Procon CIP 89,6%	na Justiça JEC/Conc. 76,7%	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 5.731.007			Em 2013: 6.656.476		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	25,6% go verno 34,1% colaboradores(as) 15,7% acionistas 24,6% terceiros 12,0% retido			27,6% governo 26,3% colaboradores(as) 6,9% acionistas 17,2% terceiros 22,0% retido		
7 - Outras Informações	<p>"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção". "Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."</p> <p>* O Nº de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada aos contratos de serviço, pois a Sabesp não contrata terceiros diretamente.</p>					

PRÊMIOS RECEBIDOS EM 2014

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) BM&FBovespa.** Sabesp integra a carteira pelo 8º ano consecutivo.
- **Prêmio Valor 1000 - Setor de Água e Saneamento,** conferido pelo jornal Valor Econômico.
- **Os mais influentes do Brasil em 2014,** título concedido a ex-diretora-presidente Dilma Pena pela Revista Época, considerada uma das personalidades de destaque do ano.
- **Prêmio TI & Governo - categoria e-Administração Pública,** concedido pela Fórum Editorial ao Siges - Gestão Informatizada das Ordens de Serviços.
- **Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente - categoria serviços públicos estaduais,** concedido pela Revista Consumidor Moderno, à Central de Atendimento da Diretoria de Sistemas Regionais
- **Uma das 100 empresas mais inovadoras em TI do Brasil,** título concedido pela IT Mídia, em parceria com a *PricewaterhouseCoopers (PwC)*, à Sabesp, que ficou em 50º lugar.
- **Melhor Empresa do Brasil em Saneamento,** segundo ranking elaborado pela consultoria espanhola Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa) em parceria com o Ibope Inteligência, que aponta as cem companhias com melhor reputação no Brasil.
- **Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2014,** concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes):
 - **Nível I** – Troféu Bronze: Unidade de Negócio Vale do Paraíba
 - **Nível II** – Troféu Ouro: Unidade de Gerenciamento Regional Mooca e Unidade de Gerenciamento Regional Interlagos
 - **Nível II** – Troféu Prata: Unidade de Gerenciamento Regional São Mateus
 - **Nível III** – Troféu Platina: Unidade de Gerenciamento Regional de Santo Amaro
- **Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão PPQG/2014,** promovido pelo Instituto Paulista de Qualidade da Gestão (IPEG):
 - **Nível III** – Troféu Governador do Estado: Unidade de Gerenciamento Regional Billings
 - **Nível II** – Medalha de Ouro: Unidade de Gerenciamento Regional Santo Amaro
- **Um das 15 obras prioritárias para o desenvolvimento do Brasil,** concedido segundo estudo da KPMG, Auditores Independentes, Empresas de Auditoria, à PPP São Lourenço.

- **Troféu Transparência Anefac 2014 – Categoria Empresas de Capital Aberto** (faturamento de até R\$ 5 bilhões), concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), às demonstrações financeiras da Sabesp.
- **Prêmio CIO Destaque SP 2014**, concedido pela IT4CIO Network Technology ao superintendente de TI da Sabesp pela influência que exerce no setor de tecnologia da informação.
- **Campeã Nacional do DatacenterDynamics Awards 2014** em duas categorias: inovação em um datacenter médio e liderança no setor público, concedido pela Datacenterdynamics ao datacenter da Sabesp.
- **1º Lugar no Ranking do Saneamento 2014**, título concedido pelo Instituto Trata Brasil, à cidade de Franca, por deter os melhores índices nos principais indicadores de saneamento básico (abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; perdas; investimentos/arrecadação).
- **2º Lugar no Ranking Benchmarking dos Detentores das Melhores Práticas de Sustentabilidade do País**, concedido à Sabesp pela Benchmarking Brasil, reconhecida por ser referência em gestão de práticas de sustentabilidade.
- **3ª Instituição mais Confiável**, título conferido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) para o Rede Nossa São Paulo, um reconhecimento dos paulistanos ao foco que a Sabesp tem dado à prestação de serviços com qualidade.
- **Prêmio Learning & Performance Brasil - Micropower, ABRH e ADVB 2014 – Referência Nacional e 1º lugar - Melhores Práticas e Lições Aprendidas para desenvolver o Capital Humano**
- **Prêmios Gestão RH e "1.000 Maiores e Melhores Empresas" (Exame) e "Melhores Empresas para se Trabalhar" 2014**
 - As 100 Melhores Empresas em IDHO - Indicador de Desenvolvimento Humano, Organizacional - Sustentabilidade
 - "As 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2014"
- **Selo Paulista de Diversidade - Selo Pleno**, concedido pelo Governo de São Paulo à Sabesp por estar em nível avançado da política de diversidade profissional e pessoal
- **Selo Abrinq** - Concedido pelo sétimo ano consecutivo pela Fundação Abrinq – Save the Children, pelos projetos: Instituto Criança Cidadã (ICC), no qual a empresa é co-mantenedora de nove creches e três circo-escolas; Clubinho Sabesp e Projeto Aprendiz
- **Prêmio TI&Governo 2014**, concedido pela Fórum Editorial - Jornal Informática Hoje ao Projeto SiiS - Sistema Integrado de Informações Sabesp.

SOBRE O RELATÓRIO

G4-17/18/19/21/22/23/24/25/26/28/29/30/31/33

Há oito anos a Sabesp publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade. Esta é a quarta edição publicada simultaneamente ao Relatório de Administração da companhia, seguindo decisão de nossa Diretoria Colegiada em atendimento às melhores práticas do mercado. A iniciativa também se alinha ao princípio da transparência na prestação de contas aos públicos envolvidos com o negócio.

O material aborda o desempenho da Companhia de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro do mesmo ano. Dessa forma, constam neste documento as principais informações sobre o desempenho operacional, econômico e socioambiental da companhia neste período. As oportunidades de crescimento estrategicamente construídas a partir dos desafios encontrados no dia a dia da gestão da Companhia também estão aqui relatadas e acompanham projeções para o desenvolvimento do negócio até o final da década, conforme estabelece nosso Plano de Metas.

As informações aqui contidas também dão sequência à evolução dos trabalhos executados pela Sabesp que constam do último relatório, cuja divulgação ocorreu em 31 março de 2014. Além disso, esses dados também são utilizados como documento para demonstrar o progresso da companhia em relação aos dez princípios definidos pelo Pacto Global, do qual a Sabesp é signatária desde 2006. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a iniciativa reúne empresas para promover o desenvolvimento sustentável a partir de diretrizes que contemplam os direitos humanos e a relação sustentável com o meio ambiente.

Para relato do ano de 2014 seguimos, novamente, a metodologia da GRI (*Global Reporting Initiative*), que propõe diretrizes para monitoramento de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Trata-se do método mais completo e aceito para relatórios de sustentabilidade atualmente. Optamos por migrar da versão 3.1 do GRI, adotada nas últimas quatro edições, para as Diretrizes G4, obrigatórias a partir dos relatos construídos com base no ano de 2015. Os indicadores podem ser encontrados em destaque ao longo do texto, posicionado ao lado do tema reportado. Um quadro remissivo com a descrição de cada um desses índices pode ser encontrado nas páginas finais desta publicação. Este relatório não foi submetido à verificação externa.

Seguindo os passos trilhados pelos últimos relatórios, a execução deste também teve início com o envolvimento da alta administração, após debate e aprovação do processo

adotado para sua elaboração pelo Colegiado da Companhia em reunião realizada em dezembro de 2014. Posteriormente, em março de 2014, o material foi levado ao conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, foram utilizadas as regras editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e para as demonstrações financeiras, as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touch Tomatsu Auditores Independentes. Para a elaboração do Balanço Social, utilizamos o guia do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o modelo preconizado pelo Instituto Ethos.

O levantamento de dados e a construção dos textos contou com a participação de equipe integrada por dois membros de cada uma das cinco diretorias da companhia, todos eles indicados diretamente pelos diretores. Com a participação de outros departamentos estratégicos que integraram o grupo de trabalho.

Foram realizadas sucessivas reuniões, individuais ou reunindo todo o time, para ajustes no processo de coleta de dados, alinhamento de temas e checagem de números, buscando sempre a exatidão e clareza nas informações aqui transmitidas. A confecção teve ainda a contribuição técnica de consultoria da MZ Associados.

A versão eletrônica deste relatório pode ser encontrada em nosso sítio na internet www.sabesp.com.br/RS2014, nesta data apenas em português, e posteriormente também em inglês e espanhol. Informações adicionais, sugestões e críticas a respeito desta publicação devem ser enviadas a sustentabilidade@sabesp.com.br.

Matriz de materialidade

Os indicadores abordados foram priorizados de acordo com a relevância para a Sabesp e os públicos de relacionamento com os quais a Companhia se engaja periodicamente – colaboradores, clientes (municípios), clientes (consumidores), investidores, fornecedores, especialistas e terceiro setor/associações. Esses *stakeholders* participaram de consulta *on-line* na qual puderam apontar os aspectos “Muito relevante”, “Relevante” e “Irrelevante” dentre os que compõem a metodologia GRI. No total, 201 pessoas manifestaram sua opinião.

G4-20 O cruzamento dos temas preferidos desses públicos, somado à análise do *clipping* de 2014 da Companhia e à percepção da própria Sabesp da importância e aplicabilidade para seus negócios e seu setor, por meio do teste de materialidade, destacou os aspectos efetivamente materiais para a organização neste momento – temas que possam refletir impactos econômicos e socioambientais ou que possam influenciar significativamente as avaliações e decisões dos *stakeholders*. Esse processo deu origem à matriz de materialidade a seguir. Os aspectos presentes no quadrante “Muito relevante” estão sendo abordados no relatório e são materiais para toda a organização.

Aspectos a serem reportados	
◆	Desempenho econômico
◆	Práticas de compra
◆	Energia
◆	Água
◆	Emissões
◆	Efluentes e resíduos
◆	Produtos e serviços
◆	Conformidade
◆	Investimentos e gastos com proteção ambiental
◆	Combate à corrupção
◆	Saúde e segurança do cliente

Localização dos Indicadores GRI

G4-32 Este relatório apresenta conteúdos Padrão das Diretrizes **GRI** para Relato de Sustentabilidade.

A localização dos indicadores abordados no relatório está identificada nas tabelas a seguir.

Conteúdos Padrão Gerais	Página
ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
G4-1	5,8
PERFIL ORGANIZACIONAL	
G4-3	11-14
G4-4	11-14
G4-5	11-14
G4-6	11-14
G4-7	11-14
G4-8	11-14
G4-9	11-14
G4-10	83
G4-11	90
G4-13	Não houve mudanças significativas a serem relatadas
G4-15	76
G4-16	69
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES	
G4-17	Não se aplica
G4-18	108-110
G4-19	108-110
G4-21	108-110
G4-22	108-100
G4-23	Não houve mudanças significativas a serem relatadas
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	
G4-24	108-110
G4-25	108-110
G4-26	108-110
PERFIL DO RELATÓRIO	

G4-28	108-110
G4-29	108-110
G4-30	108-110
G4-31	108-110
G4-32	108-110
G4-33	108-110
GOVERNANÇA	
G4-34	14
ÉTICA E INTEGRIDADE	
G4-56	28

Conteúdos Padrão Gerais	Página
CATEGORIA ECONÔMICA	
Desempenho Econômico	
G4-EC1 – Valor econômico direto gerado e distribuído	63
G4-EC2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	21
Presença no Mercado	
G4-EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	88
Impactos Econômicos Indiretos	
G4-EC8 – Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos.	44,52,76,85
CATEGORIA AMBIENTAL	
Materiais	
G4-EN1 -- Produtos químicos usados no tratamento de água e esgotos	16
G4-EN2 -- Percentual de produtos químicos utilizados no tratamento de água e esgotos provenientes de reciclagem	16
Energia	
G4-EN3- Consumo total de eletricidade	16
G4-EN5 -- Consumo de eletricidade/m ³ para o produto água e produto esgoto	38
G4-EN6 -- Redução do Consumo de Energia para produto água e produto esgoto	38
G4-EN7- Reduções nos requisitos de energia/m ³ par o produto água e esgoto	16
Água	
G4-EN8 - Total de retirada da água – Fontes Superficiais e Subterrâneas	16
G4-EN10 - - Percentual de consumo de água no tratamento em ETAs	16
G4-EN10 - Percentual de recuperação de água de lavagem de filtros e decantadores em ETAs	16
Biodiversidade	
G4-EN11 - Reservas dentro de áreas protegidas	70
Emissões	
G4-EN15- - Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	68
G4-EN16 - Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	68

G4-EN17- Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	68
Efluentes e Resíduos	
G4-EN22- Volume de água de reuso fornecida	16
G4-EN22 - Percentual de água de reuso vendida sobre esgoto tratado em ETEs com reuso	16
G4-EN22- Percentual de água de reuso fornecida sobre capacidade instalada	16
Produtos e Serviços	
G4-EN27- Programa de Uso Racional da Água	35
G4-EN27- Reuso de Efluentes	45
Geral	
G4-EN31 - Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	66
CATEGORIA SOCIAL	
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	
Emprego	
G4-LA1 - Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região	83
G4-LA2 - Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	88
G4-LA3 - Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero	84
Relações Trabalhistas	
G4-LA4 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva	Nos acordos coletivos não é estipulado prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais. Eventuais mudanças são comunicadas com antecedência, sendo que o prazo varia conforme a situação
Saúde e Segurança do Trabalho	
G4-LA5 - Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	92
G4-LA6 - Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	95
G4-LA7 - Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	95
G4-LA8 - Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Os acordos coletivos firmados entre a Sabesp e as entidades sindicais não possuem temas específicos relativos à segurança e saúde
Treinamento e Educação	
G4-LA9 - Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	98
G4-LA10 - Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria	97
G4-LA11 - Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	89
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	
G4-LA12 - Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	85
Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres	
G4-LA13 - Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	88
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	
G4-LA14 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	100
G4-LA15 - Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	102

Direitos Humanos	
Não Discriminação	
G4-HR3 - Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	27
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	
G4-HR4 - Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	90
Trabalho Infantil	
G4-HR5 - Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	102
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	
G4-HR6 - Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	103
Práticas de Segurança	
G4-HR7 - Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações	92
Direitos Indígenas	
G4-HR8 - Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	Em 2014 não foram registradas ocorrências deste tipo
Sociedade	
Comunidades Locais	
G4-SO1 - Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	78
Combate à Corrupção	
G4-SO3 - Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	28
G4-SO4 - Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	28
G4-SO5 - Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	27
Políticas Públicas	
G4-SO6 - Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	A Sabesp não adota esta prática
Concorrência Desleal	
G4-SO7 - Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	Continua em andamento a ação ajuizada em 2010 por conta de danos ocorridos devido ao cartel dos gases condenado pelo Cade. Houve decisão desfavorável à Sabesp em primeira instância e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso de apelação interposto
Conformidade	

Localização dos princípios do Pacto Global

Princípios	Páginas
1 - Respeitar e proteger os Direitos Humanos	75, 107
2 - Impedir violações de Direitos Humanos	75, 107
3 - Apoiar a liberdade de associação de trabalho	91
4 - Abolir o trabalho forçado	103, 104
5 - Abolir o trabalho infantil	102
6 - Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	27
7 - Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	8
8 - Promover a responsabilidade ambiental	66 - 74
9 - Encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente	53
10 - Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	9,28

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Índices das Demonstrações Financeiras 2014

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	F-3
Balancos Patrimoniais	F-5
Demonstração do Resultado	F-7
Demonstração do Resultado Abrangente	F-8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	F-9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	F-10
Demonstrações dos Valores Adicionados	F-12
Notas Explicativas	F-13
1. <i>Contexto operacional</i>	
2. <i>Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras</i>	
3. <i>Resumo das principais políticas contábeis</i>	
4. <i>Mudanças nas práticas contábeis e divulgações</i>	
5. <i>Gestão de risco</i>	
6. <i>Principais julgamentos e estimativas contábeis</i>	
7. <i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	
8. <i>Caixa restrito</i>	
9. <i>Contas a receber de clientes</i>	
10. <i>Saldos e transações com partes relacionadas</i>	
11. <i>Agência Nacional de Águas - ANA</i>	
12. <i>Investimentos</i>	
13. <i>Propriedades para investimento</i>	
14. <i>Intangível</i>	
15. <i>Imobilizado</i>	
16. <i>Empréstimos e financiamentos</i>	
17. <i>Impostos e contribuições</i>	
18. <i>Impostos e contribuições diferidos</i>	
19. <i>Provisões</i>	
20. <i>Benefícios a funcionários</i>	
21. <i>Serviços a pagar</i>	
22. <i>Patrimônio líquido</i>	
23. <i>Lucro por ação</i>	
24. <i>Informações por segmento de negócios</i>	
25. <i>Receitas operacionais</i>	
26. <i>Custos e despesas operacionais</i>	
27. <i>Receitas e despesas financeiras</i>	
28. <i>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</i>	
29. <i>Compromissos</i>	
30. <i>Informações suplementares aos fluxos de caixa</i>	
31. <i>Eventos subsequentes</i>	
Declaração dos Diretores	F-124
Parecer do Conselho Fiscal	F-126
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria	F-127
Orçamento de Capital	F-131

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite
Contador
CRC n° 1 SP 189302/O-8

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.722.991	1.782.001
Contas a receber de clientes	9 (a)	1.034.820	1.120.053
Saldos com partes relacionadas	10 (a)	121.965	134.855
Estoques		66.487	58.401
Caixa restrito	8	19.750	10.333
Impostos a recuperar	17 (a)	148.768	87.405
Demais contas a receber		100.664	61.039
Total do ativo circulante		3.215.445	3.254.087
Não circulante			
Contas a receber de clientes	9 (a)	189.458	395.512
Saldos com partes relacionadas	10 (a)	102.018	130.457
Depósitos judiciais		69.488	54.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	209.478	114.030
Agência Nacional de Águas – ANA	11	122.634	107.003
Demais contas a receber		87.286	94.952
Investimentos	12	21.223	23.660
Propriedades para investimento	13	54.039	54.039
Intangível	14	25.979.526	23.846.231
Imobilizado	15	304.845	199.496
Total do ativo não circulante		27.139.995	25.020.207
Total do Ativo		30.355.440	28.274.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante			
Empreiteiros e fornecedores		323.513	275.051
Parcela corrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo	16	1.207.126	640.940
Salários, encargos e contribuições sociais		387.971	314.926
Impostos e contribuições a recolher	17 (b)	74.138	115.382
Juros sobre o capital próprio a pagar	22 (c)	214.523	456.975
Provisões	19 (a)	625.092	631.374
Serviços a pagar	21	318.973	323.208
Parceria Público-Privada – PPP	14 (h)	38.047	20.241
Compromissos Contratos de Programa	14 (d) (iv)	189.551	77.360
Outras obrigações		101.642	116.924
Total do passivo circulante		3.480.576	2.972.381
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	9.578.641	8.809.134
Cofins/Pasep diferidos		129.351	129.849
Provisões	19 (a)	595.255	549.008
Obrigações previdenciárias	20 (b)	2.729.598	2.327.016
Parceria Público-Privada – PPP	14 (h)	330.236	322.267
Compromissos Contratos de Programa	14 (d) (iv)	18.208	88.678
Outras obrigações		189.172	145.160
Total do passivo não circulante		13.570.461	12.371.112
Total do passivo		17.051.037	15.343.493
Patrimônio líquido			
Capital social	22	10.000.000	6.203.688
Reserva de capital		-	124.255
Reservas de lucros		3.694.151	6.736.389
Ajuste de avaliação patrimonial		(389.748)	(133.531)
Total do patrimônio líquido		13.304.403	12.930.801
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		30.355.440	28.274.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional líquida	25	11.213.216	11.315.567
Custo operacional	26	(7.635.599)	(6.816.263)
Lucro bruto		<u>3.577.617</u>	<u>4.499.304</u>
Despesas de vendas	26	(736.608)	(637.103)
Despesas administrativas	26	(924.359)	(729.117)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(3.488)	3.296
Equivalência patrimonial	12	(2.453)	2.465
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>1.910.709</u>	<u>3.138.845</u>
Despesas financeiras	27	(712.293)	(602.910)
Receitas financeiras	27	422.732	386.110
Variações cambiais, líquidas	27	(346.305)	(266.446)
Despesas financeiras, líquidas		<u>(635.866)</u>	<u>(483.246)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.274.843</u>	<u>2.655.599</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18 (d)	(437.417)	(742.578)
Diferido	18 (d)	65.557	10.538
		<u>(371.860)</u>	<u>(732.040)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>902.983</u>	<u>1.923.559</u>
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	23	<u>1,32</u>	<u>2,81</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício		902.983	1.923.559
Outros resultados abrangentes		(256.217)	325.284
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos	20 (b)	(256.217)	325.284
Resultado abrangente total do exercício		<u>646.766</u>	<u>2.248.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
				Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 31 de dezembro de 2012 reapresentado		6.203.688	124.255	616.814	4.690.619	80.201	-	(458.815)	11.256.762
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.923.559	-	1.923.559
Ganhos e (perdas) atuariais	20 (b)	-	-	-	-	-	-	325.284	325.284
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	1.923.559	325.284	2.248.843
Reserva legal	22 (e)	-	-	96.178	-	-	(96.178)	-	-
Juros sobre o capital próprio (RS 0,6684 por ação)	22 (c)	-	-	-	-	-	(456.845)	-	(456.845)
Dividendos adicionais de 2012, aprovados (RS 1,99 por ação)		-	-	-	-	(80.201)	-	-	(80.201)
Dividendos adicionais propostos	22 (c)	-	-	-	-	80.620	(80.620)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(37.758)	-	-	(37.758)
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	1.289.916	-	(1.289.916)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		6.203.688	124.255	712.992	5.980.535	42.862	-	(133.531)	12.930.801
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	902.983	-	902.983
Ganhos e (perdas) atuariais	20 (b)	-	-	-	-	-	-	(256.217)	(256.217)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	902.983	(256.217)	646.766
Reserva legal	22 (e)	-	-	45.149	-	-	(45.149)	-	-
Juros sobre o capital próprio (RS 0,3138 por ação)	22 (c)	-	-	-	-	-	(214.458)	-	(214.458)
Dividendos adicionais de 2013, aprovados (RS 0,6684 por ação)		-	-	-	-	(42.862)	-	-	(42.862)
Dividendos adicionais propostos	22 (c)	-	-	-	-	37.846	(37.846)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(15.844)	-	-	(15.844)
Capitalização de Reservas		3.796.312	(124.255)	-	(3.672.057)	-	-	-	-
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	605.530	-	(605.530)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		10.000.000	-	758.141	2.914.008	22.002	-	(389.748)	13.304.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.274.843	2.655.599
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:		
Depreciação e amortização	1.004.471	871.073
Valor residual do imobilizado e intangível baixados	48.248	28.498
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	139.589	103.864
Provisões e variações monetárias de provisões	236.122	202.730
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	379.489	390.039
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	443.414	340.492
Juros e variações monetárias passivas	17.900	18.401
Juros e variações monetárias ativas	(36.227)	(7.671)
Encargos financeiros de clientes	(195.948)	(234.138)
Margem de valor justo sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(62.520)	(50.248)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	52.008	22.518
Resultado da equivalência patrimonial	2.453	(2.465)
Repasso Prefeitura Municipal de São Paulo	(23.306)	3.168
Provisão Sabesprev Mais	8.395	9.167
Obrigações previdenciárias	289.294	260.003
Outros ajustes	43.543	(33.576)
	3.621.768	4.577.454
Variação no ativo		
Contas a receber de clientes	363.343	(11.515)
Saldos e transações com partes relacionadas	42.670	5.586
Estoques	(8.699)	(6.133)
Impostos a recuperar	(148.578)	31.016
Depósitos judiciais	4.528	(1.669)
Demais contas a receber	(47.590)	(13.868)
Variação no passivo		
Empreiteiros e fornecedores	(85)	(15.454)
Serviços recebidos	19.071	(65.883)
Salários, encargos e contribuições sociais	21.037	47.594
Impostos e contribuições a recolher	28.383	(146.664)
Cofins/Pasep diferidos	(498)	6.118
Provisões	(196.157)	(211.502)
Obrigações previdenciárias	(172.820)	(158.442)
Outras obrigações	(6.946)	(59.211)
Caixa proveniente das operações	3.519.427	3.977.427
Juros pagos	(603.563)	(533.362)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(435.612)	(666.883)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.480.252	2.777.182
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangíveis	(2.658.857)	(2.305.031)
Caixa restrito	(9.417)	54.644
Aumento de investimento	(16)	(369)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(89.451)	(30.743)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.757.741)	(2.281.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais

(continuação)

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Captações	1.258.101	1.779.529
Amortizações	(529.535)	(1.780.673)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(467.469)	(498.669)
Parceria Público-Privada – PPP	(4.189)	(13.809)
Compromissos Contratos de Programa	(38.429)	(116.034)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	218.479	(629.656)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(59.010)	(133.973)
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.782.001	1.915.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.722.991	1.782.001
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(59.010)	(133.973)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais

	Nota	2014	2013
Receitas			
Operacionais	25 (a)	8.905.335	9.540.021
Outras receitas		123.718	64.272
Construção de ativos	14 (c)	2.918.036	2.444.735
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9 (c)	(139.589)	(103.864)
		<u>11.807.500</u>	<u>11.945.164</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos operacionais e de construção		(4.567.020)	(4.121.605)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros		(811.889)	(631.894)
Outras despesas operacionais	28	(112.817)	(54.086)
		<u>(5.491.726)</u>	<u>(4.807.585)</u>
Valor adicionado bruto		<u>6.315.774</u>	<u>7.137.579</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	26	(1.004.471)	(871.073)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>5.311.303</u>	<u>6.266.506</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial		(2.453)	2.465
Receitas financeiras		422.157	387.505
		<u>419.704</u>	<u>389.970</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>5.731.007</u>	<u>6.656.476</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		1.290.046	1.179.618
Benefícios		515.355	466.760
FGTS		139.642	108.388
		<u>1.945.043</u>	<u>1.754.766</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.368.101	1.747.351
Estaduais		70.919	57.311
Municipais		30.983	30.181
		<u>1.470.003</u>	<u>1.834.843</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e monetárias		1.336.288	1.075.763
Aluguéis		76.690	67.545
		<u>1.412.978</u>	<u>1.143.308</u>
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	22 (c)	214.458	456.845
Lucros retidos		688.525	1.466.714
		<u>902.983</u>	<u>1.923.559</u>
Valor adicionado distribuído		<u>5.731.007</u>	<u>6.656.476</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 364 municípios. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 366 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Álvares Florence, Cajobi, Embaúba, Iperó e Macatuba sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 11.328 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 11.351 em 31 de dezembro de 2013).

Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2014, 54 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2015 e 2030 vencerão 38 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2014, foram assinados 274 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2013 – 266 contratos).

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil do intangível utilizado nos 54 municípios em negociação totaliza R\$ 6.182.431, que representam 23,80% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.951.962 em 31 de dezembro de 2014, que representam 16,51% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 49,42% da receita bruta em 31 de dezembro de 2014 (dezembro/2013 – 51,75%) e 42,29% do ativo intangível (dezembro/2013 – 42,46%).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2014 do município de Santos era de R\$ 205.261 (dezembro/2013 – R\$ 340.530) e a receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 231.493 (dezembro/2013 – R\$ 249.393).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBovespa, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

Escassez hídrica - As operações da SABESP estão sendo influenciadas pelo calor recorde observado na região Metropolitana de São Paulo e pela menor pluviometria e afluência já observada em 84 anos nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira, que se encontram em nível abaixo do observado na série histórica, sendo os mesmos responsáveis, no início da escassez hídrica, pelo abastecimento direto de aproximadamente 8,8 milhões de pessoas. Para enfrentar esta situação e manter o abastecimento ininterrupto, a SABESP está:

- Captando água da reserva técnica do Sistema Cantareira, que é a disponibilidade de água que fica abaixo da captação por gravidade;
- Adotando incentivos econômicos para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água;
- Remanejando água entre os reservatórios para suprir hoje aproximadamente 2,5 milhões de consumidores localizados em regiões historicamente atendidas pelo Sistema Cantareira;
- Ampliando a veiculação de campanhas publicitárias para uso racional da água;
- Investindo em medidas operacionais para redução de perdas, com a ampliação da setorização e o controle da pressão noturna da rede;
- Antecipando investimentos para ampliar segurança hídrica.

Cabe informar que a capacidade de reservação de água depende de diversos fatores, tais como, níveis de chuva, temperatura e umidade atmosférica, bem como tipo e umidade dos solos nas regiões dos mananciais.

Esse cenário de escassez hídrica em 2014 e sua extensão para 2015 trouxe, também, impactos financeiros a Companhia. Diante deste fato, desde 2014 até este momento, foram tomadas decisões para minimizar esses efeitos, tais como, remanejamento dos investimentos, redução orçamentária das despesas, negociações de créditos vencidos (principalmente com o Governo do Estado de São Paulo e com os municípios atendidos no atacado), implementação da tarifa de contingência, solicitação de revisão tarifária extraordinária e outras ações.

A expectativa da Administração da Companhia é que os recursos disponíveis em caixa em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 1.722.991, a geração de caixa operacional prevista para 2015 e as linhas de créditos disponíveis para investimentos são suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo e não comprometer as ações necessárias para superação da escassez hídrica preservando o abastecimento a nossos consumidores.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ver outras divulgações sobre este assunto na nota explicativa 25 - receitas operacionais e nota explicativa 31 - eventos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Outros passivos

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de água e esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas até a data de sua transferência para este grupo, quando aplicável, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 15 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "outras receitas operacionais".

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 "Receita operacional".

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment, amparada, principalmente pela Lei 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 16. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de financiamento similares.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, da Companhia como um todo. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 19.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasesp – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social (“Sabesprev”), entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 24.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na nota explicativa 3.12.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
IFRIC 21 - Tributos ICPC 19	A <i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i> – IFRIC 21 aborda a questão sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos. Tal interpretação define tributo, assim como especifica que o fato gerador que dá origem a obrigação de pagar um tributo é a atividade que gera o pagamento do tributo, conforme identificada pela legislação. A interpretação apresenta orientações sobre como tipos diferentes de tributos devem ser contabilizados; em particular, esclarece que a obrigação econômica, assim como a premissa de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras, não implica, em conjunto ou isoladamente, a obrigação presente de pagamento de um tributo que será gerado pela operação da entidade no futuro.	1º de janeiro de 2014
Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidade de Investimento CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)	As modificações à IFRS 10 definem entidades de investimento e introduzem exceção à exigência de consolidar as controladas de uma entidade de investimento. No que se refere à exceção, uma entidade de investimento deve mensurar sua participação nas controladas ao valor justo por meio do resultado. A exceção não se aplica a controladas de entidades de investimento que prestem serviços relacionados às atividades da entidade de investimento. Para ser classificada como uma entidade de investimento, determinados critérios devem ser cumpridos. Especificamente, uma entidade será classificada como uma entidade de investimento quando:	1º de janeiro de 2014

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	<p>Obtiver recursos de um ou mais investidores em troca da prestação de serviços de gestão de investimentos.</p> <p>Ter o compromisso com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é investir recursos somente para obter retornos sobre a valorização de capital, receita de investimentos, ou ambos.</p> <p>Mensurar e avaliar o desempenho de quase todos os seus investimentos ao valor justo.</p> <p>As alterações à IFRS 12 e IAS 27 introduziram novas exigências de divulgação para as entidades de investimento.</p>	
Modificações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros CPC 39	Esclarecem as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado das expressões “atualmente possui o direito legalmente exequível de compensação” e “realização e liquidação simultâneas”.	1º de janeiro de 2014
Modificações à IAS 36 – Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros CPC 01 (R1)	<p>Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC.</p> <p>Adicionalmente, as modificações introduzem exigências de divulgação adicionais, aplicáveis quando o valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado ao valor justo, deduzido dos custos de alienação. Essas novas divulgações incluem a hierarquia de valor justo, principais premissas e técnicas de avaliação utilizadas. Tais exigências estão em linha com a divulgação prevista na IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo.</p>	1º de janeiro de 2014

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Modificações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de <i>Hedge</i> CPC 38	Trazem a isenção da obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado sob determinadas circunstâncias. As alterações também esclarecem que qualquer alteração no valor justo do derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , resultante da novação, deve ser incluída na avaliação e mensuração da efetividade do <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2014

Análise do impacto das novas normas, alterações ou interpretações das normas para a Companhia:

IFRIC 21 - Tributos

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Modificações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidade de Investimento

Como a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pela IFRS 10/CPC 36 (R3)), a aplicação dos ajustes não trouxe impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Modificações à IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

A Companhia avaliou se certos ativos financeiros e passivos financeiros se qualificam para a compensação baseando-se pelos critérios da alteração da norma e concluiu não existirem impactos nas demonstrações financeiras.

Modificações à IAS 36/CPC 01 (R1) – Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A aplicação dessas alterações não teve impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modificações à IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivativos e Continuação da Contabilização de Hedge

Como a Companhia não possui nenhum derivativo que tenha sido submetido a novação, a aplicação dessas alterações não apresentaram impactos nas divulgações ou nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada, as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ³
IFRS 14	Contas Regulatórias Diferidas ¹
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes ²
Alterações a IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto ¹
Alterações à IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 04 (R1)	Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização ¹

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, pois a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 4.363.898 em 31 de dezembro 2014 (dezembro/2013 – R\$ 3.715.645). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.231.188	3.270.282	1.181.256	2.767.210
Empréstimos e financiamentos – Iene	48.066.910	1.068.527	41.504.249	926.790
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		17.703		14.512
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		7.386		7.133
Total da exposição		4.363.898		3.715.645
Custo de captação		(17.606)		(17.092)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		4.346.292		3.698.553

O aumento de 18% do saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014 foi causado principalmente pelos seguintes motivos:

- 1) Aumento de 4% na dívida denominada em dólar e de 16% na dívida denominada em iene; e

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 2) Efeito cambial, pois a taxa do dólar aumentou 13%, de R\$ 2,343 em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2,656 em 31 de dezembro de 2014. As dívidas em dólar correspondem a 75% das dívidas em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 436.390 (dezembro/2013 - R\$ 371.564), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2014 (Passiva) em US\$	1.231.188	1.231.188	1.231.188
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2014	2,6562	2,6562	2,6562
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,8000	3,5000	4,2000
Diferença entre as taxas	(0,1438)	(0,8438)	(1,5438)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(177.045)	(1.038.876)	(1.900.708)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2014 (Passiva) em iene	48.066.910	48.066.910	48.066.910
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2014	0,02223	0,02223	0,02223
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02334	0,02918	0,03501
Diferença entre as taxas	(0,00111)	(0,00695)	(0,01278)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(53.354)	(334.065)	(614.295)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(230.399)	(1.372.941)	(2.515.003)

(*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2014, conforme BM&FBovespa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
TR ⁽ⁱ⁾	1.578.250	1.646.546
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.712.010	1.212.010
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.059.074	990.273
IPCA ^(iv)	1.492.320	1.413.629
LIBOR ^(v)	1.953.989	1.599.815
Juros e encargos	133.776	120.839
Total	<u>7.929.419</u>	<u>6.983.112</u>

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 79.294 (dezembro/2013 - R\$ 69.831) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9 e 10.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.722.347	1.781.327
Outros (*)	644	674
	<u>1.722.991</u>	<u>1.782.001</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2014							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.685.090	1.653.018	1.775.960	1.336.078	1.373.623	6.810.293	14.634.062
Empreiteiros e fornecedores	323.513	-	-	-	-	-	323.513
Serviços a pagar	318.973	-	-	-	-	-	318.973
Parceria Público-Privada – PPP (*)	46.038	46.038	46.038	285.104	285.104	4.658.233	5.366.555
Compromissos Contrato de Programa	199.566	3.233	911	591	801	16.504	221.606

(*) A Companhia considerou também compromissos futuros (obras não realizadas) ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes a PPP São Lourenço devido a relevância dos fluxos de caixa futuros, dos impactos em suas operações e pela consideração de que a Companhia já possui esse compromisso formalizado através de contrato assinado entre as partes.

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas poderá implicar no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	31 de dezembro de 2014			
	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	1.604.765	12,4700%(*)	15,5875%	18,7050%
Receita financeira		200.114	250.143	300.171
Passivo				
CDI	(1.712.010)	12,4700%(*)	15,5875%	18,7050%
Juros a incorrer		(213.488)	(266.860)	(320.231)
Exposição líquida - CDI	(107.245)	(13.374)	(16.717)	(20.060)
Passivo				
TR	(1.578.250)	0,0178%(*)	0,0223%	0,0267%
Despesa a incorrer		(281)	(352)	(421)
IPCA	(1.492.320)	6,5300%(*)	8,1625%	9,7950%
Despesa a incorrer		(97.448)	(121.811)	(146.173)
TJLP	(1.059.074)	5,0000%(*)	6,2500%	7,5000%
Juros a incorrer		(52.954)	(66.192)	(79.431)
LIBOR	(1.953.989)	0,4180%**	0,5225%	0,6270%
Juros a incorrer		(8.168)	(10.210)	(12.252)
Despesas totais líquidas a incorrer		(172.225)	(215.282)	(258.337)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 26/12/2014

(**) Fonte do índice: Bloomberg

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2014 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	10.785.767	9.450.074
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(1.722.991)</u>	<u>(1.782.001)</u>
Dívida líquida	9.062.776	7.668.073
Total do Patrimônio Líquido	<u>13.304.403</u>	<u>12.930.801</u>
Capital total	<u>22.367.179</u>	<u>20.598.874</u>
Índice de alavancagem	<u>41%</u>	<u>37%</u>

Em 31 de dezembro de 2014 o índice de alavancagem aumentou para 41% em comparação aos 37% de 31 de dezembro de 2013, devido ao acréscimo de R\$ 1.335,7 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos principalmente em decorrência da entrada de recursos financeiros realizados em 2014 e de contratos de financiamentos em andamento, e o efeito da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e também não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA e, os instrumentos financeiros na categoria de outros passivos compreendem saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.722.991	1.722.991	1.782.001	1.782.001
Caixa restrito	19.750	19.750	10.333	10.333
Contas a receber de clientes	1.224.278	1.224.278	1.515.565	1.515.565
Saldo com partes relacionadas	223.983	223.983	265.312	265.312
Agência Nacional de Águas – ANA	122.634	122.634	107.003	107.003
Demais contas a receber	187.950	187.950	155.991	155.991

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	10.785.767	10.641.611	9.450.074	9.439.094
Empreiteiros e fornecedores	323.513	323.513	275.051	275.051
Serviços a pagar	318.973	318.973	323.208	323.208
Compromisso Contratos de Programa	207.759	207.759	166.038	166.038
Parceria Público-Privada - PPP	368.283	368.283	342.508	342.508

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2014.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis podem gerar impactos relevantes no resultado das operações.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 19.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 20.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Caixa e bancos	118.226	189.836
Equivalentes de caixa	<u>1.604.765</u>	<u>1.592.165</u>
	<u>1.722.991</u>	<u>1.782.001</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2014 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99,68% do CDI (dezembro/2013 – 100,00%).

8 Caixa restrito

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	9.176	7.460
Recursos captados junto ao BNDES (ii)	6.433	-
Outros	<u>4.141</u>	<u>2.873</u>
	<u>19.750</u>	<u>10.333</u>

(i) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal. Conforme Nota 14 (d), item (v);

(ii) Refere-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aguardando liberação das restrições de uso.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	852.815	1.008.335
Acordos (iii)	291.367	287.662
	<u>1.144.182</u>	<u>1.295.997</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	533.984	511.967
Federais	4.671	4.292
Acordos (iii)	192.253	167.642
	<u>730.908</u>	<u>683.901</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	776.674	661.908
Mauá	366.515	327.451
Mogi das Cruzes	2.092	15.430
Santo André	787.305	700.550
São Caetano do Sul	1.779	2.114
Diadema (*)	224.433	210.406
	<u>2.158.798</u>	<u>1.917.859</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
	<u>354.678</u>	<u>474.492</u>
Fornecimento a faturar		
	<u>4.388.566</u>	<u>4.372.249</u>
Subtotal		
	<u>(3.164.288)</u>	<u>(2.856.684)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Total	<u><u>1.224.278</u></u>	<u><u>1.515.565</u></u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Circulante	1.034.820	1.120.053
Não circulante	<u>189.458</u>	<u>395.512</u>
	<u>1.224.278</u>	<u>1.515.565</u>

(*) Em 18 de março de 2014, o Estado de São Paulo, o município de Diadema e a SABESP celebraram Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Município de Diadema. Por meio deste contrato, o Estado de São Paulo e o município de Diadema asseguraram à SABESP (ou subsidiária) o direito de explorar a prestação dos serviços, com exclusividade, pelo prazo de 30 anos.

Nesta mesma data, foram assinados acordos judiciais nas ações promovidas pela SABESP contra o Município de Diadema e a Saned - empresa municipal. Por meio desses acordos, SABESP, Município de Diadema e Saned concordaram em suspender a execução das ações de cobrança pelo fornecimento de água no atacado inadimplidas e de cobrança da dívida de indenização. As dívidas serão progressivamente reduzidas ao longo dos 30 anos, sob a condição de que haja integral cumprimento dos acordos e do contrato de prestação dos serviços.

Esse saldo está totalmente provisionado como perdas.

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do contas a receber por atacado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	1.917.859	1.677.727
Faturamento por serviços prestados	375.294	424.018
Recebimentos	<u>(134.355)</u>	<u>(183.886)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>2.158.798</u></u>	<u><u>1.917.859</u></u>

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores a vencer	992.800	1.243.156
Vencidos:		
Até 30 dias	136.666	191.668
Entre 31 e 60 dias	93.534	105.542
Entre 61 e 90 dias	62.276	60.868
Entre 91 e 120 dias	54.725	51.932
Entre 121 e 180 dias	96.079	90.498
Entre 181 e 360 dias	202.024	149.242
Acima de 360 dias	<u>2.750.462</u>	<u>2.479.343</u>
Total vencidos	<u>3.395.766</u>	<u>3.129.093</u>
Total	<u><u>4.388.566</u></u>	<u><u>4.372.249</u></u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Saldo no início do exercício	2.856.684	2.723.408
De particular/entidades públicas	130.398	93.272
Recuperações	(59.341)	(51.654)
De fornecimento por atacado	<u>236.679</u>	<u>218.687</u>
Adições no exercício	307.736	260.305
Baixa no exercício referente a contas a receber incobráveis	<u>(132)</u>	<u>(127.029)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>3.164.288</u></u>	<u><u>2.856.684</u></u>

Reconciliação provisão para perdas no resultado	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Perdas (baixa)	52.900	63.102
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	(1.341)	(856)
Provisão particular/entidades públicas	130.398	93.272
Provisão fornecimento por atacado	16.973	-
Recuperações	<u>(59.341)</u>	<u>(51.654)</u>
Valor contabilizado como despesas com vendas	139.589	103.864

Foram contabilizados também como redução de receitas as perdas com vendas no atacado, no montante de R\$ 219.706 em 2014 e R\$ 218.687 em 2013.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	96.162	110.615
Provisão para perdas (i)	(45.333)	(46.674)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (GO) (ii) e (vi)	43.722	39.201
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos (GO) – fluxo mensal (ii) e (vi)	9.753	9.399
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>17.661</u>	<u>22.314</u>
Total do circulante	<u>121.965</u>	<u>134.855</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (GO) (ii) e (vi)	<u>102.018</u>	<u>130.457</u>
Total do não circulante	<u>102.018</u>	<u>130.457</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>223.983</u>	<u>265.312</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	50.829	63.941
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (GO)	155.493	179.057
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>17.661</u>	<u>22.314</u>
Total	223.983	265.312

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	107.784	229.605
Outros (ver item "g" abaixo)	1.569	1.791
	2014	2013
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	216.816	239.513
Serviços de esgoto	195.218	209.585
Recebimentos de partes relacionadas	(431.607)	(453.612)
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	112.534	110.912

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 45.333 em 2014 e R\$ 46.674 em 2013).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Ver informações adicionais sobre o plano G0 na Nota 20 (b) (iii).

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiapuê, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgotos de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA-IBGE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao valor controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, cuja expectativa é de possível ganho, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A Administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.479.705 e R\$ 1.412.479, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano GO. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.053.527 e R\$ 1.780.268, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 20 (b) (iii).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valores controversos a receber	783.422	716.196
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (valor original)(*)	696.283	696.283
Total	1.479.705	1.412.479

(*) Ver evento subsequente importante sobre este assunto na nota explicativa 31 (c).

(c) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Atualmente está em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

Em 10 de abril de 2014, emitimos Comunicado ao Mercado com a informação sobre um eventual acordo futuro. No entanto, nenhum ajuste foi confirmado e nenhum acordo foi executado por qualquer das partes até este momento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2014, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 9.651 (dezembro/2013 - R\$ 12.879).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 31 de dezembro de 2014 somaram R\$ 403 (dezembro/2013 – R\$ 695).

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.569 e R\$ 1.791 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 676.071 (dezembro/2013 – R\$ 546.748), conforme Nota 20 (b).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Remuneração da Administração

- Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

- Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

- Bônus:

A SABESP paga bônus para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores foi de R\$ 3.446 e R\$ 3.386 para os exercícios de 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 504, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2014 (dezembro/2013 - R\$ 566).

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S/A, Águas de Castilho S/A, Aquapolo Ambiental S/A e Attend Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados com as SPE's Águas de Andradina S/A e Águas de Castilho S/A, foram liquidados. Os demais contratos firmados com Aquapolo Ambiental S/A, em 30 de março de 2012 e Attend Ambiental S/A, em 09 de maio de 2014, permanecem com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Attend Ambiental	5.400	5.400	494	5.894	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	2.559	8.188	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	7.284	26.284	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Total	30.029	30.029	10.337	40.366		

(*) O contrato de mútuo com a SPE Attend Ambiental S/A, possui prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir da data da disponibilização do respectivo valor na conta da mutuária, renováveis por igual período. O limite de crédito estará disponível à mutuária até 31 de dezembro de 2014.

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber", sendo R\$ 24.400 de principal e R\$ 7.778 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 5.629 de principal e R\$ 2.559 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 40.366 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 32.058). No período de janeiro a dezembro de 2014, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 5.222 (janeiro a dezembro de 2013 – R\$ 3.977).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Em 31 de dezembro de 2014 o valor total com o programa foi de R\$ 67.576 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 35.513), sendo R\$ 17.661 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 22.314) registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 24.862 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 9.896) registrado no grupo de intangível e R\$ 25.053 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 3.303) reembolsado pelo GESP.

11 Agência Nacional de Águas - ANA

Referem-se a contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2014 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 122.634 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 107.003), sendo que o passivo está registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante.

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" – CPC 19(R2)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“Inima”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“ETEP”), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S/A, com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 3.097, divididos em 3.096.866 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 770, divididos em 770.000 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S/A, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 13.400, divididos em 13.400.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. O valor que estava registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.400 foi totalmente integralizado em 1º de março de 2013.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

Aquapolo Ambiental S/A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sesamm	9.644	8.239	1.405	2.479	36%	36%	26.788	22.884	3.904	6.885
Águas de Andradina	1.375	1.087	288	336	30%	30%	4.582	3.622	960	1.119
Águas de Castilho	860	619	241	145	30%	30%	2.866	2.064	802	484
Saneaqua Mairinque	809	931	(122)	209	30%	30%	2.697	3.102	(405)	695
Attend Ambiental	-	2.707	(2.707)	(1.672)	45%	45%	(111)	6.016	(6.127)	(3.715)
Aquapolo Ambiental	<u>7.948</u>	<u>9.506</u>	<u>(1.558)</u>	<u>968</u>	49%	49%	<u>16.220</u>	<u>19.400</u>	<u>(3.180)</u>	<u>1.976</u>
Total	20.636	23.089	(2.453)	2.465			53.042	57.088	(4.046)	7.444
Outros investimentos	<u>587</u>	<u>571</u>								
Total geral	<u>21.223</u>	<u>23.660</u>								

13 Propriedades para Investimento

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo das “Propriedades para investimento” é de R\$ 54.039 (dezembro/2013 – R\$ 54.039). Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 350.000 e R\$ 296.000, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.983.492	(1.614.221)	7.369.271	8.578.886	(1.499.096)	7.079.790
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.679.042	(397.782)	1.281.260	1.529.096	(342.950)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	7.338.985	(1.959.832)	5.379.153	6.473.507	(1.804.940)	4.668.567
Contratos de programa – compromissos (iv)	808.662	(105.753)	702.909	693.029	(79.709)	613.320
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	12.916.939	(1.930.553)	10.986.386	11.555.381	(1.430.778)	10.124.603
Licença de uso de software	326.045	(65.498)	260.547	209.156	(35.351)	173.805
Total	32.053.165	(6.073.639)	25.979.526	29.039.055	(5.192.824)	23.846.231

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2013	Adições	Renovação Contrato	Provisão para perdas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2014
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	7.079.790	693.960	(165.093)	(1.598)	(34.011)	(14.542)	(189.235)	7.369.271
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.186.146	150.647	-	-	(57)	(496)	(54.980)	1.281.260
Contratos de programa (iii)	4.668.567	878.947	165.093	(2.919)	(122.940)	(9.726)	(197.869)	5.379.153
Contratos de programa – compromissos (iv)	613.320	115.632	-	-	-	-	(26.043)	702.909
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.124.603	1.264.861	-	(30.352)	112.507	(23.162)	(462.071)	10.986.386
Licença de uso de Software	173.805	132.734	-	-	-	-	(45.992)	260.547
Total	23.846.231	3.236.781	-	(34.869)	(44.501)	(47.926)	(976.190)	25.979.526

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Renovação Contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2013
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.896.194	647.318	(310.844)	(6.690)	(3.458)	(142.730)	7.079.790
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.109.936	126.853	-	82	(86)	(50.639)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	3.819.172	733.796	310.844	4.789	(2.390)	(197.644)	4.668.567
Contratos de programa – compromissos (iv)	571.091	65.040	-	-	-	(22.811)	613.320
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.568.487	975.913	-	177	(21.939)	(398.035)	10.124.603
Licença de uso de Software	2.646	201.399	-	5.155	-	(35.395)	173.805
Total	21.967.526	2.750.319	-	3.513	(27.873)	(847.254)	23.846.231

Durante 2014 a Companhia formalizou contratos de programa com os municípios de Itapevi, Jaborandi, Lucélia, Parapuã, Piedade, Rosana, Registro e Diadema, todos pelo prazo de 30 anos. Ver informações sobre o contrato com Diadema na nota explicativa 9 (a).

(c) Serviços de construção

	2014		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.204.380	1.713.656	2.918.036
Custo de construção	1.181.596	1.673.920	2.855.516
Margem	22.784	39.736	62.520
	2013		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.011.412	1.433.323	2.444.735
Custo de construção	988.281	1.406.206	2.394.487
Margem	23.131	27.117	50.248

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia operava em 364 municípios no Estado de São Paulo (em 2013 – 363). Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 26.043 (dezembro/2013 – R\$ 22.811).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante o montante de R\$ 189.551 e R\$ 77.360 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente e no passivo não circulante o montante de R\$ 18.208 e R\$ 88.678 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Em 2014 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/14-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, através do ofício ATG/Ofício nº 092/14-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP.

Por meio da Deliberação 488, de 07 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP, postergando a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devam ser considerados na Revisão Tarifária.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 49,42% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2014, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 278.265 (dezembro/2013 – R\$ 205.012), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(f) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2014 e 2013 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2014 e de 2013 foi de R\$ 62.520 e R\$ 50.248, respectivamente.

(g) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2014, o total referente às desapropriações foi de R\$ 13.200 (dezembro/2013 - R\$ 61.102).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Parceria Público-Privada - PPP

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 404.447 e R\$ 415.619, respectivamente.

Com relação às obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos no passivo circulante eram de R\$ 38.047 e R\$ 20.241, e no passivo não circulante eram de R\$ 307.991 e R\$ 322.267, respectivamente. Em 2014 foi utilizada a taxa de desconto de 8,06% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, sendo que o início das obras ocorreu em abril de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 22.756, sendo que a obrigação assumida no montante de R\$ 22.245 foi registrado no passivo não circulante.

(i) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5.180 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2014 (dezembro/2013 – R\$ 6.498 milhões), sendo que em 2014 as maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São José dos Campos, nos montantes de R\$ 2.219, R\$ 229 e R\$ 253, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,8% em 2014 e 3,9% em 2013.

(k) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), que inclui a implementação do módulo administrativo/financeiro e do módulo comercial.

15 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Terrenos	100.533	-	100.533	88.332	-	88.332
Edificações	74.235	(31.720)	42.515	54.187	(30.233)	23.954
Equipamentos	299.921	(152.999)	146.922	202.498	(130.665)	71.833
Equipamentos de transporte	14.051	(6.438)	7.613	13.856	(5.961)	7.895
Móveis e utensílios	16.556	(9.432)	7.124	17.060	(10.239)	6.821
Outros	688	(550)	138	1.201	(540)	661
Total	<u>505.984</u>	<u>(201.139)</u>	<u>304.845</u>	<u>377.134</u>	<u>(177.638)</u>	<u>199.496</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas e alienações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Terrenos	88.332	-	12.201	-	-	100.533
Edificações	23.954	28.407	(8.561)	-	(1.285)	42.515
Equipamentos	71.833	58.002	42.481	(280)	(25.114)	146.922
Equipamentos de transporte	7.895	1.481	(707)	-	(1.056)	7.613
Móveis e utensílios	6.821	1.187	(29)	(39)	(816)	7.124
Outros	661	374	(884)	(3)	(10)	138
Total	<u>199.496</u>	<u>89.451</u>	<u>44.501</u>	<u>(322)</u>	<u>(28.281)</u>	<u>304.845</u>

	<u>31 de dezembro de 2012 Reapresentado</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas e alienações</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Terrenos	88.328	-	4	-	-	88.332
Edificações	25.561	-	(133)	(216)	(1.258)	23.954
Equipamentos	69.633	24.678	(1.358)	(350)	(20.770)	71.833
Equipamentos de transporte	6.615	4.096	(1.795)	-	(1.021)	7.895
Móveis e utensílios	6.187	1.458	(5)	(59)	(760)	6.821
Outros	386	511	(226)	-	(10)	661
Total	<u>196.710</u>	<u>30.743</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(625)</u>	<u>(23.819)</u>	<u>199.496</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação foi de 11,4%, nos anos de 2014 e 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	-	-	-	100.497	-	100.497
Debêntures 10ª Emissão	38.027	187.352	225.379	37.171	220.109	257.280
Debêntures 12ª Emissão	45.450	431.174	476.624	22.727	476.702	499.429
Debêntures 14ª Emissão	37.038	239.192	276.230	20.079	269.862	289.941
Debêntures 15ª Emissão	94.819	761.497	856.316	-	820.887	820.887
Debêntures 16ª Emissão	498.731	-	498.731	-	499.434	499.434
Debêntures 17ª Emissão	-	1.067.760	1.067.760	-	1.027.925	1.027.925
Debêntures 18ª Emissão	-	202.145	202.145	-	160.859	160.859
Debêntures 19ª Emissão	-	497.793	497.793	-	-	-
Caixa Econômica Federal	67.085	1.031.438	1.098.523	83.267	959.853	1.043.120
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	65.237	81.546	16.309	81.546	97.855
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.287	76.975	87.262	9.370	79.644	89.014
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.068	35.318	39.386	2.308	29.192	31.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	1.725	25.875	27.600	-	20.400	20.400
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	20.183	186.374	206.557	19.230	196.821	216.051
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	-	187.420	187.420	-	98.404	98.404
Arrendamento Mercantil	8.997	473.593	482.590	-	382.492	382.492
Outros	716	1.886	2.602	498	2.431	2.929
Juros e Demais Encargos	125.011	-	125.011	113.504	-	113.504
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	968.446	5.471.029	6.439.475	424.960	5.326.561	5.751.521

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$75.293 mil (dez/13 – US\$100.391 mil)	66.664	133.329	199.993	58.794	176.382	235.176
Inter-American Development Bank - BID 896 – US\$5.555 mil (dez/13 – US\$8.333 mil)	7.377	7.378	14.755	6.507	13.014	19.521
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$113.059 mil (dez/13 – US\$123.337 mil)	27.301	273.007	300.308	24.077	264.854	288.931
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$347.190 mil (dez/13 – US\$243.687 mil)	-	914.189	914.189	-	564.443	564.443
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$45.860 mil (dez/13 – US\$37.335 mil)	-	121.447	121.447	-	87.077	87.077
Euro Bônus – US\$140.000 mil (dez/13 – US\$140.000 mil)	-	371.655	371.655	-	327.640	327.640
Euro Bônus – US\$350.000 mil (dez/13 – US\$350.000 mil)	-	924.741	924.741	-	813.650	813.650
JICA 15 – Iene 17.286.450 mil (dez/13 – Iene 18.438.880 mil)	25.619	358.659	384.278	25.733	386.007	411.740
JICA 18 – Iene 15.542.400 mil (dez/13 – Iene 16.578.560 mil)	23.034	322.166	345.200	23.137	346.733	369.870
JICA 17 – Iene 1.029.992 mil (dez/13 – Iene 450.484 mil)	-	22.437	22.437	-	9.704	9.704
JICA 19 – Iene 14.208.068 mil (dez/13 – Iene 6.036.325 mil)	-	314.526	314.526	-	134.010	134.010
BID 1983AB – US\$154.231 mil (dez/13 – US\$178.173 mil)	63.596	344.078	407.674	56.087	359.059	415.146
Juros e Demais Encargos	25.089	-	25.089	21.645	-	21.645
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	238.680	4.107.612	4.346.292	215.980	3.482.573	3.698.553
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.207.126	9.578.641	10.785.767	640.940	8.809.134	9.450.074

Cotação de 31 de dezembro de 2014 US\$ 2,6562; Iene 0,022230 (em 31 de dezembro de 2013 US\$ 2,34260; Iene 0,022330)

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI +0,75 (1ª série) e 4,5% (2ª série) e +4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 19ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2017	CDI + 0,80% à 1,08%	
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2015/2037	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	RECURSOS PRÓPRIOS	2028	1,66% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2015/2018	TJLP + 2% (Fehidro) e 12% (Presidente Prudente)	TR

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	VARIAÇÃO CAMBIAL
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank - BID 713 - US\$75.293 mil	GOVERNO FEDERAL	2017	3,04%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$5.555 mil	GOVERNO FEDERAL	2016	3,00%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$113.059 mil	GOVERNO FEDERAL	2025	2,51%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$347.190 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,12%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$45.860 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,43%	US\$
Euro Bônus – US\$140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 17.286.450 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 15.542.400 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 1.029.992 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 14.208.068 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$154.231 mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2014

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 até 2037	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	714.065	357.831	880.837	574.842	651.485	363.759	558.159	4.100.978
Caixa Econômica Federal	67.085	67.921	71.757	75.741	79.015	82.732	654.272	1.098.523
BNDES	52.572	65.056	68.965	68.965	68.966	51.350	253.897	629.771
Arrendamento Mercantil	8.997	21.851	22.675	23.571	24.543	26.313	354.640	482.590
Outros	716	638	719	529	-	-	-	2.602
Juros e Demais Encargos	125.011	-	-	-	-	-	-	125.011
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	968.446	513.297	1.044.953	743.648	824.009	524.154	1.820.968	6.439.475
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	101.342	101.343	142.502	75.838	75.838	75.838	856.544	1.429.245
BIRD	-	-	-	-	4.060	8.121	109.266	121.447
Euro Bônus	-	371.655	-	-	-	924.741	-	1.296.396
JICA	48.653	48.652	49.271	49.890	66.963	66.963	736.049	1.066.441
BID 1983AB	63.596	63.596	63.596	63.302	46.994	46.231	60.359	407.674
Juros e Demais Encargos	25.089	-	-	-	-	-	-	25.089
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	238.680	585.246	255.369	189.030	193.855	1.121.894	1.762.218	4.346.292
Total Geral	1.207.126	1.098.543	1.300.322	932.678	1.017.864	1.646.048	3.583.186	10.785.767

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debêntures

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.770 (2013 – R\$ 6.402), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Debêntures (19ª emissão)

Em 30 de junho de 2014, a Companhia realizou a 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor total de R\$ 500.000, quantidade de 50.000 debêntures, valor unitário de R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série única	50.000	-	DI+ 0,80% à 1,08% a.a.	Semestral (junho e dezembro)	Parcela única	Junho/2017

Os recursos provenientes da captação por meio da 19ª Emissão de Debêntures foram destinados ao pagamento de compromissos financeiros da Companhia.

Debêntures (18ª emissão – 3ª série)

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor unitário de R\$ 2.753,70 (dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), perfazendo um total de R\$ 275.370. O BNDES subscreveu e liquidou a 1ª e 2ª séries em 16 de dezembro de 2013. Em 15 de dezembro 2014 o BNDES subscreveu e liquidou parte da 3ª série, no valor de R\$ 35.798, correspondente a 13 debêntures das 42 previstas. O restante da 3ª série, 29 debêntures, deverá ser subscrita até 2016.

A 1ª e 3ª séries possuem prazo total de 132 meses com carência de 36 meses e serão remuneradas através da TJLP + 1,92% a.a. A 2ª série possui prazo total de 133 meses com carência de 37 meses, a partir de 15 de outubro de 2014, e será remunerada à taxa de 8,25% a.a. + IPCA.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Quantidade</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024
2ª Série	30	IPCA	8,25% a.a.	Anual	Anual (a partir de novembro de 2017)	Novembro/2024
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024

Os recursos são usados para reembolsar investimentos feitos em obras em sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, composto pelos seguintes projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Bacia do Piracicaba - Capivari - Jundiá (PCJ) além de suportar parte do Programa de Redução de Perdas da SABESP.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão:

A Companhia e o BNDES vem discutindo desde 2014 a padronização das cláusulas de obrigações especiais, referentes à manutenção de “covenants”, no que diz respeito à forma de apuração, às regras de caracterização dos descumprimentos e à constituição de garantias adicionais.

No final de 2014 a Companhia e o BNDES formalizaram a intenção de padronizar as cláusulas. Na sequência a Sabesp finalizou em 27 de fevereiro de 2015 as tratativas junto ao BNDES e repactuou as cláusulas de “covenants”, a vigorar desde 31 de dezembro de 2014, excluindo o indicador de Margem EBITDA (sobre receita operacional líquida).

As novas cláusulas de “covenants” repactuadas foram:

I) manter os seguintes índices, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 meses, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais revisadas ou demonstrações financeiras anuais auditadas:

- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser igual ou superior a 3,50;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 3,0;
- Outras dívidas onerosas^(*) / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 1,0.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

II) O descumprimento de uma ou mais de uma obrigação referente aos covenants definidos no item (I) ficará caracterizado quando:

a) não atingidas por no mínimo 2 trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses, as metas estipuladas no item (I) para qualquer dos índices nele definidos, dentro dos limites estipulados no item (III).

b) não atingidas por no mínimo 01 (um) trimestre, dentro de um período de 12 (doze) meses, as metas estipuladas no quadro do item (I) para qualquer um dos índices nele definidos, fora dos limites estipuladas no item (III).

III) Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos “covenants” nos termos do item (II) (a), cujos limites estão estabelecidos abaixo, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” será automaticamente acrescido em 20% (vinte por cento), o que deverá ser efetivado pela Companhia em até 30 dias da publicação das demonstrações financeiras auditadas e/ou revisadas.

- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser inferior a 3,50 e igual ou superior a 2,80;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 3,80 e superior a 3,00;
- Outras dívidas onerosas / Ebitda ajustado deve ser igual ou inferior a 1,30 e superior a 1,00.

O não atingimento de um ou mais de um índice dentro da faixa estipulada acima, em um mesmo período ou em períodos sucessivos ao que gerou o reforço automático da garantia, não gera nova obrigação de constituir a garantia adicional pactuada.

IV) Caso fique caracterizado o descumprimento de qualquer dos “covenants” nos termos do item (II) (b), e/ou da obrigação estipulada para a Companhia de reforço automático da garantia nos termos do item (III), os debenturistas poderão, a seu exclusivo critério: requerer a Companhia a constituição de outras garantias adicionais, no prazo a ser por ele fixado em notificação; suspender a liberação dos recursos; e/ou decretar o vencimento antecipado dos Contratos de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissões Privadas e Outros Pactos.

Os contratos também possuem cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura, implicará em vencimento antecipado do mesmo.

Aplicável a 12^a emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora; e

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” o agente fiduciário deverá convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

Aplicáveis a 15^a emissão, 16^a emissão , 17^a emissão e 19^a emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeira divulgadas pela Emissora; e

O não cumprimento das cláusulas de “covenants”, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos possuem cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões (para 19ª emissão montante igual ou superior a R\$ 120 milhões), corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, levará ao vencimento antecipado destes contratos.

(b) Banco do Brasil

Em 5 de março de 2014, a SABESP efetuou o pagamento da última parcela do contrato firmado com o Banco do Brasil.

(c) Caixa Econômica Federal

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreu a captação de R\$ 19,0 milhões destinados a obras do Projeto Tietê e Programa Metropolitano de Água. Os recursos são parte das nove operações de crédito formalizadas em 02 de dezembro de 2013 entre a SABESP e a Caixa Econômica Federal e são oriundos do Programa Saneamento para Todos, seleção do Ministério das Cidades – PAC 2012/2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. Para os contratos firmados, também é realizada a constituição de conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à uma prestação de amortização do principal e acessórios da dívida.

(ii) Covenants

Os contratos possuem Cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará em vencimento antecipado.

Para os contratos vigentes, formalizados entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho, calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) ou Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho (“AMD”) válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 à 2016. Se deixarmos de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e seríamos impedidos de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário.

Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMD´s assinados até 13 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessário a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

(d) BNDES

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.011 (2013 – R\$ 531), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 89.000, referente ao contrato 12.2.1381.1 (BNDES Tietê III), firmado em fevereiro de 2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida.

(ii) Covenants

Vide item (a), (ii), covenants aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão, desta nota explicativa.

Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

(*) Vide item (c), (ii) desta nota explicativa.

(e) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2016 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de agosto de 2013, iniciou a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 138.602 e R\$ 144.384, respectivamente.

Em 22 de março de 2014, iniciou a operação da Estação de Tratamento de Esgoto Campos do Jordão e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 135.303.

(f) Eurobônus

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 5.142 (2013 – R\$ 6.584), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias (*) tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(*) Conforme contrato, entende-se por subsidiária: “a empresa, associação ou outra sociedade da qual mais de 50% de suas ações com direito a voto são de propriedade ou controle, direto ou indireto, de qualquer Pessoa ou uma ou mais outras Subsidiárias de Pessoa, ou suas combinações”.

(g) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.017 (2013 – R\$ 6.418), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 244.203, referente ao contrato 2202 (BID 2202).

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(h) Agência Japonesa para Cooperação Internacional - JICA

(i) Principais captações

Em 2014 ocorreram captações no montante de R\$ 181.653, referente ao contrato BZ-P19 (JICA 19).

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 2.086 (2013 – R\$ 1.466), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) AB Loan (IADB 1983AB)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.994 (2013 – R\$ 2.243), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

(j) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 366 (2013 – R\$ 384), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(k) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(l) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2014
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	2.349
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	1.924
Inter-American Development Bank – BID	672
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	546
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	144
Outros	79
TOTAL	5.714

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2014. (US\$ 1,00 = R\$ 2,6562; ¥ 1,00 = R\$ 0,02223).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa Econômica Federal

Em junho de 2014 foram firmados contratos que totalizaram R\$ 320,8 milhões de financiamento. Estas contratações foram objetos da seleção PAC 2013/2014, efetuada pelo Ministério das Cidades, sendo os recursos financeiros destinados à execução de obras do Projeto Tietê, Programa Metropolitano de Água e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Hortolândia e Itatiba. O prazo total é de até 24 anos, com carência de até 4 anos e juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano.

BNDES

Contrato nº 14.2.0535.1 – Firmado em junho de 2014, no valor de R\$ 61.143, destinado às obras de implantação do Setor Gênese e execução de rede primária de interligação da Sede ao Setor Fazendinha, no município de Santana de Parnaíba. Os recursos são oriundos do Programa Saneamento para Todos, seleção do Ministério das Cidades – PAC 2013/2014. As condições contratuais são: Período de Carência de 36 meses, Período de Amortização de 108 meses e Juros de 1,76% aa + TJLP. Para este contrato, até o momento, não ocorreu nenhum desembolso.

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

17 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos a recuperar		
Cofins e Pasep	10.121	-
Imposto de renda e contribuição social	132.447	79.548
IRRF sobre aplicações financeiras	3.718	2.437
Outros tributos federais	2.313	4.764
Outros tributos municipais	169	656
Total dos tributos a recuperar	<u>148.768</u>	<u>87.405</u>

O aumento no saldo de impostos a recuperar, decorre principalmente do acréscimo na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”, devido ao maior valor recolhido no exercício, em função dos efeitos da declaração dos juros sobre o capital próprio e da queda no lucro tributável ocorridos durante o último trimestre de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos e contribuições a recolher		
Cofins e Pasep	-	21.797
INSS	33.324	30.822
IRRF	17.377	39.330
Outros	23.437	23.433
Total	<u>74.138</u>	<u>115.382</u>

A redução dos tributos a pagar do passivo circulante decorre da recuperação de créditos de Cofins e Pasep gerando assim um valor a recuperar, registrado no ativo circulante na rubrica “Impostos a recuperar”. Houve também, redução no valor do imposto de renda retido na fonte dos juros sobre capital próprio, em decorrência do menor valor declarado no exercício de 2014.

18 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo		
Provisões	524.728	506.568
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	229.266	215.187
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.742	43.901
Provisão para perdas de crédito	222.587	172.482
Outros	112.566	87.266
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.220.160</u>	<u>1.110.675</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(559.411)	(595.285)
Capitalização de custos de empréstimos	(253.581)	(200.343)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.092)	(81.711)
Ganho/perda atuarial – Plano G1	(2.514)	(32.405)
Outros	(108.084)	(86.901)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.010.682)</u>	<u>(996.645)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>209.478</u>	<u>114.030</u>

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

(b) Realização

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	216.063	216.515
a ser realizado depois de um ano	<u>1.004.097</u>	<u>894.160</u>
Total do ativo fiscal diferido	1.220.160	1.110.675
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(39.836)	(37.126)
a ser realizado depois de um ano	<u>(970.846)</u>	<u>(959.519)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.010.682)</u>	<u>(996.645)</u>
Ativo fiscal diferido	<u>209.478</u>	<u>114.030</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

Impostos diferidos ativo	31 de dezembro de 2013	Variação líquida	31 de dezembro de 2014
Provisões	506.568	18.160	524.728
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	215.187	14.079	229.266
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	1.841	45.742
Perdas de créditos	172.482	50.105	222.587
Outros	87.266	25.300	112.566
Total	1.110.675	109.485	1.220.160

Impostos diferidos passivo	31 de dezembro de 2013	Variação líquida	31 de dezembro de 2014
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	35.874	(559.411)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(53.238)	(253.581)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(5.381)	(87.092)
Ganho/perda atuarial – G1	(32.405)	29.891	(2.514)
Outros	(86.901)	(21.183)	(108.084)
Total	(996.645)	(14.037)	(1.010.682)

Ativo fiscal diferido líquido	114.030	95.448	209.478
--------------------------------------	----------------	---------------	----------------

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Saldo inicial	114.030	145.302
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	65.557	10.538
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial	29.891	(41.810)
Total da variação líquida	95.448	(31.272)
Saldo final	209.478	114.030

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes dos impostos	1.274.843	2.655.599
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(433.447)	(902.904)
Benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio	100.327	182.596
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(48.380)	(33.279)
Doações	(7.080)	(12.218)
Outras diferenças	16.720	33.765
Imposto de renda e contribuição social	<u>(371.860)</u>	<u>(732.040)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(437.417)	(742.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.557	10.538
Alíquota efetiva	29%	28%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 20 (iii)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Regime Tributário de Transição (RTT) e Lei 12.973/2014

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório.

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

De acordo com a lei, a pessoa jurídica poderia adotar as regras a partir de 1º de janeiro de 2014, mediante opção a ser manifestada de maneira irrevogável perante a Receita Federal, exceto com relação aos artigos 3º, 72 a 75 e 93 a 119, que entram em vigor na data da publicação. A Companhia decidiu não fazer tal opção antecipada.

As análises preparadas pela Companhia não demonstram impactos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

19 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2014	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2013
Ações com clientes (i)	638.637	(114.463)	524.174	621.999	(110.384)	511.615
Ações com fornecedores (ii)	260.854	(195.478)	65.376	340.100	(183.606)	156.494
Outras questões cíveis (iii)	126.403	(9.990)	116.413	129.400	(11.965)	117.435
Ações tributárias (iv)	55.554	-	55.554	59.659	(1.956)	57.703
Ações trabalhistas (v)	235.466	(2.233)	233.233	156.060	(1.614)	154.446
Ações ambientais (vi)	226.404	(807)	225.597	182.689	-	182.689
Total	1.543.318	(322.971)	1.220.347	1.489.907	(309.525)	1.180.382
Circulante	625.092	-	625.092	631.374	-	631.374
Não circulante	918.226	(322.971)	595.255	858.533	(309.525)	549.008

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2013	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2014
Ações com clientes (i)	621.999	66.895	87.987	(74.308)	(63.936)	638.637
Ações com fornecedores (ii)	340.100	1.917	18.922	(66.608)	(33.477)	260.854
Outras questões cíveis (iii)	129.400	31.224	37.607	(14.507)	(57.321)	126.403
Ações tributárias (iv)	59.659	983	6.818	(2.313)	(9.593)	55.554
Ações trabalhistas (v)	156.060	123.631	22.205	(42.107)	(24.323)	235.466
Ações ambientais (vi)	182.689	53.829	21.257	(13)	(31.358)	226.404
Subtotal	1.489.907	278.479	194.796	(199.856)	(220.008)	1.543.318
Depósitos judiciais vinculados	(309.525)	(24.999)	(21.613)	28.698	4.468	(322.971)
Total	1.180.382	253.480	173.183	(171.158)	(215.540)	1.220.347

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível, estão assim representados:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ações com clientes (i)	461.900	737.800
Ações com fornecedores (ii)	1.346.400	1.071.000
Outras questões cíveis (iii)	447.900	422.400
Ações tributárias (iv)	632.100	570.700
Ações trabalhistas (v)	304.000	278.700
Ações ambientais (vi)	<u>586.800</u>	<u>163.900</u>
Total	<u><u>3.779.100</u></u>	<u><u>3.244.500</u></u>

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.240 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 60 ações cujos clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 12.559 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado aos novos processos ajuizados e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento, compensados em parte por pagamentos ocorridos no período e pelas revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2014. O decréscimo ocorrido de R\$ 275.900 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado, principalmente, a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 91.118 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, a pagamentos ocorridos no período e as revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2014. O acréscimo ocorrido de R\$ 275.400 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado aos novos processos ajuizados no ano de 2014 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 25.500 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014.

(iv) Ações Tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 61.400 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014 e principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, conforme descritos no item “b” abaixo.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 431.853 (dezembro/2013 – R\$ 411.890). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A Administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 357.528 (dezembro/2013 – R\$ 307.817), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Por não haver decisão final de mérito, a Administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 53.486 (dezembro/2013 – R\$ 50.065). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2014 em R\$ 45.401 (dezembro/2013 – R\$ 43.689). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cujas expectativas são de provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 15.746 (dezembro/2013 – R\$ 13.696) e R\$ 71.677 (dezembro/2013 – R\$ 62.979), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 7.288 (dezembro/2013 – R\$ 6.999) e de perda provável o valor de R\$ 1.243 (dezembro/2013 – R\$ 1.194).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de legislações municipais que impunham a cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado foi julgado improcedente em primeira instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do Recurso de Apelação deu provimento parcial para reconhecer a impossibilidade da cobrança de contribuição mensal, por inconstitucionalidade dando como válida a necessidade de caução e demais exigências para a expedição do Termo de Permissão de Uso – TPU, no entanto, esta decisão não surtiu efeito porque as normas, objeto deste primeiro mandado, foram revogadas. No segundo mandado foi concedido parcialmente a segurança para vedar a exigibilidade do preço público e da caução pelo uso das áreas públicas decorrentes da incidência de legislação municipal. Foi negado provimento ao Recurso de Apelação da Municipalidade e aguarda julgamento em instância superior. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes à horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionados. O acréscimo de R\$ 78.787 ocorrido nos processos de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) e o acréscimo de R\$ 25.300 ocorrido nos processos de perda possível se devem a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 42.908 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente ao complemento de estimativas dos processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014. O acréscimo de R\$ 422.900 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2014 e ao complemento de estimativas dos processos em andamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem cinco ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. A Administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 187.669 (dezembro/2013 – R\$ 169.939) e, outras sete ações como possível perda no montante de R\$ 558.872 (dezembro/2013 – R\$ 145.107), sendo que a principal variação refere-se a um novo processo ocorrido no quarto trimestre de 2014, onde o valor considerado para fins de divulgação trata-se do valor questionado pela parte contrária, não sendo possível ainda, uma estimativa do montante envolvido por parte da Companhia, considerando o estágio inicial do processo.

(vii) Processos com acordos firmados em 2014

A Companhia firmou, durante o exercício de 2014, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 28.982. Desse valor, R\$ 25.532 está relacionado a obras e R\$ 3.450 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2014, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 18.497.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, julgada procedente em primeira e segunda instâncias para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, sendo que encontra-se pendente Recurso Especial interposto pela SABESP. A expectativa é de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, a qual foi julgada improcedente, sem recurso por parte do autor, razão pela qual a expectativa foi alterada para remota perda. A operação está mantida; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, com decisão favorável à Sabesp em 2ª instância. Em 11 de julho de 2014 foi disponibilizada a intimação da publicação da sentença de extinção do processo de execução e remessa dos autos ao arquivo geral; d) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de segunda instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida. Interposição de recursos extremos, com expectativa de provável perda; e) O Município de Macatuba ajuizou contra a SABESP ação de reintegração de posse objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi deferida e a Ação foi julgada procedente, em primeira e segunda instâncias. A SABESP deixou de operar no Município até a presente data, com expectativa provável perda; f) A Companhia ingressou com ação de manutenção de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira e 2ª instâncias. Atualmente aguarda aceitação dos recursos extremos, todavia, o processo encontra-se suspenso para possíveis tratativas de acordo entre as partes. A expectativa é de perda provável; g) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a Sabesp, com pedido de liminar, para mantê-lo na posse, sendo que o pedido foi deferido e cumprido em 20 de maio de 2013. A decisão foi contestada e interpusemos agravo de instrumento contra a decisão liminar, a qual foi mantida pelo Tribunal. A ação de reintegração de posse aguarda julgamento, com expectativa de provável perda.

Ver informações sobre processos referente a EMAE na Nota 10 (c).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Sabesprev e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- . Da Companhia: 7,2% (31 de dezembro de 2013 – 7,3%) em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,1% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.249.794	1.988.912
Valor justo dos ativos do plano	<u>(1.573.723)</u>	<u>(1.442.164)</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>676.071</u>	<u>546.748</u>
 Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	<u>2.053.527</u>	<u>1.780.268</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>2.053.527</u>	<u>1.780.268</u>
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias (*)	<u>2.729.598</u>	<u>2.327.016</u>

(*) O aumento do passivo em 2014 é devido, principalmente, pelo impacto do aumento real de salários e benefícios e pela diminuição na taxa de desconto para 6,11% e 6,09% em 2014 em comparação a 6,36% e 6,46% em 2013, respectivamente, para os planos G1 e G0.

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os (ganhos)/perdas no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(113.727)	(198.192)	(311.919)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	28.208	-	28.208
Outros	(2.397)	-	(2.397)
Total dos ganhos/(perdas)	(87.916)	(198.192)	(286.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	29.891	-	29.891
Ajuste de avaliação patrimonial	(58.025)	(198.192)	(256.217)
Em 31 de dezembro de 2013			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	432.426	244.121	676.547
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(312.857)	-	(312.857)
Outros	3.404	-	3.404
Total dos ganhos/(perdas)	122.973	244.121	367.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	(41.810)	-	(41.810)
Ajuste de avaliação patrimonial	81.163	244.121	325.284

(i) Plano G1

Administrado pela Sabesprev, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 1,19% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 10,13% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 676.071 (R\$ 546.748 em 31 de dezembro de 2013) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.988.912	2.262.440
Custo do serviço corrente	30.736	27.947
Custo dos juros	199.528	206.429
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	113.727	(432.426)
Benefícios pagos	<u>(83.109)</u>	<u>(75.478)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u><u>2.249.794</u></u>	<u><u>1.988.912</u></u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.442.164	1.657.608
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	144.678	151.139
Contribuições esperadas da Companhia	21.223	10.876
Contribuições esperadas dos participantes	20.559	10.876
Benefícios pagos	(83.109)	(75.478)
Ganhos/(perdas) financeiros contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	<u>28.208</u>	<u>(312.857)</u>
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	<u><u>1.573.723</u></u>	<u><u>1.442.164</u></u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	<u>2014</u>
Custo do serviço líquido	9.513
Custo dos juros	199.528
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	<u>(144.678)</u>
Total reconhecido na demonstração do resultado	<u>64.363</u>

Em 2014 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 43.133, R\$ 6.168 e R\$ 15.062, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas previstas	2015
Custo do serviço líquido	23.303
Custo dos juros líquido	80.755
Contribuição dos participantes	(23.052)
Total da despesa adicional a reconhecer	81.006

Premissas atuariais:

	2014	2013
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,11% a.a.	6,36% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	5,80% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	13,00% a.a.	12,53% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	7,92% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2014 era de 8.670 (8.885 em 31 de dezembro de 2013), e inativos era de 6.675 (6.597 em 31 de dezembro de 2013).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2015 é de R\$ 86.042.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 22.956 (dezembro/2013 – R\$ 18.348) e R\$ 23.621 (dezembro/2013 – R\$ 18.416), respectivamente.

A Companhia e a Sabesp estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano Sabesp Mais. A Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 213.044
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 244.103
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 71.093
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 68.916
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 44.096
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 43.248

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela Sabesprev e consultores financeiros independentes:

		<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Renda fixa			
- NTN'B's		790.779	712.017
- NTNC's		139.200	132.265
- NTN'F's		<u>6.206</u>	<u>5.858</u>
Títulos públicos em carteira própria	(a)	936.185	850.140
Cotas de fundos de renda fixa	(b)	120.413	80.931
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c)	<u>103.736</u>	<u>78.034</u>
Total renda fixa		1.160.334	1.009.105
Renda variável			
Cotas de fundos de investimento em ações	(d)	<u>223.167</u>	<u>259.717</u>
Total renda variável		223.167	259.717
Investimentos estruturados			
Cotas de fundos de investimento em participações	(e)	83.204	76.338
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f)	30.672	40.220
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g)	<u>28.206</u>	<u>25.806</u>
Total investimentos estruturados		142.082	142.364
Investimentos no exterior	(h)	19.079	-
Outros	(i)	29.061	30.978
Valor justo dos ativos do plano		<u>1.573.723</u>	<u>1.442.164</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2017 a 2050. Esses papéis tem como indexador os seguintes índices: NTN-b indexado pelo IPCA, NTN-c indexado pelo IGPM e NTN-f que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como de lastros recebíveis de atividades empresariais diversas.

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Investimentos no exterior: cotas de fundos de investimento em ações de empresas globais, majoritariamente empresas americanas.

(i) Outros: basicamente formado por empréstimos e imóveis.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Ao final de 2014, a Sabesprev possuía em sua carteira de investimentos debêntures emitidas pela Companhia no valor de R\$ 1.893. Em 2013, não havia ativos emitidos pela Companhia na carteira. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

O Mercado de Capitais brasileiro foi afetado em 2014 pela percepção negativa sobre a condução da Política Macroeconômica, pela persistência da inflação em níveis considerados altos e pelo baixo crescimento econômico; entretanto, mesmo diante desse cenário os ativos do plano renderam 9,92% em 2014 e 7,43% em 2013, sendo esta variação positiva impactada substancialmente pelos títulos públicos (NTNB's, NTNC's e NTNFS's).

Na Renda Fixa, os investimentos em Fundos de Renda Fixa e em Crédito Privado tiveram retornos positivamente impactados pelo efeito de marcação a mercado dos preços dos títulos públicos federais, que experimentaram uma significativa apreciação de valor em 2014 em relação ao fechamento de 2013.

Na Renda Variável, as ações de empresas brasileiras listadas na BMF&Bovespa tiveram seus preços reduzidos. O retorno do principal índice bursátil brasileiro em 2014, o Ibovespa, de -2,91% ilustra a afirmação. Em 2013, o retorno do Ibovespa foi de -15,50%.

Na carteira de Investimentos Estruturados, os principais detratores de retorno foram os investimentos em Fundos de Investimento Imobiliários e os Fundos de Investimento em Participações, que tiveram retorno negativo no período. Os Fundos Multimercados tiveram um retorno superior ao obtido em 2013, contudo, sofreram também os impactos do cenário traçado acima.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2014, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.188 participantes entre ativos e assistidos (5.627 em 2013).

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 9.214 (dezembro/2013 – R\$ 10.613) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 8.936, no exercício de 2014 (dezembro/2013 – R\$ 8.446).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2014, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.053.527 (dezembro/2013 - R\$ 1.780.268).

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.780.268	1.987.718
Custo dos juros e serviço corrente	224.931	176.766
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	198.192	(244.121)
Benefícios pagos	<u>(149.864)</u>	<u>(140.095)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u><u>2.053.527</u></u>	<u><u>1.780.268</u></u>

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	<u>2014</u>
Custo dos juros e serviço corrente	224.931
Valor recebido do GESP (incontroverso)	<u>(82.638)</u>
Total	<u><u>142.293</u></u>

Em 2014 a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

	<u>2015</u>
Despesas previstas	
Custo dos juros	<u>247.859</u>
Total da despesa adicional a reconhecer	<u><u>247.859</u></u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais premissas atuariais utilizadas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,09% a.a.	6,46% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	5,80% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	7,92% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos do plano G0 em 31 de dezembro de 2014 é de 22 (24 em 31 de dezembro de 2013) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2014 é de 2.375 (2.412 em 31 de dezembro de 2013).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2015 é de R\$ 157.616.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão – G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 197.768
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 194.469
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 204.121
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 185.665
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 71.258
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 68.867

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2014, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2014 o montante foi de R\$ 72.946 (2013 – R\$ 68.495).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 14 (d)(v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R\$ 318.973 e R\$ 323.208, respectivamente.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 15.000.000 (dezembro/2013 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (dezembro/2013 – 683.509.869), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.258	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	169.000.272	24,73%	174.076.755	25,47%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	170.351.902	24,92%	165.291.202	24,18%
Outros	633.410	0,09%	617.654	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	902.983
(-) Reserva legal - 5%	(45.149)
	<u>857.834</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 0,3138 por ação)	<u>214.458</u>

Foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, em 30 de abril de 2014, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 537.465, relativo ao exercício de 2013. Dessa forma, o valor de R\$ 42.862, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2013 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. Tais juros tiveram início de pagamento em junho de 2014.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2015, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 214.458, correspondentes a R\$ 0,3138 por ação ordinária, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 15.844, a serem referendados na Assembleia Geral em 30 de abril de 2015.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 214.458, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 37.846 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 15.844.

De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 15.844 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito do juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 214.523, refere-se ao valor declarado em 2014 de R\$ 214.458, líquido do imposto de renda retido na fonte e R\$ 65 declarados em exercícios anteriores.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital. O valor de R\$ 124.255 referente ao saldo de dezembro/2013 foi integralmente capitalizado em 2014, conforme Nota 22 (j).

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 2.914.008 e R\$ 5.980.535, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Destinação do lucro do exercício

	<u>2014</u>
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	902.983
(-) Reserva legal – 5%	45.149
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	214.458
(-) Dividendos adicionais propostos	<u>37.846</u>
Reserva de investimentos constituída em 2014	<u><u>605.530</u></u>

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 605.530 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos prevista no Orçamento de Capital.

(h) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(i) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 20 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2014 e 2013.

	<u>G1</u>	<u>G0</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	62.905	(196.436)	(133.531)
Ganhos e (perdas) atuariais do exercício (Nota 20 (b))	<u>(58.025)</u>	<u>(198.192)</u>	<u>(256.217)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.880	(394.628)	(389.748)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Aumento do Capital

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 30 de abril de 2014 o aumento do Capital Social de R\$ 6.203.688 para R\$ 10.000.000 em função da capitalização de parte da reserva de lucros e do total de reserva de capital no montante de R\$ 3.672.057 e R\$ 124.255, respectivamente.

Foi aprovado também o novo limite para aumento de capital social para R\$ 15.000.000, conforme Nota 22 (a)

23 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	902.983	1.923.559
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509.869</u>	<u>683.509.869</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>1,32</u>	<u>2,81</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

	2014			
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita operacional bruta	<u>4.896.657</u>	<u>4.008.678</u>	<u>2.918.036</u>	<u>11.823.371</u>
Deduções da receita bruta	<u>(335.498)</u>	<u>(274.657)</u>	<u>-</u>	<u>(610.155)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.561.159</u>	<u>3.734.021</u>	<u>2.918.036</u>	<u>11.213.216</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(3.929.755)</u>	<u>(2.511.295)</u>	<u>(2.855.516)</u>	<u>(9.296.566)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	<u>631.404</u>	<u>1.222.726</u>	<u>62.520</u>	<u>1.916.650</u>
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				(3.488)
Equivalência patrimonial				(2.453)
Resultado financeiro, líquido				<u>(635.866)</u>
Lucro operacional antes dos impostos				<u>1.274.843</u>
Depreciação e amortização	526.876	477.595	-	1.004.471

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013		Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Água	Esgoto		
Receita operacional bruta	5.276.056	4.263.965	2.444.735	11.984.756
Deduções da receita bruta	(370.091)	(299.098)	-	(669.189)
Receita operacional líquida	4.905.965	3.964.867	2.444.735	11.315.567
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.512.559)	(2.275.437)	(2.394.487)	(8.182.483)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.393.406	1.689.430	50.248	3.133.084
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				3.296
Equivalência patrimonial				2.465
Resultado financeiro, líquido				(483.246)
Lucro operacional antes dos impostos				2.655.599
Depreciação e amortização	461.426	409.647	-	871.073

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são como segue:

	2014	2013
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.918.036	2.444.735
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(2.855.516)	(2.394.487)
Margem de construção	62.520	50.248

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), "Contratos de Construção" (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 14 (c) e (f).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ativo intangível:		
Serviços de água	10.289.735	9.741.582
Serviços de esgoto	<u>13.492.613</u>	<u>12.298.412</u>
Ativos dos segmentos reportados	23.782.348	22.039.994
Outros intangíveis	<u>2.197.178</u>	<u>1.806.237</u>
Total do intangível	<u><u>25.979.526</u></u>	<u><u>23.846.231</u></u>

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

25 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de água e esgoto:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Região Metropolitana de São Paulo	6.235.276	6.984.364
Sistemas Regionais (i)	<u>2.670.059</u>	<u>2.555.657</u>
Total (ii)	<u><u>8.905.335</u></u>	<u><u>9.540.021</u></u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita de serviços de água e esgoto, apresentou um decréscimo de 6,7% em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao exercício de 2013, devido ao Programa de Incentivo à Redução de Consumo (Bônus) e redução de 2,2% no volume faturado total da Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

*Bônus: Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp

Após ser aprovado em caráter emergencial pela ARSESP por meio da Deliberação nº 469/2014, a SABESP adotou um incentivo econômico para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água. A medida foi adotada em função do calor recorde e da inédita falta de chuvas na área do Sistema Cantareira, que está em nível crítico e responsável pelo abastecimento de quase 10 milhões de pessoas.

Os clientes que reduzirem em pelo menos 20% o consumo médio de um período de 12 meses: de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, recebem desconto de 30% na conta. Esse abatimento é aplicado sobre um valor menor, já que a diminuição no consumo resulta em uma fatura mais barata para a aplicação do benefício.

A medida vale para residências, comércios e indústrias abastecidos pelo Sistema Cantareira: toda a zona norte e o centro de São Paulo, parte das zonas leste e oeste da capital, Barueri, Caieiras, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco e Santana de Parnaíba. Em Guarulhos e São Caetano do Sul, também atendidos pelo Cantareira, a distribuição é responsabilidade das prefeituras, que compram água da SABESP. Caberá aos serviços municipais a decisão sobre a concessão do incentivo.

Inicialmente o benefício teve validade para as contas dos meses de referência de fevereiro a agosto, que chegaram aos consumidores de março a setembro. Para Santana de Parnaíba, a medida foi aplicada nos meses de referência de março a agosto, com a chegada da fatura entre abril e setembro.

No entanto, por meio da Deliberação Arsesp nº 480/2014, de 31 de março, o programa de incentivo à redução do consumo de água foi prorrogado até o final de 2014 e ampliado para toda a Região Metropolitana de São Paulo ou até que o nível de água nos reservatórios seja normalizado. Em função da seca e do baixo volume de água no Sistema Cantareira, o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA) determinaram que, desde 10 de março de 2014, somos obrigados, temporariamente, a restringir a vazão de água captada do Sistema Cantareira de 33 m³/s para 27,9 m³/s. Para suprir essa menor disponibilidade de água e continuar abastecendo a população, nós estamos realizando uma ampliação do uso da água de outros mananciais. Isso pode levar a um aumento nos custos para servir os consumidores da Região Metropolitana de São Paulo. Se a situação dos reservatórios atingidos pela seca não melhorar, podemos ser obrigados a tomar medidas mais drásticas.

Em 26 de maio de 2014 o Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água foi ampliado para os municípios operados pela Sabesp que fazem parte das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jaguari, localizados na área de influência do Sistema Cantareira.

Da mesma maneira, também teve direito ao bônus o cliente que reduziu em pelo menos 20% o consumo mensal, comparado ao consumo médio dos últimos 12 meses, ou seja, de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014. Para esses clientes, haverá desconto de 30% na conta de água e esgoto. Os municípios que farão parte desta ampliação são: Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracaia, Vargem, Hortolândia, Itatiba, Jarinu, Monte Mor, Morungaba e Paulínia.

A medida contemplou os clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos e teve validade para as contas emitidas a partir de junho de 2014 com vigência até dezembro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Escalonamento do bônus**

Em 22 de outubro de 2014, a ARSESP publicou a Deliberação nº 514 que aprovou a bonificação por faixas de redução de consumo para o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

A bonificação por faixas de redução de consumo durante o período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água será:

- (a) Bônus de 30% (trinta por cento), para os usuários cujo consumo mensal seja reduzido em pelo menos 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.
- (b) Bônus de 20% (vinte por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 15% (quinze por cento) e inferior a 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.
- (c) Bônus 10% (dez por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 10% (dez por cento) e inferior a 15% (quinze por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro/2013 a janeiro/2014.

A bonificação por faixas de redução de consumo está sendo aplicada a todos os municípios que atualmente já recebem o bônus sobre os valores cobrados de água e esgoto.

As novas faixas do Programa de Bônus tiveram como referência consumos a partir de 01 de novembro de 2014.

O valor do bônus para o período de janeiro a dezembro de 2014 foi de R\$ 376.414.

- **Postergação da vigência do bônus**

Por meio da Deliberação 536, de 18 de dezembro de 2014, a ARSESP autorizou a postergação da vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água até o final de 2015 ou até a normalização dos níveis dos reservatórios, o que ocorrer primeiro.

Ver na nota 31 (a), evento subsequente sobre a tarifa de contingência.

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de serviços de água e esgoto	8.905.335	9.540.021
Receitas de construção (Nota 14 (c))	2.918.036	2.444.735
Impostos sobre vendas	<u>(610.155)</u>	<u>(669.189)</u>
Receita líquida	<u>11.213.216</u>	<u>11.315.567</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Custos e despesas operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos operacionais		
Salários e encargos	1.494.147	1.348.933
Obrigações previdenciárias	47.855	59.237
Custos de construção (Nota 14 (c))	2.855.516	2.394.487
Materiais gerais	191.723	179.771
Materiais de tratamento	261.205	240.730
Serviços de terceiros	856.960	786.515
Energia elétrica	597.454	551.630
Despesas gerais	404.367	444.663
Depreciação e amortização	926.372	810.297
	<u>7.635.599</u>	<u>6.816.263</u>
Despesas com vendas		
Salários e encargos	236.109	215.083
Obrigações previdenciárias	6.225	8.470
Materiais gerais	4.549	6.995
Serviços de terceiros	252.628	208.943
Energia elétrica	579	557
Despesas gerais	86.590	82.470
Depreciação e amortização	10.339	10.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	139.589	103.864
	<u>736.608</u>	<u>637.103</u>
Despesas administrativas		
Salários e encargos	180.845	176.845
Obrigações previdenciárias	158.114	118.600
Materiais gerais	5.861	6.700
Serviços de terceiros	205.341	116.735
Energia elétrica	1.032	694
Despesas gerais	228.737	183.874
Depreciação e amortização	67.760	50.055
Despesas fiscais	76.669	75.614
	<u>924.359</u>	<u>729.117</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	1.911.101	1.740.861
Obrigações previdenciárias	212.194	186.307
Custos de construção (Nota 14 (c))	2.855.516	2.394.487
Materiais gerais	202.133	193.466
Materiais de tratamento	261.205	240.730
Serviços de terceiros	1.314.929	1.112.193
Energia elétrica	599.065	552.881
Despesas gerais	719.694	711.007
Depreciação e amortização	1.004.471	871.073
Despesas fiscais	76.669	75.614
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	139.589	103.864
	<u>9.296.566</u>	<u>8.182.483</u>

27 Receitas e despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional (i)	(272.975)	(294.729)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (ii)	(92.180)	(84.648)
Outras despesas financeiras (iii)	(104.060)	(62.882)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(14.334)	(10.662)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (iv)	(98.309)	(72.657)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev Mais (v)	(1.169)	(1.334)
Outras variações monetárias (vi)	(10.597)	(5.731)
Juros e variações monetárias sobre provisões (vii)	(118.669)	(70.267)
Total de despesas financeiras	<u>(712.293)</u>	<u>(602.910)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas (viii)	91.930	85.245
Rendimento de aplicações financeiras (ix)	202.898	151.106
Juros e outras (x)	127.904	149.759
Total de receitas financeiras	<u>422.732</u>	<u>386.110</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(289.561)</u>	<u>(216.800)</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Variações cambiais		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos (xi)	(345.105)	(267.835)
Outras variações cambiais	(625)	(6)
Varição cambial ativa	(575)	1.395
Variações cambiais, líquidas	<u>(346.305)</u>	<u>(266.446)</u>
Financeiras líquidas	<u>(635.866)</u>	<u>(483.246)</u>

- (i) A variação nas despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional sofreu decréscimo em função principalmente, da maior capitalização de juros ocorrida em 2014, quando comparada ao ano de 2013.
- (ii) O acréscimo na despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reflete principalmente, o aumento no saldo da dívida em razão das novas captações.
- (iii) Outras despesas financeiras sofreu acréscimo principalmente devido a entrada em operação de duas SPEs SES Campo Limpo Paulista/Várzea Paulista e ETE Campos do Jordão, respectivamente em agosto de 2013 e março de 2014. Após a entrada de operação, conforme CPC 20, os juros apropriados para pagamento às SPEs são reconhecidos como despesa financeira.
- (iv) A variação monetária é decorrente do aumento nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, TR e IPCA, que foram de 0,9% e 6,4%, respectivamente, em 2014 (0,2% e 5,9%, respectivamente, em 2013). As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 5.1 (d).
- (v) O decréscimo é decorrente do menor saldo dos compromissos da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev Mais.
- (vi) Outras despesas com variação monetária são substancialmente atualizações dos passivos referente aos compromissos de investimento exigidos pelas parcerias públicos-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados pelo IPC/FIPE e IPCA/IBGE que foram de 5,2% e 6,4%, respectivamente, em 2014 e 3,9% e 5,9%, respectivamente, em 2013.
- (vii) A variação é decorrente, principalmente, de atualização dos processos judiciais de clientes e ambientais que são corrigidos pela tabela do tribunal de justiça, considerando a variação do INPC/IBGE que foi de 6,3% em 2014 e 5,6% em 2013.
- (viii) A variação é decorrente, principalmente, de atualização dos depósitos judiciais que são corrigidos pelo INPC/IBGE que apresentou variação de 6,3% em 2014, comparado a 5,6% de variação em 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ix) O acréscimo nos rendimentos das aplicações financeiras ocorreu em função da Companhia manter os valores aplicados financeiramente num prazo superior ao realizado em 2013, houve também um acréscimo nas taxas de juros de mercado que impactou positivamente os rendimentos auferidos em 2014.
- (x) A variação da conta é decorrente, principalmente, da aplicação de juros sobre acordos e parcelamentos.
- (xi) O acréscimo nas despesas reflete principalmente do aumento no saldo da dívida em razão das novas captações. Adicionalmente em 2014 e 2013 houve uma valorização do dólar com variação de 13,4% e 14,6%, respectivamente.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras receitas operacionais, líquidas (i)	109.329	57.382
Outras despesas operacionais (ii)	<u>(112.817)</u>	<u>(54.086)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(3.488)</u>	<u>3.296</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

- (i) As outras receitas operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 51,9 milhões, devido principalmente à: (a) maior aplicação de multas a fornecedores e prestadores de serviço, no montante de R\$ 25,8 milhões; e (b) maior receita obtida através do Programa de Uso Racional da Água (PURA), no montante de R\$ 20,9 milhões.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

- (ii) As outras despesas operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 58,7 milhões, devido principalmente à: (a) provisão de obras e projetos, no montante de R\$ 21,3 milhões; (b) provisão para perdas com verbas contratuais, decorrente da realização do acordo com o município de Diadema, no montante de R\$ 15,0 milhões; (c) baixa de bens obsoletos, no montante de R\$ 11,4 milhões; e (d) provisão referente à baixa de hidrômetros, no valor de R\$ 11,4 milhões.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2014:

	<u>1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>3-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações contratuais - Despesas	1.279.797	548.538	51.687	3.784.736	5.664.758
Obrigações contratuais - Investimentos	1.790.549	1.807.801	97.535	2.188.033	5.883.918
Total	<u>3.070.346</u>	<u>2.356.339</u>	<u>149.222</u>	<u>5.972.769</u>	<u>11.548.676</u>

O principal compromisso se refere a PPP São Lourenço. Vide Nota 14 (h).

30 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total das adições do intangível (Nota 14)	3.236.781	2.750.319
Itens que não afetaram o caixa (ver composição abaixo)	<u>(577.924)</u>	<u>(445.288)</u>
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.658.857	2.305.031
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período (Nota 14 (e))	278.265	205.012
Empreiteiros a pagar	48.547	(4.887)
Compromissos de contratos de programas	62.250	28.197
Parceria Público-Privada – PPP (Nota 14 (h))	22.245	-
Arrendamento Mercantil	104.097	166.718
Margem de construção (Notas 14 (f) e 24)	<u>62.520</u>	<u>50.248</u>
Total	577.924	445.288

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

(a) Adoção de tarifa de contingência

A ARSESP publicou em 07 de janeiro de 2015, a Deliberação nº 545, por meio da qual autoriza a adoção da tarifa de contingência aos usuários cujo consumo mensal ultrapasse a média apurada no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, conforme segue:

- (i) 40% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder até 20% da média; ou
- (ii) 100% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder a mais de 20% da média.

Estão sujeitos à tarifa de contingência todos os usuários, inclusive aqueles com contratos de demanda firme, ressalvados os seguintes casos:

- (i) aqueles com consumo mensal de água menor ou igual a 10 m³; e
- (ii) hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios, casas de detenção, e os centros de atendimento da Fundação CASA.

A tarifa de contingência vigorará para os consumos medidos a partir da publicação da Deliberação até 31 de dezembro de 2015, e somente é aplicável aos usuários dos municípios:

- (i) em que a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento sejam de competência da ARSESP; e
- (ii) que tenham sido incluídos no Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

(b) Solicitação de revisão extraordinária

Em 6 de março de 2015, a Companhia protocolou junto a ARSESP, solicitação de revisão extraordinária buscando o reequilíbrio tarifário, decorrente da queda do volume faturado e aumento do preço de energia resultantes do agravamento da crise hídrica em 2014, conforme previsto na Nota Técnica Final RTS/01/2012 - Metodologia Detalhada para o Processo de Revisão Tarifária da SABESP - Primeiro Ciclo Tarifário. Até a data da emissão desse relatório, a Companhia não obteve aprovação do órgão regulador sobre essa revisão extraordinária.

(c) Termo de Acordo – Contas a Receber Incontroverso

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo nos termos abaixo resumidos. Ver informações adicionais na nota explicativa 10 (a), (vi).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de novembro de 2008, a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, com a interveniência da Secretaria de Saneamento e Energia, celebraram o Terceiro Aditamento ao Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças com o objetivo de equacionar o valor incontroverso de dívidas relacionadas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões de que trata a Lei do Estado de São Paulo nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, pagos pela Companhia e não reembolsados pelo Estado.

Nesse documento, os Reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova foram dados como pagamento provisório de parte do valor total incontroverso. No entanto, até a presente data não foi possível realizar a transferência dos reservatórios em função de ação judicial ainda não transitada em julgado. Assim, Estado, Sabesp e DAEE, por meio do Termo de Acordo firmado em 18 de março de 2015, acordaram na substituição dos Reservatórios pelo pagamento parcelado da dívida.

O valor do atual acordo é de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283, referentes ao valor principal (“Valor Principal”) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- a) As primeiras vinte e quatro parcelas serão quitadas mediante a transferência imediata de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP do tipo TRPL4, no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015.
- b) O saldo de R\$ 609.109 será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e pago em espécie, por meio das demais 156 parcelas mensais, iniciando-se em 5 de abril de 2017. A partir do início de pagamento, as parcelas serão atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- 1) Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a Sabesp com registro em cartório, a Sabesp reembolsará ao Estado os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e
- 2) Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado pagará à Sabesp, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 26 de março de 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

/s/ Jerson Kelman
Diretor Presidente

/s/ Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Diretor de Gestão Corporativa

/s/ Edson José Pinzan
Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

/s/ Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto
Diretor de Sistemas Regionais

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 26 de março de 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

/s/ Jerson Kelman
Diretor Presidente

/s/ Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Diretor de Gestão Corporativa

/s/ Edson José Pinzan
Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

/s/ Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto
Diretor de Sistemas Regionais

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP**, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 26 de março de 2015, concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2015.

HORÁCIO JOSÉ FERRAGINO

HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI

JOSÉ ANTONIO XAVIER

RUI BRASIL ASSIS

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2014

Aos Conselheiros de Administração
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp é órgão estatutário, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, e é composto por três Conselheiros de Administração Independente. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission – SEC*, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, os Srs. Jerônimo Antunes, Reinaldo Guerreiro e Francisco Vidal Luna foram reeleitos membros do Conselho de Administração e na Reunião do Conselho de Administração de 14 de maio de 2014 foram reconduzidos como membros do Comitê, sendo que o Sr. Jerônimo Antunes foi também reconduzido como membro especialista, na função de coordenador do Comitê.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 28/03/2014 a 26/03/2015, o Comitê reuniu-se 25 vezes. Essas reuniões envolveram os Diretores, Superintendentes e Gerentes da Sabesp. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê. As principais atividades realizadas foram:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

- Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- Aprovação do plano de trabalho de *Fraud Risk Assessment*;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento das atividades de gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de *compliance*;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Acompanhamento do processo de apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com a legislação aplicável e boas práticas de governança corporativa; e
- Revisão das Informações Trimestrais, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, e do Relatório 20-F.

O Comitê realizou quatro reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal da Sabesp para a revisão das Informações Trimestrais dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014 e das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações corretivas para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley*.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controles internos.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e, por ser listada na *NYSE*, das normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e das normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o Comitê informa ao Conselho que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e a Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

O Comitê registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, os Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu e o próprio Comitê em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica e Auditoria Interna e demais superintendências, além da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 26 de março de 2015.

Jerônimo Antunes
*Coordenador e
Especialista Financeiro*

Reinaldo Guerreiro
Membro

Francisco Vidal Luna
Membro

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Est. São Paulo-SPDR Cia. Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP Quadro III - Estrutura de Financiamento - 2015 Proposta Empresarial 2015 (Orçamento Aprovado pela Diretoria e Conselho de Administração)						
R\$ mil						
Fontes	OPERAÇÃO DE CRÉDITO			RECURSOS PRÓPRIOS	TESOURO DO ESTADO	TOTAL
	FINANCIAMENTOS					
	EXTERNOS	INTERNOS	EXT.+INT.			
INVESTIMENTOS	342.772	506.178	848.950	1.512.249	1	2.361.200
Abastecimento de Água	141.781	329.917	471.698	1.046.205	1	1.517.904
Coleta de Esgotos	98.892	154.528	253.420	333.854	0	587.274
Tratamento Esgotos Coletados	102.099	21.733	123.832	132.190	0	256.022